

FALAS DOS PARLAMENTOS

volume I

Sessões de trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics

MESA DIRETORA DO CONGRESSO NACIONAL

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

PRESIDENTE

Deputado Altineu Côrtes

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Carlos Veras

1º SECRETÁRIO

Senador Confúcio Moura

2º SECRETÁRIO

Deputada Delegada Katarina

3ª SECRETÁRIA

Senador Laércio Oliveira

4º SECRETÁRIO

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Danilo Augusto Barboza de Aguiar

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA









BRICS

11º Fórum Parlamentar

FALAS DOS PARLAMENTOS

Sessões de trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics
4 e 5 de junho de 2025
Congresso Nacional – Brasil

volume I

Sessões de trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics

Brasília, 2025

SENADO FEDERAL



ORGANIZAÇÃO

Secretaria-Geral da Mesa

PREPARAÇÃO

Assessoria de Qualidade e de Gestão da Informação Legislativa

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Diretor: Rafael André Vaz Chervenski

COORDENAÇÃO DE PRÉ-IMPRESSÃO

Coordenadora: Tatiana Nassif Derze

SERVIÇO DE FORMATAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Chefes: Eduardo Franco, Leonardo Matoso e Rodrigo Ribeiro

Capa: Leonardo Matoso

Projeto gráfico: Erika Albuquerque Penha e Bruna Chaibe (estagiária)

Diagramação: Eduardo Franco e Erika Albuquerque Penha

SERVIÇO DE REVISÃO

Chefes: Marco Aurélio Couto e Mariana Sanmartin

Revisão: Anderson Gonçalves e Mariana Sanmartin

SERVIÇO DE CONTROLE DE PRÉ-IMPRESSÃO

Chefes: Claudio Portella e Moisés Nazario

Revisão técnica: André Tavares de Souza

© Senado Federal, 2025

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

Agrupamento Brasil-Rússia Índia-China-África do Sul. Fórum
Parlamentar (11. : 2025 : Brasília, DF)

Falas dos parlamentos / organização: Secretaria-Geral da Mesa. –
Brasília : Senado Federal, 2025.

v. : il.

v. 1. Sessões de trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics.
ISBN

1. Parlamento, Países do BRICS, 2025, discursos etc. 2. Relações
interparlamentares, Países do BRICS, 2025, discursos etc. 3. Atuação
parlamentar, Países do BRICS, 2025, discursos etc. I. Brasil.
Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa, org.
II. Título.

CDD 328

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Marinho da Silva— CRB-1 2102

Sumário

Apresentação	13
Nota de apresentação conjunta da Diretoria-Geral e do Secretário-Geral da Mesa	17
Solenidade de Abertura	21
1ª SESSÃO Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global.....	53
2ª SESSÃO Ação Parlamentar do Brics em Busca de Novos Caminhos para o Desenvolvimento Econômico.....	73
3ª SESSÃO Diálogo Interparlamentar do Brics sobre Clima e Sustentabilidade.....	109
4ª SESSÃO Cooperação Interparlamentar para uma Inteligência Artificial Responsável e Inclusiva	137
5ª SESSÃO Paramentos do Brics Unidos pela Reforma da Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança	161
6ª SESSÃO Por uma Cooperação Interparlamentar do Brics mais Forte e Duradoura	185
Solenidade de Encerramento	213
Apresentação da Consultoria Legislativa do Senado Federal	214
Solenidade de encerramento.....	215
Declaração conjunta 11º Fórum Parlamentar do Brics.....	221
Índice Temático	233
Índice Onomástico	237





*FORTALECENDO A
COOPERAÇÃO GLOBAL*





Apresentação

Prezadas leitoras, prezados leitores,

Tenho a imensa satisfação de apresentar-lhes o registro escrito dos discursos proferidos durante o 11º Fórum Parlamentar do Brics – evento que reuniu representantes dos Poderes Legislativos dos países membros e parceiros do bloco, e que o Brasil teve o privilégio de presidir, na sede do Congresso Nacional, nos dias 3, 4 e 5 de junho de 2025.

Este encontro marcou um momento crucial para todos os integrantes do Brics, solidificando a diplomacia parlamentar como um pilar essencial para a paz e o progresso, em um cenário global que se revela cada vez mais complexo e em constante transformação.

Desde sua criação, no ano de 2015, o Fórum Parlamentar do Brics tem desempenhado um papel indispensável: possibilitar que os Paramentos nacionais se manifestem (de forma autônoma, embora alinhados com as iniciativas de seus respectivos governos) sobre os rumos da cooperação internacional, sobretudo na busca por soluções para as questões de maior relevância para a comunidade internacional.

Como legisladores, atuamos como ponte entre as demandas de nossas populações e as instâncias decisórias internacionais. Levamos e amplificamos as vozes de nossos cidadãos, assegurando que nossas tradições e trajetórias culturais estejam representadas nos debates multilaterais.

A programação das sessões de trabalho seguiu o lema da Presidência rotativa do Brasil: "O papel dos Paramentos do Brics na construção de uma governança global mais inclusiva e sustentável". Durante os três dias de debates intensos, representantes dos Poderes Legislativos — tanto dos 11 países-membros quanto das nações parceiras

— examinaram questões-chaves para a concretização de um futuro compartilhado. As sessões se organizaram em torno de prioridades que refletem os desafios imediatos enfrentados por nossos países e pelo mundo:

1. Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global: Debateram-se formas concretas de fortalecer a saúde pública em âmbito mundial.

2. Ação Parlamentar do Brics em Busca de Novos Caminhos para o Desenvolvimento Econômico: Focou-se na promoção de um comércio internacional justo, previsível e transparente, com diversificação de parcerias e abertura a mercados emergentes.

3. Diálogo Interparlamentar do Brics sobre Clima e Sustentabilidade: Reconhecendo a centralidade da pauta ambiental e com o Brasil se preparando para sediar a COP 30 em Belém do Pará, entenderam-se necessários marcos regulatórios para atrair investimentos verdes, mecanismos de financiamento sustentável e legislações que abordem desertificação e degradação do solo.

4. Cooperação Interparlamentar para uma Inteligência Artificial Ética e Inclusiva: Discutiu-se a necessidade de transparência e padrões éticos no uso da IA, visando mitigar vieses algorítmicos, proteger a privacidade e segurança de dados, além de assegurar a soberania digital das nações.

5. Parlamentos do Brics Unidos pela Reforma da Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança: Advocou-se por modificações urgentes na Organização das Nações Unidas e em seu Conselho de Segurança, considerando que, em 2025, já se passaram oito décadas desde sua criação. Defendeu-se que a composição atual não reflete o peso político e as expectativas de regiões como América Latina, Ásia e África, e que os Parlamentos do Brics têm papel crucial na construção de uma ordem global mais justa, inclusiva e baseada em respeito mútuo, não intervenção, diálogo e solidariedade.

6. Por uma Cooperação Interparlamentar do Brics mais Robusta e Permanente: Abordou-se a necessidade de revisar e aprimorar a estrutura e os procedimentos internos do Fórum, a fim de atender a uma agenda cada vez mais complexa.

Além das sessões do evento principal, consolidaram-se novos modelos de colaboração e diálogo, tais como:

- O II Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics: Debateu-se o protagonismo feminino na era da IA e nas ações de enfrentamento à crise climática, assim como maior participação das mulheres em agendas multilaterais.

- O 2º Encontro dos Presidentes de Comissões de Relações Exteriores do Brics: Tratou de assuntos como fortalecimento do comércio internacional, instrumentos financeiros do bloco, incentivo a investimentos e transferência tecnológica entre os países.

Os discursos e debates desses dois encontros estão registrados nos volumes adicionais desta série de publicações sobre o 11º Fórum Parlamentar do Brics.

A ampliação do Brics, agora com 11 membros e 9 parceiros, demonstra o interesse crescente por uma ordem multipolar mais equilibrada. Somos uma aliança com imenso potencial econômico, biotecnológico e diplomático, que já supera o G7 em paridade de poder de compra, consolidando-se como alternativa viável ao sistema financeiro tradicional.

Solidariedade, diálogo e respeito foram a tônica de todas as conversas. A Declaração Conjunta, aprovada por consenso nesta cúpula, sintetiza nossos esforços e reflete o espírito do Brics, pautado em igualdade, abertura, inclusão, fraternidade e consenso mútuo.

Esta Declaração servirá como um roteiro para a ação parlamentar de nosso bloco e como base para a 17ª Cúpula de Líderes do Brics, que acontecerá no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de julho de 2025. O Brasil, como país anfitrião, ambiciona se posicionar como uma ponte entre nações e regiões, aberto ao diálogo, à escuta e à construção coletiva.

Que as sementes plantadas neste 11º Fórum Parlamentar do Brics floresçam em iniciativas concretas e em uma cooperação ainda mais sólida entre nossos Parlamentos e, principalmente, entre nossos povos. O futuro é promissor, e o Brics é uma força inegável no cenário mundial, defensor de um mundo mais inclusivo e pacífico.

Com os votos de sucesso à Índia, que assume a próxima Presidência do Fórum Parlamentar do Brics, e na esperança de um mundo mais justo, solidário e sustentável para todos, apresento esta obra.

Atenciosamente,

Presidente Senador Davi Alcolumbre





Nota de apresentação conjunta da Diretoria- Geral e do Secretário- Geral da Mesa

Cara leitora, Caro leitor,

Este é um livro muito especial. Especial para o Congresso Nacional, especial para os parlamentares, especial para o Brasil. Em junho de 2025, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados sediaram evento histórico e singular: o 11º Fórum Parlamentar do BRICS. Ao longo de três dias, Brasília e o Congresso Nacional foram a casa e o púlpito de parlamentares de países do BRICS e nações convidadas.

A democracia e o parlamento nos ensinam o valor da experiência compartilhada e do poder do crescimento em conjunto. A escuta ativa em um ambiente multilateral de formulação de ideias constitui o vetor das transformações necessárias à superação dos desafios impostos à sociedade. Esse é o pilar sobre o qual se ergue o Congresso Nacional: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal são os palcos institucionais que garantem o legítimo e necessário processo de discussão e de deliberação sobre as grandes questões nacionais.

Assim, o debate plural, o respeito às diferenças e a busca de soluções compartilhadas já são rotina no parlamento brasileiro. Com o Fórum Parlamentar do BRICS, entretanto, o Congresso Nacional teve a honrosa oportunidade de expandir os debates para o enfrentamento dos problemas comuns aos países do BRICS.

A palavra de cada orador durante o evento ultrapassa o nobre plenário desta Casa: constitui um componente fundamental na arquitetura da cooperação interparlamentar entre os países do bloco. Mais do que isso: representa também a manifestação dos parlamentares aos governos do BRICS – cuja cúpula se reunirá em sequência.

É, portanto, este, cara leitora, caro leitor, o propósito desta obra: dar voz e força às opiniões dos parlamentares; transmitir e repercutir a sua mensagem.

Registrar e divulgar essas intervenções é tarefa que dialoga com a missão da Secretaria-Geral da Mesa: garantir transparência, memória e qualidade ao processo legislativo. As notas taquigráficas foram cuidadosamente registradas e revisadas pela Secretaria de Registro e Redação Parlamentar da SGM. A organização da obra foi feita pela Assessoria de Qualidade e de Gestão da Informação Legislativa. Finalmente os textos técnicos que precedem cada tema das sessões foram elaborados pela Consultoria Legislativa do Senado Federal. Tudo realizado com o objetivo de oferecer ao público uma visão fiel dos temas tratados e das convergências alcançadas entre os Paramentos do BRICS.

Esta obra tem, ainda, um sabor especial para as demais equipes envolvidas em evento tão singular. Ela registra, a par das falas e manifestações parlamentares, o trabalho silencioso de organização e condução de tão importante evento. Fomos desafiados a receber parlamentares de diferentes origens e culturas, a superar as barreiras linguísticas e a apoiar reuniões e sessões que ocorriam, simultaneamente, nas dependências do Senado e da Câmara. Para este fim específico, contamos com a abnegação de um grupo de servidores de diversas áreas que se apresentaram voluntariamente para ciceronear e atender às demandas de cada delegação que participou do Fórum.

Já a superação das complexidades operacionais do evento dialoga com a missão de diversos órgãos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que atuaram em harmoniosa sinergia, graças ao trabalho de cada servidor e servidora das duas Casas: da Diretoria-Geral e suas secretarias subordinadas, da Consultoria Legislativa, da Comunicação Social – bem como dos órgãos congêneres da Câmara dos Deputados. Em todos os âmbitos, cremos haver cumprido com excelência nosso papel de coordenação e supervisão das sessões e

reuniões ocorridas no Plenário e nas comissões, contribuindo, assim, de forma fundamental, com os resultados frutíferos do Fórum.

Portanto, na condição de Diretora-Geral e de Secretário-Geral da Mesa, deixamos os nossos agradecimentos, pessoal e institucional, a cada uma e cada um que trabalhou e fez este Fórum possível e exitoso.

Eventos e experiências como esta traduzem o nosso compromisso com um Senado inovador, inclusivo e cada vez mais próximo do cidadão.

Muito obrigado, e boa leitura!

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral do Senado Federal

DANILO AUGUSTO BARBOZA DE AGUIAR
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal





Solenidade de Abertura

*"Somos o elo necessário entre os interesses dos povos e as
instâncias de decisão global."*

PRESIDENTE SENADOR DAVI ALCOLUMBRE



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Bom dia.

Declaro aberto o 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Inaugurados os trabalhos.

Compõem a mesa para esta solenidade: o Exmo. sr. presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin; o Exmo. sr. presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Hugo Motta; o Exmo. sr. decano da Suprema Corte, ministro Gilmar Mendes, que, neste ato, representa o Supremo Tribunal Federal; a sra. ministra de Estado das Relações Exteriores substituta, embaixadora Maria Laura da Rocha; o sr. segundo-vice presidente do Senado Federal, senador da República Humberto Costa, coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal; o sr. deputado federal Fausto Pinato, coordenador parlamentar do Brics na Câmara do Deputados.

Convido a todos para, em posição de respeito, entoarmos o Hino Nacional, executado pela banda de música do Batalhão da Guarda Presidencial, sob a regência do maestro subtenente Valmir.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Neste momento, gostaria de convidar todos a assistirem ao vídeo institucional da abertura do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Exmos. presidentes dos Paramentos do Brics, estimados parlamentares e diplomatas, senhoras e senhores, é com grande alegria que damos início ao 11º Fórum Parlamentar do Brics, realizado pela primeira vez em solo brasileiro.

Brasília, nossa capital, acolhe a todos e a todas de braços abertos, e o Congresso Nacional se orgulha de ser, pelos próximos dias, a Casa



deste fórum, que já se revela como um símbolo forte da cooperação internacional entre os nossos Parlamentos.

Ao assumir a Presidência rotativa em 2025, o Brasil consolida sua posição de respeito às diferenças políticas e do diálogo internacional como instrumento essencial de paz e progresso.

É com esse espírito de cooperação e de construção conjunta que, durante três dias, representantes dos Poderes Legislativos dos 11 países membros e das nações parceiras estarão aqui.

Neste fórum, vamos discutir temas fundamentais do nosso tempo. Vamos falar sobre os atuais desafios da arquitetura multilateral de segurança e paz. Vamos debater como fortalecer os sistemas de saúde pública, num mundo que ainda é vulnerável às emergências sanitárias. Vamos tratar do avanço das novas tecnologias, especialmente com um olhar para a inteligência artificial, que cresce num ritmo acelerado e que demanda um arcabouço normativo que seja capaz de incluir, mas também de proteger as pessoas.

E vamos falar, também, sobre sustentabilidade e desenvolvimento. O tema ambiental será um dos assuntos centrais do nosso fórum, porque não existe crescimento econômico verdadeiro sem visão de futuro, sem visão a longo prazo. E não podemos pensar na possibilidade do futuro sem desenvolvimento sustentável e econômico. É necessário que ambos caminhem juntos.

Essas questões nos convocam para uma responsabilidade que não só é urgente, mas também coletiva. São pautas que ultrapassam fronteiras, que exigem cooperação, e, acima de tudo, demandam uma diplomacia parlamentar cada vez mais ativa.

Desde sua criação, o Fórum Parlamentar do Brics cumpre função ímpar, que consiste em permitir que os Parlamentos se pronunciem, de maneira autônoma e complementar às ações propostas pelos governos, sobre os rumos da cooperação internacional na solução de temas da mais alta importância à sociedade.

Somos o elo necessário entre os interesses dos povos que representamos e as instâncias de decisão global. Somos, cada Parlamento, a voz do nosso povo, da nossa gente. Por isso, ao participarmos deste fórum, reforçamos o compromisso de que as vozes da sociedade, a nossa cultura, a nossa história estejam presentes nos grandes debates

do mundo. Cada um de nós está aqui para falar em nome da nação que representa. A cadeira que ocupamos é sustentada pela esperança de dias melhores para as nossas populações.

Neste caminho, permitam-me destacar dois pontos que considero especialmente simbólicos nesta edição do fórum. O primeiro é a presença ativa das mulheres parlamentares, com espaço próprio para o diálogo e a construção de propostas. A sociedade se fortalece quando incorpora de forma efetiva a perspectiva feminina nas decisões políticas. O Parlamento brasileiro tem avançado na representação de sua diversidade, e nos orgulhamos de sediar um encontro que tem como um de seus pilares o protagonismo e a liderança das mulheres.

O segundo ponto é a ampliação do Brics. A entrada de novos países reforça o caráter inclusivo deste bloco. Somos diversos, mas unidos pela busca de justiça social, equilíbrio geopolítico e desenvolvimento sustentável. Somos 40% do PIB mundial, mais que os países do G7 unidos, somos também cerca de 25% do comércio internacional, e tenho absoluta certeza de que estes números serão ainda maiores nos próximos anos.

O Brics é, de fato, expressão máxima de sucesso econômico. Estamos juntos neste fórum porque compreendemos que a cooperação entre os países do Brics tem muito a dizer ao mundo. Temos história, cultura, ciência e propostas que precisam estar nas mesas em que o futuro da humanidade é discutido. Recentemente, realizei visitas oficiais à Rússia e à China. Integrei reuniões com autoridades parlamentares e empresariais e pudemos estreitar laços legislativos, bem como fomentar parcerias econômicas, sobretudo na transição energética e na infraestrutura.

Essas viagens trouxeram resultados concretos: ampliamos o entendimento parlamentar e fortalecemos o contato bilateral em temas como energia limpa, segurança alimentar e inovação tecnológica. São avanços que reforçam o papel de cada Parlamento como ator ativo na promoção do desenvolvimento.

Senhoras e senhores, o mundo vive um tempo de tensões geopolíticas, de desafios ambientais graves e de desigualdades persistentes, mas também é um tempo de esperança, de avanços tecnológicos

sem precedentes e de sociedades que estão prontas para trilhar novos caminhos de paz e de geração de riquezas.

O Parlamento é, por excelência, o espaço da representação do povo, mas também é o espaço da escuta. Aqui as expectativas da sociedade ganham forma política. Aqui as demandas do dia a dia se transformam em políticas públicas. Quando o Parlamento assume seu papel com seriedade e visão de futuro, ele consegue pacificar, incluir e construir coletivamente, por isso fóruns como este são fundamentais. Temos, neste espaço, a oportunidade de trocar experiências legislativas, conhecer boas práticas, aprender com erros e acertos dos outros, fortalecer nossas instituições não por imposição, mas por inspiração e cooperação. Juntos podemos construir o caminho de um futuro mais justo e mais equilibrado.

Quero fazer um agradecimento público às equipes técnicas, aos intérpretes, à assessoria internacional, aos profissionais da segurança, da logística e da comunicação. Eventos desta magnitude não acontecem por acaso. São fruto de trabalho árduo, muitas vezes silencioso, fruto da dedicação de muitas pessoas, de muitos servidores.

Senhoras e senhores, creio que o mundo que queremos para o futuro se molda pelas escolhas que fazemos no momento presente. E escolhas que respeitam a diversidade de realidades têm mais chance de gerar resultados duradouros.

Desejo, assim, que este 11º Fórum Parlamentar do Brics seja um espaço prioritário de debates, de fala propositiva, de construção conjunta. Que ele ofereça como resultado histórico um documento final coerente com as nossas convicções e, acima de tudo, comprometido com ações concretas.

O Congresso Nacional do Brasil – esta Casa, que é símbolo da luta popular – sente-se honrado por abrigar este fórum.

Que Brasília, com sua arquitetura de asas abertas, inspire todos nós a voar mais alto na construção de um futuro comum e que tenhamos um excelente 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

Permitam-me passar a palavra e, ao tempo, registrar o meu carinho e a minha admiração pelo meu amigo deputado federal pelo estado da Paraíba e presidente da Câmara dos Deputados do Brasil,

deputado federal Hugo Motta, a quem eu tenho a honra de conceder a palavra. (Palmas.)

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Muito bom dia a todos os presentes.

Cumprimento S. Exa. o senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal e copresidente comigo deste fórum – e também aproveito para registrar a nossa relação de amizade, de parceria e de amplo diálogo em favor do país, unindo assim o Congresso Nacional em torno das grandes causas de interesse do povo brasileiro –; S. Exa. o sr. presidente da República em exercício, dr. Geraldo Alckmin, que muito nos honra aqui com a sua presença; S. Exa. o sr. ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro decano, por quem temos o máximo respeito, sr. Gilmar Mendes, que também nos honra com a sua presença; S. Exa. a sra. ministra de Estado das Relações Exteriores substituta, embaixadora Maria Laura da Rocha; S. Exas. os srs. coordenadores do 11º Fórum Parlamentar do Brics, o sr. senador Humberto Costa e o deputado federal Fausto Pinato; as sras. e os srs. presidentes de Parlamentos e demais chefes de delegações estrangeiras e suas comitivas; as sras. deputadas e senadoras; os srs. deputados e senadores do Brasil aqui presentes; as demais autoridades que prestigiam esta solenidade; as servidoras e os servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; as senhoras e os senhores.

É com grande honra e muita satisfação que apresento as saudações da Câmara dos Deputados do Brasil aos participantes da 11ª edição do Fórum Parlamentar do Brics, neste ano sediada no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Recebam nossas mais cordiais boas-vindas à capital do Brasil, terra de convivência multicultural e de forte tradição diplomática.

Agradeço a presença das delegações dos países que integram o Brics.

São também muito bem-vindas as delegações das nações parceiras e das instituições convidadas.

Saúdo as deputadas, os deputados, as senadoras e os senadores do Brasil, cuja presença ilustra o empenho deste Parlamento em bem acolher nossos convidados internacionais.

Estamos aqui reunidos como representantes de grandes nações e porta-vozes de uma visão de mundo mais equitativa, multipolar e solidária, uma visão na qual a cooperação interparlamentar é instrumento essencial para promover uma agenda de paz, desenvolvimento sustentável e prosperidade compartilhada.

O Parlamento brasileiro assumiu a Presidência rotativa do Fórum sob o lema: "o papel dos Parlamentos do Brics na construção de uma governança mais inclusiva e sustentável". Esse lema inspira a agenda que nos orienta, com foco em duas frentes prioritárias: a cooperação do Sul Global e o fortalecimento das parcerias do Brics para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Senhoras e senhores, enfrentamos atualmente um contexto internacional marcado por tensões geopolíticas, protecionismo e fragilização do multilateralismo. Nesse cenário, a aposta no diálogo, na diplomacia e na renovação das instituições internacionais torna-se ainda mais imperativa.

Estamos todos cientes da força e da grandeza do Brics, e não me refiro apenas aos números e cifras que revelam a nossa parcela na população mundial, o PIB conjunto das nossas nações e o crescente fluxo comercial e de investimentos que juntos representamos. Destaco, principalmente, a força e a grandeza que se manifestam na capacidade dos nossos países de promover soluções conjuntas, sobretudo diante dos desafios sistêmicos que afetam nossas populações.

O Fórum Parlamentar do Brics se consolida como espaço privilegiado para fortalecer a diplomacia parlamentar e garantir que os compromissos assumidos pelos chefes de Estado se traduzam em normativas e ações concretas nos respectivos Parlamentos.

Na organização deste Fórum, a Presidência brasileira propôs seis temas prioritários para guiar os debates que faremos: Cooperação em Saúde Global; Comércio, Investimentos e Finanças; Mudança do Clima; Governança da Inteligência Artificial; Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança; e Desenvolvimento Institucional. Todos eles refletem desafios prementes do nosso tempo.

Na área da saúde, é muito importante que atuemos para intensificar a colaboração entre os membros do Brics. Isso inclui o desenvolvimento de projetos na área de saúde pública que visem a fortalecer os

sistemas de saúde de cada nação e assegurar uma resposta eficiente a desafios como o que o mundo enfrentou com a covid-19.

Tratando de comércio, investimentos e finanças, nós parlamentares podemos avançar sobre iniciativas que catalisem o fluxo comercial e de investimentos entre os países do Sul Global. Podemos fomentar o comércio entre os países do grupo, eliminar barreiras não tarifárias, facilitar a mobilidade de empresários e harmonizar normas e certificações.

Não podemos nos furtar, ainda, de discussões sobre como diversificar e fortalecer as iniciativas e mecanismos – como o de pagamento em moedas locais – para reduzir custos de transação e ampliar novas oportunidades de negócios. Incluem-se também nesse campo as iniciativas voltadas à promoção de sistemas tributários mais justos e eficientes – objetivo ao qual temos nos dedicado com empenho no Parlamento brasileiro.

No âmbito dos investimentos, ressaltamos a importância do Novo Banco de Desenvolvimento como pilar de financiamento para projetos de infraestrutura, energia limpa e inovação tecnológica. O Banco do Brics pode ser o motor de uma nova geração de investimentos que priorizem o crescimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Tão relevante quanto o capital é o conhecimento. Por isso, devemos intensificar os intercâmbios de pesquisadores, os programas de cooperação acadêmica e a transferência de tecnologias nas áreas da indústria 4.0, da bioeconomia, da agricultura de precisão, entre outras.

Ao lado das questões que visam aumentar a prosperidade econômica dos parceiros, é fundamental que mantenhamos nosso olhar atento às mudanças climáticas e seus impactos em todas as dimensões. O desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das nossas populações são indissociáveis de ações efetivas na transição para uma economia de baixo carbono. Nós, legisladores, temos a missão de estabelecer marcos regulatórios eficientes, que garantam segurança jurídica para impulsionar investimentos que venham a confirmar a liderança em matérias ambientais e climáticas do Brics.

Aqui no Brasil, que sediará, em novembro, a COP 30, na cidade de Belém do Pará, avançamos em legislação para regulamentar o mercado de carbono, acelerar a transição energética e fomentar o uso

de biocombustíveis. Medidas como essas podem ser compartilhadas e replicadas, constituindo boas práticas para outros países do Brics.

A realidade dos avanços tecnológicos, bem como seus impactos nas novas dinâmicas sociais de interação, de difusão do conhecimento e de atuação no mercado de trabalho, impõem sobre nós o dever de tratar, em âmbito interno e externo, a governança da inteligência artificial. Estarão nas leis e normas originadas em nossas casas legislativas as salvaguardas necessárias para garantir que o recurso à inteligência artificial para o nosso desenvolvimento seja acompanhado pelos adequados parâmetros de ética e transparência, respeito aos direitos humanos e preservação da soberania de cada nação. Virá do diálogo e do intercâmbio de boas práticas parlamentares a resposta que muitos de nós buscamos: um caminho para harmonizar a modernidade e a velocidade da evolução cibernética com a proteção dos direitos individuais, coletivos, corporativos e institucionais, tanto no setor público quanto no privado.

Ao avançar para outro ponto importante que será tratado neste fórum, a arquitetura multilateral de paz e segurança, cumpre lembrar que o Brasil, em sua Constituição, estabeleceu que, em suas relações internacionais, será um defensor da paz, da não intervenção em assuntos internos de terceiros países, da autodeterminação dos povos e da solução pacífica de conflitos. Defenderemos os direitos humanos, repudiaremos sempre o racismo e o terrorismo.

Assim como temos feito no âmbito da União Interparlamentar, com o apoio de muitos dos parceiros aqui presentes, propomos o esforço conjunto dos Parlamentos em favor de uma reforma abrangente dos organismos multilaterais. Essa reforma deve refletir com mais proporcionalidade a atual conjuntura geopolítica e fortalecer a voz dos países emergentes e em desenvolvimento da América Latina e Caribe, da África e da Ásia nesses espaços de decisão.

É inaceitável e cada vez mais flagrantemente ineficaz que estruturas decisórias do sistema das organizações das Nações Unidas continuem a refletir o mundo do pós-Segunda Guerra Mundial e não as dinâmicas geopolíticas do século XXI.

Nosso compromisso com a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é inequívoco. Um conselho mais representativo,

com maior participação de países do Sul Global, é condição indispensável para a promoção da paz, da segurança internacional e da solução negociada de conflitos.

Somos também favoráveis à reforma da Organização Mundial do Comércio para fomentar a previsibilidade das trocas comerciais. Defendemos a necessidade do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e a restauração do sistema de solução de controvérsias. Queremos regras comerciais que tratem a agricultura, garantia da segurança alimentar para todos, com o respeito e a justiça que nos foram prometidos, mas ainda não realizados. Estaremos mais perto de alcançar essas aspirações se nos fortalecermos institucionalmente. Unidos, os Parlamntos dos países que compõem o Brics conformam um corpo influente e estratégico no acompanhamento de questões centrais atinentes às nossas nações e nos debates políticos e econômicos em escala mundial.

Gostaria também de destacar o papel da diplomacia parlamentar na promoção da igualdade de gênero e da inclusão de mulheres nos espaços de poder. Tivemos a honra de sediar ontem a Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, eventos que entendemos serem fundamentais para uma cooperação Parlamentar mais coesa e eficiente.

Também promovemos uma frutífera Reunião de Presidentes de Comissões de Relações Exteriores dos Parlamntos do Brics. A formalização de encontros dessa natureza tem nosso total e entusiasmado apoio.

Senhoras e senhores, o Brics é uma plataforma plural e estratégica. Sua força dependerá da nossa capacidade de torná-lo ainda mais eficaz e conectado às demandas de nossos povos.

A diplomacia parlamentar tem papel vital nesse processo, promovendo o controle social, aprofundando o debate público e fortalecendo os laços entre nossos Legislativos.

Neste mundo complexo e mesmo caótico em que vivemos, deixemo-nos inspirar pela lição do escritor brasileiro Ariano Suassuna: não sejamos otimistas, porque os otimistas são ingênuos; mas não sejamos pessimistas, pois os pessimistas são amargos; sejamos realistas esperançosos. (Palmas.)

Animados por essa invocação, façamos deste fórum algo mais que um espaço para troca de ideias. Façamos dele um chamado à ação.

Que os frutos deste encontro se reflitam em iniciativas legislativas concretas, em projetos conjuntos e em uma visão compartilhada de futuro, uma visão realista e esperançosa.

Que, com esta iniciativa, nossos Paramentos ofereçam uma contribuição inestimável às aspirações coletivas por mais influência no cenário internacional e mais prosperidade para os nossos povos, mediante a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável.

Essa é a nossa tarefa e a nossa responsabilidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao nosso segundo vice-presidente do Senado Federal e coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal, senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Exmo. sr. presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre; Exmo. sr. presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Hugo Motta; Exmo. sr. presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin; Exmo. sr. ministro do Supremo Tribunal Federal, o nobre decano Gilmar Mendes; sra. ministra de Estado das Relações Exteriores substituta, embaixadora Maria Laura; sr. coordenador parlamentar do Brics pela Câmara dos Deputados, aguerrido colega deputado federal Fausto Pinato; é uma honra para mim que o digno senador Davi Alcolumbre tenha me incumbido, por parte do Senado Federal, de coordenar este Fórum Parlamentar do Brics na sua 11ª edição.

Aqui estão ilustres parlamentares de vários continentes, em uma franca demonstração de aliança robusta, no pleno pulsar do Brics. Com a grandiosidade de nossos parceiros nações irmãs convidadas, afirma-se, pois, o reluzir deste pacto mútuo, múltiplo e inclusivo. Fizemos um corte decisivo na tradicional geopolítica de outrora.

Enquanto congratulamos o avivamento do multilateralismo, é inegável que há uma corrente crise evidenciada na configuração institucional e na representação dos organismos internacionais.

Os sistemas de nações unidas e de organização de comércio entram em franco debacle, exatamente porque ora desfigura o esquadro político. Aqueles sistemas estão ainda desenhados em cenários carcomidos que remontam à década de 50 do século passado, consolidados em uma posição central do Ocidente. Ignora-se ali que, nas últimas décadas, houve o surgimento e a crescente importância de novos protagonistas na arena da política global.

Não, não somos periféricos e nos negamos a sê-lo. Está falseado o cenário em que ainda vigore uma centralidade de parcelas de um norte rico que subjuga e exclui. O Brics é um ponto de inflexão, dado que possuímos uma agenda inclusiva por princípio, e assente nesse fundamento é que renovamos parcerias por meio de convite a nações amigas para compartilharmos com avanços as nossas economias e sociedades. Somos, assim, adeptos de uma nova ordem político-econômica mundial calcada inclusive na densa Cooperação Sul-Sul. Desejamos e devemos ser tratados como atores de peso, personagens principais de uma nova perspectiva geopolítica.

A lógica central do bloco é a firmeza de uma nova arquitetura que olha de forma igual para aquelas tradições da corrente ocidental norte. É rota mais resistente que nossos países encontraram para lidar com questões comuns e desafios globais. Ricos territórios em recursos naturais, expressivas reservas de petróleo, terras-raras, gás natural e água doce: somos o Brics. Hoje estampamos cerca de 39% do Produto Interno Bruto global e temos quase metade dos habitantes do mundo. Somos uma centelha de desenvolvimento.

Concebemos que o aqui celebrado pacto multilateral é mola mestra para o bem-estar das nossas sociedades, pois se trata de um delineado *fair play* em face da interdependência e intercambialidade das nações. O multilateralismo é um princípio, e as falhas da comunidade internacional, em assim o admitir, provêm de atores geopolíticos que se miram autossuficientes em uma peculiar paranoia que, neste momento, volta-se contra os comércios livres das nações e suas trocas justas. Nesse contexto, emerge-se e intensifica-se a demanda por parlamentos robustos, representativos e que repartam o desejo do multilateralismo, de aproximação das nossas sociedades e da atuação

incontinenti para a correção das deficiências nas agendas dos obsoletos sistemas internacionais.

Nós do Parlamento temos vastos desafios a enfrentar e, portanto, há a preponderância de uma troca de experiências e de maior intercâmbio entre nossas Casas Legislativas.

Saudemos os nossos precursores parlamentares do então Bric – antes da entrada da nossa irmã África do Sul –, que, em 2011, às margens do G20, reuniram-se em paralelo a essa cúpula, inaugurando o chamamento de nós legisladores para o exercício de um papel central no bloco. E em 2015, na insólita Moscou, arrojaram o primeiro encontro oficial do Fórum Parlamentar.

Desde lá progredimos para a formalização do fórum, quando na África do Sul, em 2023, estabelecemos o Memorando de Entendimento e novamente na Rússia, em 2024, ao tecermos o protocolo complementar que definiu estratégias de cooperação global, formalizando essa dimensão parlamentar.

Avançamos para incentivar reuniões de presidentes de Comissões de Relações Exteriores dos diversos países do grupo; também inovamos na possibilidade de convidar países não membros, em um claro viés do princípio da inclusão. Além disso, decidimos propulsionar que parlamentares jovens e mulheres passassem a integrar as delegações oficiais dos nossos encontros.

Esta 11ª edição do Fórum Parlamentar do Brics apresenta o lema "O papel dos Parlamentos do Brics na construção de uma governança global mais inclusiva e sustentável".

Por princípio, pretendemos: ir adiante para uma maior dimensão de cooperação, aproximando nossas Casas Legislativas em temas correntes e que, via troca de experiências, possamos impulsionar as políticas públicas em conjunto. Abordagens em saúde, novas tecnologias, meio ambiente, comércio e investimentos, transferências de tecnologias, redução de dependências externas em tecnologias, inteligência artificial são temáticas em voga que merecem atenção redobrada, sem descuidar de outras que entrem em cenário.

Apoiamos que nossos parlamentares formem grupos e comissões temáticas interpaíses para afervorar melhores experiências e melhores soluções para os entraves ao nosso progresso.

Há necessidade de cooperação mais densa e mais otimizada em diversos vértices – em saúde, por exemplo, para a promoção de modelos de desenvolvimentos sanitários fundados na equidade e na inovação tecnológica, a fim de sustentarmos nossas sociedades com bem-estar em saúde e para enfrentarmos eventuais crises como a dura pandemia mundial da qual saímos há três anos.

Nas tecnologias, há muitos desafios. É urgente que nos debruçemos sobre o quesito novas plataformas e as inteligências artificiais, e dali extraíamos o melhor para nossas sociedades, considerando, sobretudo e sempre, a proteção das nossas crianças e juventude, a defesa dos direitos autorais, e a gestão soberana de nossas nações.

O meio ambiente, como mote decisivo, é um vetor que percorremos com a promoção de espelhamento/*benchmarking* de marcos regulatórios e de priorização do tema economia verde. Desafio imenso é promover um desenvolvimento precursor e inovador para nossas sociedades presentes que permita ecossistemas saudáveis, garantindo também qualidade de vida às nossas nações para o futuro.

Urge uma concertação régia de padrões internacionais para aquelas tecnologias e plataformas cujo viés se pautar pela transparência algorítmica e por responsabilidades claras perante nossas sociedades.

Somos um novo redesenho político e atores vitais. É um tempo em que o Legislativo faz-se primaz àqueles fins, e disso não fugirá.

Finalmente, temos certeza de que os nossos Paramentos, como peças basilares no xadrez geopolítico, e nessas eras das tecnologias aceleradas que retratam o mundo líquido, no dizer de Bauman, podem e devem agir de forma pungente, para o progredir do nosso Brics e o enlevo dos nossos povos.

Muito obrigado a todos e a todas! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao coordenador parlamentar do Brics, na Câmara dos Deputados, deputado federal Fausto Pinato.

O SR. FAUSTO PINATO (PP - SP) – Bom dia a todos.

Queria começar saudando meu grande amigo, Exmo. sr. presidente do Senado Federal, o senador Davi Alcolumbre, o qual, sem dúvida,

tem um papel maestral neste momento da nossa República brasileira. Eu costumo dizer que o Davi, com esse jeito dele brincalhão, querido, é um cara que conversa com gregos e troianos; de pouca idade, mas de muita responsabilidade com o Brasil. O Brasil precisa de V. Exa. no Senado Federal. Diante de tanta diversidade de esquerda e direita e de insanidade, o Brasil tem um senador, um presidente do Congresso Nacional, que, sem dúvida, fará o papel constitucional da defesa do Estado democrático de direito. Tenho um grande orgulho de você, Davi! Parabéns! (Palmas.)

Da mesma forma, queria saudar esse jovem deputado, de 35 anos, do estado da Paraíba. Jovem em idade, mas um político diferente. Foi deputado estadual, deputado federal, uma pessoa que dialoga com todos. Como Deus é sábio, no momento de tanta dificuldade do Brasil, escolhe dois jovens para presidir o Congresso Nacional – um na Câmara dos Deputados –, de partidos, de certa forma, que têm diálogo, que conversam, que não estão no extremismo e, talvez, na sabedoria divina, esses dois vieram para dar um novo rumo para o Brasil, porque o Brasil precisa de temperança, equilíbrio e de um rumo certo.

Tenho um grande orgulho, Hugo, e muito obrigado por ser meu amigo e ter me colocado de coordenador. Muito obrigado. (Palmas.)

Da mesma forma, quero saudar nosso presidente em exercício, vice-presidente e ministro, Geraldo Alckmin, uma pessoa com quem eu tive a grata satisfação de trabalhar no meu estado, uma pessoa séria. Quero dizer ao senhor também, senhor presidente em exercício, vice-presidente – eu sou da escola do Mário Covas, da escola do Geraldo Alckmin –, nós podemos divergir, sim, até em alguns pontos, mas, como se eu estivesse na história, quando o senhor foi lá, constitucionalista, nós estivemos juntos, sim; estivemos juntos na Praça da Sé... Eu não estava lá, mas com certeza estava, quando a gente defendia uma Constituição e a democracia, e, mesmo pensando diferentemente, em cima de um palanque, nós pedíamos as Diretas Já e o voto, e V. Exa., com toda a história do nosso prof. Mário Covas, mesmo divergindo, escolheu se juntar para salvar a democracia. O senhor também é um grande defensor da democracia, e, se a democracia está em pé, deve-se ao vice-presidente, Geraldo Alckmin. Tenho um grande orgulho de V. Exa. (Palmas.)

Da mesma forma, está aqui hoje – o pessoal fala “decano”; eu falo “o mais experiente” – o ministro da Corte, Gilmar Mendes, que foi advogado, passou desde o Fernando Henrique; um ministro centrado, de posição, que, muitas vezes, não é como alguns que preferem o aplauso do Facebook e do Instagram e joga para a galera, mas cumpre a lei e sempre trazendo equilíbrio.

Ministro Gilmar, na pessoa de V. Exa., faço questão de estender todos os nossos cumprimentos para o Supremo Tribunal Federal, especialmente aos ministros Alexandre de Moraes e Barroso, que, junto com a sua maestria e experiência, não se curvaram a nenhum tipo de pressão para manter o Estado democrático de direito.

Eu posso discordar pontualmente de decisões do Supremo, mas sempre vou defender a instituição Supremo Tribunal Federal. E parabeno V. Exa. pela magnífica, irretocável magistratura que V. Exa. fez diante de todos os governos: social-democrata, ultradireita, esquerda, e sempre agindo com lisura, equilíbrio e transparência. É disso que o Brasil precisa. Parabéns!

Da mesma forma, quero saudar meu grande amigo senador Humberto Costa, um senador que está num campo diferente do meu: ele é esquerda, eu sou mais centro ou centro-direita. Isso mostra que podemos ter diálogo; pensar diferente, mas pensar no Brasil da gente, para o povo da gente.

Senador Humberto Costa, parabéns pelo seu trabalho – o senhor é um senador trabalhador – e parabéns pela sua maestria.

É uma honra recebê-los no 11º Fórum Parlamentar dos Brics, em Brasília.

Quero parabenizar os idealizadores desse bloco, por preverem a necessidade de unir forças para fomentar uma parceria sólida e alcançar a estabilidade econômica e financeira: ajudar os povos; nos desenvolver; tivemos pandemia – a saúde, por exemplo, é um caso importante em que poderemos nos ajudar –; a educação; vamos aumentar nosso PIB; criar diálogo.

Desde o início, buscamos redefinir o comércio global.

Recentemente, expandimos nossa família – e, quando eu falo aqui, o sentimento tem que ser de família –, com a adesão do Egito, Indonésia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Etiópia e o Irã.

Essa expansão nos proporciona oportunidades únicas para fortalecer nossas alianças e enfrentar desafios globais de maneira conjunta.

Além disso, não podemos nos esquecer dos países parceiros: a Bielorrússia, a Bolívia – e, aliás, nós fizemos a primeira troca de tecnologia aqui com um senador boliviano: eu queria ver o que ele fez no cabelo dele, e ele falou que é uma tecnologia da Bolívia e vai me passar, presidente Alckmin –, o Cazaquistão, Cuba, Malásia e Nigéria.

Nós temos um currículo histórico de ter boa relação na América, Europa, Ásia, países africanos...

Somos um país que é potência na diplomacia, exportamos comida, alegria no futebol, no nosso Carnaval, e não somos país de guerra.

Nós não queremos saber disso ou daquilo; nós queremos estar sempre do lado certo.

Quero também cumprimentar aqui... Eu me esqueci de falar da Tailândia, Uganda, Uzbequistão, que complementam nossos esforços coletivos.

Em termos de contribuição global, cada um dos nossos países traz algo único para a mesa. A Índia é uma força na indústria farmacêutica, uma nação que está crescendo muito, uma grande potência. Nós temos também a Rússia, que continua a inovar tecnicamente – que está sendo vítima de uma guerra que poderia ser evitada, porque era só não colocar arma –, enquanto a China lidera como uma potência industrial e econômica. Compartilhar essas inovações garante o bem-estar de todos os nossos cidadãos.

No cenário internacional atual, percebemos uma tentativa de hegemonia que desrespeita a soberania de outras nações. O mundo não precisa de um xerife que imponha seu poder, mas, sim, de parcerias honestas, recíprocas e bem lideradas. É essencial defendermos a nossa soberania – a nossa soberania – e não cedê-la àquelas lideranças que utilizam ameaças como ferramenta de poder. A União Europeia, o Canadá, o Brics, o Japão e muitos outros países se mantêm firmes contra essas imposições. Não podemos aceder a injustiças e chantagens.

Seguiremos unidos para superar qualquer desafio, construir uma arquitetura de paz que fomente a estabilidade global, mesmo pensando diferentemente, com culturas diferentes, regimes diferentes, cada um respeitando o seu espaço. Dedicamos nossos esforços a proteger

nossa rica biodiversidade e liderar a luta contra a mudança climática substituindo discursos por ações concretas. Devemos ser exemplo de sustentabilidade, agindo de forma proativa no combate às mudanças climáticas. Mas, presidente Davi, não é menos verdade que não podem tirar a nossa capacidade de nos desenvolver, porque é muito bonito falar de preservação, e, no Norte, nossas professoras dando aula em escola de madeira, nossas crianças andando descalças. Aqueles que mais nos criticam foram os que mais desmataram, agem como a grande polícia do mundo e devem pagar conta por isso, porque nós vamos ter responsabilidade, sim, mas precisamos melhorar a vida do nosso povo.

Na era da transformação digital, a tecnologia e a inteligência digital serão a chave para o futuro. Cabe a nós estabelecer diretrizes para a inovação responsável, priorizando segurança e privacidade. Nós sabemos que a inteligência artificial, que a internet, quando veio, foi muito importante, mas ela é usada, muitas vezes, como ferramenta de divisão, de distorção e de mentira. Precisamos ter coragem, porque, em países sérios, sejam uma democracia ou não, você fala o que quiser, mas você responde pelo que fala; então somos covardes para nos escondermos atrás de robôs.

Nosso banco de desenvolvimento é uma ferramenta crucial, financiando projetos que impulsionam nossa agenda sustentável e ambiental, sem dúvida, para que possamos desenvolver alguns países. Nós, inclusive o Brasil, temos dívidas com o continente africano. A escravidão acabou, e todos nós devemos fazer *mea culpa* e estender a mão, mas os países europeus também têm uma dívida com as Américas e com o continente africano.

Finalmente, o Brics surge como uma força unida para uma nova ordem mundial mais justa. O mundo não pertence a um único dominador. Valorizamos a história dos Estados Unidos, mas é hora de pavimentar nosso próprio caminho, baseado em colaboração, respeito mútuo e equidade.

Nos últimos dias, estamos vendo, ao vivo e em cores – e aqui tem brasileiro corajoso para falar o que tem que falar –, o sr. Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, uma das maiores nações do mundo, abandonar a diplomacia e o necessário respeito às tratativas existentes entre os países mundo afora, para se posicionar como se

fosse ditador da economia global, ameaçando e chantageando pessoas, países e autoridades. Somos soberanos, e um filho seu não foge à luta; nós não escolhemos lados, nós escolhemos bons caminhos. Não podemos aceitar isso e, para tanto, devemos lutar bravamente para juntos construirmos uma nova ordem mundial, objetivando o respeito e a negociação bilateral, pois somente assim estaremos livres de sofrer solavancos, como os criados por Donald Trump.

Sr. ministro do Supremo, nós deputados fizemos um compromisso de defender a Constituição. Independentemente de quem ganhar, eu gostando ou não gostando, nós vamos defender a nossa Constituição. São poucos, mas existem aqueles de coragem que não são covardes de ficar manipulando grandes nações para atentar contra a nossa Suprema Corte.

Vamos aproveitar este fórum para fomentar o progresso e a paz. Unidos, somos um farol de desenvolvimento sustentável. Unidos e cooperados, podemos trabalhar juntos, mesmo pensando diferente, e fazer uma nova história de mundo, trazendo mais serenidade, menos fome e mais desenvolvimento e avanço equitativo e justo.

A esperança nasce agora, e o Parlamento do Brics tem um papel fundamental.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Gostaria de conceder agora a palavra ao Exmo. Sr. ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes.

O SR. GILMAR FERREIRA MENDES – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal; e o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta. Cumprimento o presidente da República em exercício, ministro e vice-presidente Geraldo Alckmin; a sra. embaixadora Maria Laura, ministra de Estado das Relações Exteriores em exercício; o senador Humberto Costa, coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal; o deputado federal Fausto Pinato, coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados; as sras. e os srs. parlamentares dos

países-membros e parceiros do Brics; os srs. chefes de delegação; e os distintos convidados.

É com elevado sentimento de honra e profunda satisfação, sr. presidente, que participo desta solenidade de abertura do 11º Fórum Parlamentar do Brics. Esta ocasião representa uma oportunidade ím- par para aprofundarmos o diálogo interparlamentar e fortalecermos a cooperação em prol de um desenvolvimento partilhado entre nossas nações. Com três dias de encontros temáticos e de sessões plenárias, o evento reforça o valor da diplomacia parlamentar como instrumento essencial à construção de pontes entre os povos.

Ao sediar este importante fórum, o Brasil reitera o seu firme com- promisso com o fortalecimento do bloco e com a edificação de um futu- ro mais próspero e inclusivo, sob a égide da nossa Presidência rotativa. O lema que nos guia neste ciclo – “O papel dos Parlamantos do Brics na construção de uma governança global mais inclusiva e sustentável” – está em plena consonância com o mote da Presidência brasileira do Brics em 2025. Essa sintonia estratégica traduz-se em esforço coeso de articulação multilateral que respeita as especificidades nacionais, sem perder de vista os objetivos comuns.

Desde sua criação, o Brics – formado por Brasil, Rússia, Índia, Chi- na e África do Sul – tem alargado suas fronteiras. Em 2023, na Cúpula de Joanesburgo, o grupo foi ampliado com a adesão de seis novos membros: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indo- nésia e Irã. O bloco ainda conta com nove países parceiros, num esforço de inclusão e diálogo que enriquece nossa representatividade global.

Hoje, o Brics consolida-se como um pilar da nova ordem mundial, reunindo 11 nações, que representam aproximadamente 49% da popu- lação mundial, 36% do território global e 23% do comércio internacional. Em termos econômicos, o bloco já supera o G7 em paridade de poder de compra, alcançando um crescimento acumulado de 4% em 2024.

É importante destacar que, para o Sul Global, o Brics tem se afir- mado como uma alternativa concreta à arquitetura financeira tradicional. O Banco de Desenvolvimento do Brics já aprovou mais de US\$32,8 bilhões em 96 projetos de infraestrutura e sustentabilidade, enquanto o acordo de reservas contingentes, com um fundo de US\$100 bilhões, reforça a estabilidade econômica em nossos países. Além disso, ini-

ciativas que abrangem energia limpa, saúde, inovação e segurança alimentar apostam no uso de moedas locais e na soberania cooperativa.

Por fim, não posso deixar de mencionar aqui a aproximação entre o Supremo Tribunal Federal do Brasil e as cortes superiores dos demais países do Brics. Em 2009, quando eu estava ocupando a Presidência do Supremo, estive pessoalmente na China, onde assinamos um protocolo para fortalecimento de diálogo institucional e para a promoção do Estado de direito e dos direitos humanos. Tal colaboração ganhou impulso com a Declaração de Sanya, em 2011, e foi reafirmada recentemente, em 2024, com a visita do ministro Luís Roberto Barroso à Suprema Corte da Índia, abordando temas como o combate à discriminação e a aplicação ética da inteligência artificial na Justiça.

É com esse espírito de colaboração que devemos também intensificar o diálogo entre os nossos Parlamentos. Se os nossos tribunais já caminham lado a lado, é hora de nossos legisladores trilharem o mesmo percurso. A robusta agenda deste evento – envolvendo temas de Cooperação em Saúde Global, Comércio, Investimentos e Finanças, Mudança do Clima, Governança da Inteligência Artificial, Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança e Desenvolvimento Institucional – é um passo importante nessa caminhada.

A missão que nos espera no cenário internacional é, sem dúvida, desafiadora. No entanto, este é o momento de assumirmos, com espírito aberto e comprometimento responsável, o protagonismo que nos cabe na construção de uma ordem global mais justa.

Desejo a todos um ótimo fórum.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à sra. ministra de Estado das Relações Exteriores substituta, a embaixadora Maria Laura da Rocha.

A SRA. MARIA LAURA DA ROCHA – Muito obrigada, sr. presidente.

Exmo. presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre; Exmo. presidente da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta; Exmo. presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin; Exmo. ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes; sr. senador Hum-

berto Costa; sr. deputado Fausto Pinato; senhoras e senhores representantes dos Parlamentos dos países dos Brics; senhoras e senhores; é uma grande honra representar o Ministério das Relações Exteriores do Brasil na abertura do 11º Fórum Parlamentar do Brics, realizado na sede do Congresso Nacional, símbolo maior da democracia brasileira.

A presença dos representantes dos Parlamentos dos países do Brics, reunidos em torno de uma agenda robusta, diversificada e transformadora, é prova concreta do compromisso do grupo com o diálogo político, a cooperação multissetorial e o fortalecimento das instituições democráticas.

Saúdo também os representantes dos países parceiros do Brics que participam desta edição do fórum. Como sabem, a categoria de países parceiros foi criada recentemente, em 2024, e a Presidência brasileira recebeu a incumbência de propor formas estruturadas e inclusivas de engajamento desses novos atores. Essa tarefa vem sendo conduzida com responsabilidade e criatividade, e o fato de os parceiros estarem presentes neste espaço interparlamentar é um sinal de que estamos no caminho certo.

É também motivo de grande satisfação constatar que os temas escolhidos para esta edição do fórum parlamentar estão fortemente alinhados com as prioridades da Presidência brasileira do Brics em 2025. Essa convergência entre os Poderes Executivo e Legislativo enriquece e legitima ainda mais os esforços do Brasil na condução da Presidência do Brics, ampliando o alcance da nossa atuação e reforçando o compromisso com resultados concretos e positivos para nossas sociedades.

Temas como a saúde global, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento econômico inclusivo, a governança da inteligência artificial e a reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança refletem preocupações centrais da nossa sociedade e do nosso tempo. São questões interligadas, que exigem respostas coordenadas e visão de futuro. E é justamente por isso que o envolvimento ativo dos Parlamentos nacionais — enquanto expressões legítimas da vontade popular — é essencial. Ele não apenas aprofunda o debate democrático, como também fortalece os laços de confiança entre instituições e cidadãos.

Do ponto de vista da diplomacia brasileira, o fórum parlamentar constitui uma peça central do pilar *people-to-people* do Brics.

Ao longo de suas dez edições anteriores, o fórum tem crescido em escopo, profundidade e participação. Nesta 11ª edição, consolida-se como um espaço de diálogo político relevante, com capacidade real de influenciar políticas públicas e orientar ações de cooperação entre nossos países.

Quero ainda destacar o papel da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, realizada ontem, também aqui no Congresso Nacional. Foi um momento simbólico e substancial, de escuta ativa, articulação e compromisso com a equidade. A voz das mulheres nas instâncias decisórias do Brics é essencial para a construção de sociedades mais justas, diversas e igualitárias. O Brasil se orgulha de ter acolhido esse encontro em um ambiente de respeito mútuo, pluralidade e cooperação.

Até o final de maio, já haviam sido realizadas aproximadamente 160 reuniões oficiais no contexto da Presidência brasileira do Brics, com cerca de outras 60 previstas para os próximos meses. Esse volume expressivo de atividades demonstra o grau de comprometimento do Brasil com uma presidência que seja substantiva, representativa e propositiva.

Estamos agora a apenas quatro semanas da Cúpula de Líderes, que ocorrerá no Rio de Janeiro, entre os dias 6 e 7 de julho, e seguimos trabalhando, com dedicação e diligência, para garantir que essa cúpula represente um momento de inflexão e ambição renovada. A cúpula não será, no entanto, o ponto final da nossa Presidência. As atividades continuarão ao longo do segundo semestre, com o mesmo foco na promoção de iniciativas concretas.

Vivemos um momento internacional complexo e desafiador. Conflitos persistentes, mudanças climáticas, desigualdades crescentes e transições tecnológicas aceleradas nos colocam diante de grandes dilemas e decisões. Mais do que nunca, precisamos de instituições fortes, diálogo aberto e ação coordenada. Os Parlamentos têm papel determinante nesse processo; ao lado dos Executivos nacionais, ajudam a construir pontes, consolidar consensos e transformar ideias em políticas públicas concretas.

Desejo a todas e a todos um excelente fórum, repleto de trocas significativas e propostas construtivas.

Reitero, em nome do Itamaraty, nosso compromisso de seguir trabalhando lado a lado com este Parlamento e com os representan-

tes dos países do Brics e de seus parceiros, por uma cooperação mais eficaz, representativa e transformadora.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao sr. presidente da República em exercício e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Quero cumprimentar o senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional; o deputado federal Hugo Motta, presidente da Câmara dos Deputados; o ministro Gilmar Mendes, ministro decano do Supremo Tribunal Federal; a embaixadora Maria Laura da Rocha, ministra de Estado das Relações Exteriores em exercício; o senador Humberto Costa, coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal; o deputado federal Fausto Pinato, coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados; as sras. e os srs. presidentes dos Parlamentos dos países do Brics; os parlamentares dos países do Brics; e as senhoras e os senhores.

É uma honra receber hoje, em Brasília, os parlamentares do Brics nesta 11ª edição do fórum. Este encontro reflete o compromisso do grupo em refletir e contribuir para soluções em um cenário internacional desafiador, marcado por transformações econômicas e tecnológicas e por tensões geopolíticas. Unidos, representamos uma parcela expressiva da população e da economia globais, com responsabilidade para construir um futuro mais justo, próspero e sustentável.

Em 2025, o Brasil assumiu a Presidência rotativa do Brics com o lema: "Fortalecer a cooperação do Sul Global para uma governança mundial mais inclusiva e sustentável". Foram definidas seis prioridades:

1. Saúde global. A pandemia mostrou que crises sanitárias exigem ação conjunta. Propomos promover o acesso equitativo a vacinas, medicamentos e tecnologias de saúde. Também buscamos criar protocolos de resposta rápida a emergências sanitárias. Lembrando, em 2002, SARS-CoV; em 2008, H1N1; em 2012, MERS-CoV; em 2015, Ebola; em 2019, *coronavirus disease*, covid; em 17 anos, foram cinco grandes epidemias.

2. Desenvolvimento econômico. Propomos reduzir barreiras burocráticas, incentivar a conectividade digital e apoiar políticas de neoin-

dustrialização e sustentabilidade, com foco em tecnologias verdes e economia circular. Precisamos também incentivar o contato mais frequente de nossos empresários.

3. Mudança climática e transição verde. O Brasil comprometeu-se a reduzir de 59% a 67% das emissões até 2035 e a eliminar o desmatamento ilegal, aliás, recompor até parte da floresta através do Fundo do Clima. Foi lançado o Pacto pela Transição Ecológica. E trabalhamos por mecanismos de financiamento climático. Tudo isso acontece em antecipação à COP 30, que acontecerá em Belém, na Amazônia brasileira, ao final deste ano.

4. Governança da inteligência artificial. A inteligência artificial deve ser guiada por princípios éticos e de transparência, com foco na proteção de dados, soberania digital e capacitação profissional. Defendemos uma governança responsável da inteligência artificial por meio da cooperação entre governos, academia e setor privado.

5. Paz e segurança internacionais. O Brasil reafirma seu compromisso com soluções negociadas para conflitos e com a reforma do Conselho de Segurança da ONU para uma governança global mais justa e representativa. Os países do Brics devem atuar como força construtiva em prol da paz.

6. Fortalecimento Institucional do Brics: a ampliação do grupo exige mais coesão e efetividade. O memorando de entendimento firmado em Joanesburgo fortalece o Fórum Parlamentar como espaço contínuo de cooperação legislativa. O Brasil se compromete com sua consolidação como mecanismo permanente de diálogo e ação conjunta.

Os desafios que enfrentamos – da saúde global à transição verde, do avanço tecnológico à segurança internacional – são complexos e interconectados. Nenhum país pode enfrentá-los sozinho. Por isso, o papel dos nossos parlamentos é decisivo. Devemos legislar para garantir acesso equitativo à saúde, fomentar iniciativas que reduzam a pobreza e incentivem a inovação com justiça social. Precisamos aprovar políticas que acelerem a transição ecológica, promovam uma IA ética e inclusiva, e fortaleçam os mecanismos multilaterais de diálogo e cooperação.

Mas, acima de tudo, é fundamental lembrar que o verdadeiro progresso nasce da nossa capacidade de construir sobre o que nos une, e não sobre o que nos separa. Os Brics são diversos em cultura,

história e modelos de desenvolvimento – e isso é uma riqueza, não um obstáculo.

Ao encerrar, gostaria de reafirmar que a cooperação entre os Poderes Legislativos dos Brics é essencial para transformar decisões em resultados concretos para nossas populações. A diplomacia parlamentar complementa os esforços dos chefes de Estado, promovendo compreensão mútua e soluções conjuntas. Parlamentos mais conectados significam Brics mais fortes.

O Brasil, como país anfitrião, almeja posicionar-se como ponte entre nações e regiões. Estamos abertos ao diálogo, à escuta e à construção coletiva.

Como disse o presidente Lula: "Só existe futuro se ele for sustentável, justo e compartilhado".

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Neste momento, eu convido o senador Nelsinho Trad, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, representando também o deputado federal Filipe Barros, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, para a entrega da síntese da Presidência da reunião dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos Parlamentos do Brics. (Palmas.) (Pausa.)

Concedo a palavra ao senador Nelsinho Trad, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para a leitura da síntese da Presidência das Comissões de relações exteriores dos Parlamentos dos Brics.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. presidente, senador Davi Alcolumbre; sr. presidente, deputado Hugo Motta; colegas parlamentares, Fausto Pinato e Humberto Costa, nas pessoas dos quais gostaria de saudar os parlamentares brasileiros que aqui se encontram; nosso ministro Gilmar Mendes; nossa ministra das Relações Exteriores, a embaixadora Maria Laura; com muito prazer também cumprimento o presidente Geraldo Alckmin, e quero apenas ressaltar que houve uma participação muito ativa de todos os representantes dos países que se fizeram presentes – ao todo 15 países.

Debatemos, no dia de ontem, pela manhã e à tarde, alguns dados interessantes que eu gostaria de passar a V. Exas. Os países do Brics contam com quase metade da população do planeta, cerca de 48,5%, com tendência de crescimento acima da média global para a próxima década. O Brics possui ampla abrangência geográfica e passou a incluir recentemente o Oriente Médio e mais países do continente africano.

Em 2024, a corrente de comércio do Brasil com o Brics totalizou US\$210 bilhões, representando 35% do total. O Brics foi o destino de US\$121 bilhões das exportações brasileiras, representando 36% do total exportado. E foi a origem de US\$88 bilhões nas importações brasileiras, representando 34% do total importado. Em outras palavras, de cada três produtos vendidos ou comprados pelo Brasil, um foi ou veio de um país do Brics.

Ontem tivemos a honra de sediar a 2ª Reunião de Presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Parlamento do Brics, realizada no Plenário de Comissões 1 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos em três sessões sobre os temas de comércio, investimentos e finanças.

Venho apresentar aqui a síntese das discussões.

Os parlamentares presentes na reunião destacaram a importância de promover as relações econômicas dos países do Brics, indo além da dimensão comercial e englobando investimentos, transferência de tecnologia e coordenação de políticas nacionais.

Reconheceu-se a necessidade de construção de um mundo multipolar, mas não apenas no sentido geopolítico: um mundo em que múltiplas civilizações, histórias e prioridades possam coexistir com dignidade, cada uma com sua voz, com sua força e com seu projeto, valorizando e reconhecendo o papel da liberdade.

Na primeira sessão de trabalho, foi destacada a importância de combatermos o protecionismo e o unilateralismo, de promovermos o desenvolvimento institucional do bloco e de zelarmos pelos princípios de livre comércio, no interesse da retomada de uma ordem internacional baseada em regras.

Na segunda sessão, realçou-se o reforço de investimentos na área de infraestrutura, transporte e logística, para uma maior integração de

nossas cadeias produtivas. Além disso, destacou-se a importância de construir um ambiente amigável, atrativo e confiável para os investidores.

Ainda nessa sessão, várias delegações destacaram a importância da transferência de tecnologia, sendo necessário aprofundarmos nossa cooperação técnica e nossas parcerias, para que possamos fomentar a capacidade de inovação de nossos países.

Na terceira sessão, discutiu-se o financiamento de operações comerciais e projetos estratégicos dos países do Brics, com ênfase para o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros sustentáveis e resilientes. Foi abordada a questão dos meios de pagamento em moedas locais. Houve consenso sobre a necessidade de maior disponibilidade de recursos para apoiar os países do Brics, com especial referência ao Novo Banco de Desenvolvimento.

Em conclusão aos trabalhos, destacou-se a importância de dar continuidade às reuniões. Todos os Paramentos presentes foram convidados a envidar esforços para que as reuniões de presidentes de Comissões de Relações Exteriores dos Paramentos do Brics se consolidem em um mecanismo permanente nos futuros fóruns parlamentares.

Aproveito a oportunidade para saudar os colegas indianos, que nos sucederão e deverão organizar a terceira edição da nossa reunião.

Um forte abraço e, do coração, um agradecimento pela colaboração de todos vocês para produzir esse documento.

Viva o Brics! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Neste momento, eu convido a senadora Leila Barros, líder da Bancada Feminina no Senado Federal, e a deputada federal Talíria Petrone, representando a deputada federal Jack Rocha, coordenadora-geral da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, para a entrega da síntese da Presidência da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics.

(Procede-se à entrega da síntese da Presidência da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à sra. senadora Leila Barros, Líder da Bancada Feminina no Senado Fe-

deral, para a leitura da síntese da Presidência da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Obrigada, sr. presidente, Exmo. presidente do Senado Federal do Brasil, senador Davi Alcolumbre; Exmo. presidente da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta; distintos parlamentares; chefes de delegações. Cumprimento também de forma muito especial o nosso Exmo. sr. presidente da República em exercício, nosso vice-presidente Geraldo Alckmin; o sr. ministro Gilmar Mendes, representando o presidente do Supremo Tribunal Federal; a sra. ministra de Estado das Relações Exteriores, a embaixadora substituta Maria Laura; o sr. senador Humberto Costa, que é coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal, companheiro nosso aqui de Senado Federal; e o deputado federal Fausto Pinato, coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados. (Palmas.)

A Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, realizada em 3 de junho de 2025, em Brasília, no âmbito do 11º Fórum Parlamentar do Brics, reuniu representantes do Brasil e dos seguintes países-membros e países parceiros: África do Sul, China, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Irã, Índia e Rússia. Ao longo de três sessões de trabalhos, as parlamentares reafirmaram o papel estratégico das mulheres na construção de uma governança global mais inclusiva, democrática e sustentável, com base nas prioridades definidas pela Presidência brasileira do Brics.

Na primeira sessão, dedicada à discussão dos impactos da inteligência artificial nos direitos das mulheres, as parlamentares ressaltaram que a tecnologia deve ser ferramenta de inclusão e empoderamento feminino e não fonte de desigualdades. Enfatizou-se a importância da contribuição dos Parlamentos para a formulação de normativas internacionais que salvaguardem os direitos humanos, especialmente os de nossas mulheres. Destacou-se também a necessidade de estabelecer mecanismos globais e nacionais para prevenir a violência digital e proteger a integridade de mulheres e meninas. Além disso, defendeu-se a tipificação clara de crimes contra as mulheres em ambientes virtuais e a responsabilização de plataformas digitais. E, por fim, o encontro abordou a sub-representação feminina em ciência, tecnologia, enge-

nharia e matemática, recomendando a adoção de políticas públicas que incentivem a participação das nossas mulheres nessas áreas e estimulem o empreendedorismo digital feminino.

Na segunda sessão, teve-se como foco o enfrentamento da crise climática a partir da perspectiva das mulheres. As parlamentares discutiram os efeitos desproporcionais das mudanças climáticas sobre as populações vulneráveis, destacando que mulheres – especialmente aquelas em áreas rurais e periféricas, indígenas, ribeirinhas e pobres – são as principais vítimas dos desastres naturais, da insegurança alimentar e dos deslocamentos forçados, além da perda de renda. Ademais, reforçou-se o papel dos Parlamentos na criação de marcos legais e na fiscalização de políticas públicas que considerem as necessidades e o conhecimento das mulheres, incluindo a promoção de ações específicas de financiamento, capacitação, acesso à terra, inovação tecnológica e de fomento de participação nos espaços de decisão. Foi ressaltada a urgência em reconhecer o protagonismo feminino como caminho estratégico para um futuro mais justo, verde e inclusivo.

A terceira sessão dedicou-se à definição dos caminhos para fortalecer a Cooperação Sul-Sul e ampliar o protagonismo das mulheres nas agendas multilaterais do Brics, incluindo as áreas de saúde, comércio, governança tecnológica, paz e segurança. As parlamentares discutiram a participação ativa das mulheres nos espaços decisórios nacionais e internacionais, inclusive no âmbito dos Parlamentos; o enfrentamento à violência política; o combate à pobreza e à desigualdade econômica; o incentivo a uma educação pautada na inclusão e na equidade; e a criação de ambientes institucionais mais inclusivos como medidas necessárias para garantir uma representatividade efetiva. Reconheceu-se o Brics como plataforma estratégica para o intercâmbio de boas práticas legislativas, o fortalecimento da cooperação internacional e o desenvolvimento de iniciativas voltadas a promover os direitos das mulheres. Ao final, a reunião contou com um painel extra para fomentar o diálogo entre parlamentares e bancos de desenvolvimento, com foco na ampliação do papel das mulheres como agentes e beneficiárias dos financiamentos promovidos por essas instituições.

A reunião das mulheres Parlamentares do Brics evidenciou a atuação colaborativa entre os países do bloco e a força da diplomacia

parlamentar das mulheres para impulsionar transformações estruturais orientadas pela equidade e a inclusão. Em adição a isso, reforçou-se a importância, sr. presidente e líderes presentes, da institucionalização da reunião como evento anual, necessário para termos continuidade nos debates anualmente.

Então, sr. presidente e todas as autoridades que compõem essa mesa, eu gostaria, em nome da Bancada Feminina no Congresso Nacional, de agradecer – me desculpem os parlamentares homens –, de forma muito especial, a todas as mulheres parlamentares pela colaboração e pela participação de todas vocês na construção desse documento tão importante. Espero que seja, realmente... O que nós percebemos na nossa conversa – a deputada Talíria está aqui, a senadora Eudócia e tantas outras parlamentares – é que as angústias das mulheres, independentemente dos países, independentemente das culturas, são basicamente as mesmas, sr. presidente.

Então, espero que esse documento seja muito efetivo, apreciado com muita responsabilidade e, acima de tudo, com comprometimento dos líderes do bloco.

Viva o Brics! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Antes de encerrar esta solenidade, gostaria de convidá-los a participarem do almoço de trabalho que ocorrerá logo mais, no restaurante da Câmara dos Deputados, e informar que as nossas equipes de cerimonial ajudarão na condução das delegações ao local de almoço.

Em seguida, às 14h, terá início a primeira sessão de trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, com o tema: Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global.

Agradeço às autoridades presentes e a todos que nos honraram com o comparecimento.

Declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 28 minutos.)



Plenário do Senado Federal durante 11º Fórum Parlamentar do Brics - Brasil 2025.
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



1ª SESSÃO DE TRABALHO

Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global

*"Por que, então, não unir forças em prol da saúde de nossos povos?
Não vejo razão para não o fazermos. Acho que devemos e, graças
a Deus, podemos fazer. Um bom ponto de partida seria conhecer a
fundo nossas forças; reconhecer, com humildade, nossas fraquezas;
mapear pontos fortes e fracos; reproduzir o que deu certo; e criar
mecanismos de apoio recíproco naquilo que deu errado".*

PRESIDENTE SENADOR DAVI ALCOLUMBRE



APRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

A sessão abordou os desafios para a saúde global e a importância da cooperação interparlamentar entre os países do Brics para fortalecer sistemas de saúde, promover a equidade e ampliar o acesso a tecnologias, vacinas e medicamentos. Em um cenário ainda marcado pelas lições da pandemia de covid-19, os parlamentares reafirmaram que saúde é um bem público universal e destacaram a necessidade de ações conjuntas para responder a emergências sanitárias.

Foram discutidas estratégias para ampliar a produção e o acesso a vacinas, desenvolver mecanismos de alerta precoce, compartilhar tecnologias e promover formação técnica e científica.

Os países-membros e parceiros apresentaram suas experiências nacionais em políticas públicas e estruturação de sistemas de saúde e inovação, com destaque para o fortalecimento da atenção primária e da participação comunitária; as iniciativas para eliminação de doenças tropicais negligenciadas; a cooperação em desenvolvimento de vacinas, medicamentos e medicina nuclear; a defesa do acesso equitativo a tecnologias e da flexibilização de patentes em pandemias; os programas nacionais de saúde universal e cobertura ampliada; os avanços em governança digital e proteção de dados em saúde; e as articulações multissetoriais e internacionais para segurança sanitária.

A sessão reforçou a criação da Aliança Interparlamentar como espaço permanente para troca de experiências, construção de consensos legislativos e fortalecimento da diplomacia parlamentar em saúde. A proposta é que o Brics atue como vetor de um novo modelo multilateral, baseado em solidariedade, justiça, ciência aberta e governança compartilhada para a saúde global.

Estevão Cubas Rolim
Consultor Legislativo



DISCURSO DE ABERTURA DA 1ª SESSÃO DE TRABALHO

SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Declaro aberta a 1ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, com o tema "Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global".

Compõe a mesa, com esta Presidência, S. Exa. o senador Humberto Costa, segundo vice-presidente do Senado Federal e também coordenador parlamentar do Brics no Senado da República.

Senhoras e senhores, saúde global foi um dos temas que escolhemos para o 11º Fórum Parlamentar do Brics. E optamos por não tratar apenas de saúde, mas da saúde no contexto de uma aliança interparlamentar.

Aliança, de fato, é a palavra-chave desta sessão de trabalho. Aliança, cooperação, colaboração, união de forças em prol de objetivos comuns: são esses, exclusivamente, os nossos propósitos.

Nas demais sessões, trataremos de temas de grande importância, como comércio, finanças, investimentos, mudanças climáticas, inteligência artificial, paz e segurança; mas creio que será aqui, nesta sessão, que lançaremos as sementes de nossos resultados mais palpáveis, das soluções mais concretas para os problemas que nossos países – e o mundo – enfrentam na área da saúde – de maneira muito especial, a saúde pública.

Somos um grupo de países que reúne mais da metade da população mundial e que produz parte considerável do Produto Interno Bruto, em paridade de compra e de poder de compra.

Representamos uma coalizão com enorme potencial econômico, biotecnológico e diplomático, com potencial para, efetivamente, fazer a diferença em termos de saúde global. E, para transformar esse potencial em realidade, a cooperação interparlamentar é uma ferramenta crucial.

Reconheço que temos, sim, diferenças, que somos nações diversas, mas a saúde, a doença e a vida são fenômenos universais. A

pandemia de covid-19 nos lembrou disso, nos lembrou de que o vírus que mata aqui mata em qualquer lugar do mundo, da mesma forma que as demais doenças infecciosas, o câncer, as doenças cardiovasculares e, eventualmente, até mesmo, infelizmente, a fome.

Por que, então, não unir forças em prol da saúde de nossos povos? Não vejo razão para não o fazermos. Acho que devemos e, graças a Deus, podemos fazer. Um bom ponto de partida seria conhecer a fundo nossas forças; reconhecer, com humildade, nossas fraquezas; mapear pontos fortes e fracos; reproduzir o que deu certo; e criar mecanismos de apoio recíproco naquilo que deu errado.

No caso do meu país, o Brasil, temos um enorme sistema público de saúde, o nosso SUS, que se propõe universal e integral, ou seja – e nós temos à mesa do Senado Federal o nosso vice-presidente, que teve a honra de, como médico, ser ministro da Saúde do Brasil –, um sistema que almeja proporcionar saúde para todos. No entanto, temos dificuldades com o financiamento, com o pessoal e com a distribuição equitativa de recursos pelo território nacional.

Temos um programa de vacinação e de medicamentos genéricos muito bem estabelecido e produzimos grande parte deles, mas ainda temos muito a evoluir na área da biotecnologia. Temos bons programas de prevenção e promoção da saúde, mas ainda sofremos para controlar algumas doenças infecciosas e enfrentamos uma endemia de doenças crônicas não transmissíveis.

Temos força, portanto, na qual outros países podem se espelhar, mas também temos fraquezas que devem ser combatidas. Estou certo de que a batalha será menos dolorosa se pudermos nos inspirar em experiências bem-sucedidas de nossos companheiros do Brics.

Muito obrigado, portanto, a cada um de vocês pela presença nesta sessão de trabalho, e parabéns pela disposição para seguirmos juntos em busca de uma saúde global mais forte, mais fortalecida para a humanidade.

Para organizar os trabalhos, esclareço que cada orador poderá usar da palavra, nas tribunas do Senado Federal, por cinco minutos. A fim de garantir o cumprimento da nossa agenda de eventos e a isonomia entre os representantes, o sistema de áudio do Plenário está programado para soar o toque da campainha um minuto antes do fim do tempo

do orador, como um alerta para que se encaminhe à conclusão do seu discurso, sendo desligados os microfones após cinco minutos de uso da palavra. Solicito também que todos falem de forma pausada, para que a tradução simultânea possa refletir os pronunciamentos com a máxima precisão.

Por fim, peço a atenção de todos para um aviso importante. A fim de dar continuidade e fluidez aos trabalhos, uma vez esgotada a lista dos oradores e encerrada esta sessão, iniciaremos a próxima sessão de trabalho sem intervalos.

Agradeço a compreensão e a cooperação de todos com essas regras, que são necessárias para o bom andamento da sessão.

Concedo a palavra por cinco minutos à sra. Inna Svyatenko, vice-presidente da Câmara Alta da Rússia. *(Palmas.)*



SRA. INNA SVYATENKO

Vice-Presidente da Câmara Alta da Rússia



Senadora da Federação Russa representando Moscou desde 2019, Inna Svyatenko preside o Comitê de Política Social do Conselho da Federação. Graduada em Matemática Computacional pela Universidade Estatal de Moscou e com formação adicional pela Academia Presidencial Russa de Economia Nacional e Administração Pública, atuou anteriormente como deputada na Duma da Cidade de Moscou por quase duas décadas. Membro do partido Rússia Unida, é reconhecida por sua atuação em políticas sociais e juventude.

(Tradução simultânea.) – É uma honra e um privilégio para mim participar desta sessão de trabalho em nome do Conselho da Federação.

Tenho testemunhado um impulso crescente na cooperação em saúde, tanto globalmente quanto entre os países dos Brics. De fato,

temos trabalhado juntos em uma variedade relativamente ampla de áreas nesse sentido, abrangendo saúde pública, telemedicina e tecnologia digital, desenvolvimento de novos tratamentos e medicamentos, e muitas outras esferas.

Nos últimos anos, os países do Brics alcançaram um progresso significativo na coordenação dos seus esforços ao realizar pesquisas médicas para evitar pandemias, o que inclui o desenvolvimento de novos tratamentos. Criado em 2022, um centro especializado em vacinas deve desempenhar um papel importante para garantir que as pessoas em todos os países do Brics possam acessar vacinas.

Inclusive, a esse respeito, posso mencionar a proposta que a Rússia apresentou em 2024, para permitir que os países do Brics contribuam para o desenvolvimento de vacinas contra infecções tropicais, incluindo as febres de Marburg, de Lassa e do Nilo Ocidental. De fato, a Rússia fez progressos substanciais nesse domínio e nosso país está pronto para compartilhar esse conhecimento.

A Rússia iniciou esforços dentro do Brics para elaborar um sistema abrangente de alerta precoce para combater doenças transmissíveis. Esse sistema preverá a criação de um mecanismo único para eliminar surtos de doenças infecciosas dentro do Brics, realizando treinamentos e *workshops* para profissionais da saúde. Os grupos de especialistas que trabalham no desenvolvimento de uma estrutura técnica para esse programa abrangente incluem especialistas dos países Brics. As iniciativas do Brics têm um papel especial a desempenhar na promoção da cooperação da medicina nuclear, para detectar e tratar cânceres malignos.

O Brics também estabeleceu um grupo de trabalho especial por uma proposta da Rússia em 2023, para desenvolver e fabricar medicamentos radiológicos inovadores. Na Rússia, damos especial importância ao desenvolvimento de novas ferramentas e tratamentos diagnósticos de câncer, incluindo terapias de fótons e prótons.

Gostaria também de observar que os países do Brics todos têm competências necessárias no setor farmacêutico. Promover educação médica e permitir que as instituições relevantes estabeleçam contato mais próximo é um aspecto importante da nossa cooperação: intercâmbios estudantis, cursos e treinamento para médicos e realização de projetos conjuntos. É por iniciativa da Rússia que o Brics criou a

sua própria revista médica e a coalizão da saúde, uma plataforma de especialistas. Instituições educacionais e de pesquisa do Brics podem trabalhar juntas para desenvolver respectivos sistemas nacionais de saúde.

Temos desenvolvido contatos bilaterais dentro do Brics. Nesse sentido, destaco uma apresentação de laboratório de diagnóstico móvel para realizar exames médicos e garantir serviços médicos responsivos e de qualidade. Em 2025, entregamos esse laboratório móvel para a Etiópia em uma visita oficial da delegação do Conselho da Federação. Sei que outros países também estão interessados nas soluções da Rússia nesse domínio.

A saúde pública sempre foi uma prioridade importante para a Rússia. Nós estamos educando, com treinamento para trabalhadores de medicina, contribuindo com plataformas digitais e estamos prontos para expandir a nossa parceria dentro do Brics em todas as frentes, com colegas e países do Brics trabalhando juntos para o cuidado da saúde.

Então, ao trocar *insights* e compartilhar práticas, podemos introduzir tecnologia médica de ponta, ao mesmo tempo em que melhoramos a saúde de todos os sistemas nos nossos países. Estou convencida de que esta sessão de trabalho tornará a nossa cooperação ainda mais eficaz, gerando novas ideias interessantes.

Desejo a vocês boa saúde e tudo de bom! Obrigada pela atenção.



Assista ao discurso da sra. Inna Svyatenko

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – O sr. Poobalan Govender, vice-presidente do Parlamento da África do Sul. *(Palmas.)*



SR. POOBALAN GOVENDER

Vice-Presidente da Câmara Alta da África do Sul



Deputado sul-africano pelo Inkatha Freedom Party (IFP), Poobalan Govender atua como vice-presidente do Conselho Nacional de Províncias (NCOP) desde julho de 2024. É reconhecido por sua longa trajetória política e compromisso com a promoção da democracia e do desenvolvimento socioeconômico na África do Sul.

(Tradução simultânea.) – V. Exas. parlamentares do mundo inteiro, primeiro eu gostaria de agradecer ao Governo do Brasil pela excelente preparação para o nosso fórum no Brics.

Há quatro anos, nós sofremos uma das pandemias mais mortais e sem precedentes na nossa vida, a da covid-19. O vírus da covid-19 não respeitou fronteiras e não se importou com condição social ou econômica dos indivíduos na sociedade. Atacou países desenvolvidos e em desenvolvimento na mesma medida, atacou ricos e pobres da mesma forma. Uma das lições mais importantes que aprendemos com a provação que tivemos com a covid-19 é que somos uma comunidade global única, que precisa se unir para vencer esses desafios comuns que enfrentamos, como pandemias, doenças, fome, guerras, discriminação, abuso de mulheres e terrorismo. A covid-19 não resultou apenas na perda de milhões de vidas no mundo inteiro, mas causou imensos danos à estabilidade econômica e social em países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo países do Brics.

A covid-19 nos lembrou ainda que, em um mundo interconectado e globalizado, ninguém está seguro até que todos estejam seguros, e é por esta razão que a República da África do Sul apoiou totalmente o apelo para que a Organização Mundial do Comércio renunciasse a

aspectos específicos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio para permitir a fabricação local de medicamentos e vacinas relacionados à covid-19 e que também possibilitaria o acesso rápido a vacinas fabricadas localmente e a compra dessas vacinas a preços razoáveis.

A Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global nos apresenta uma oportunidade de trabalharmos juntos para vencer desafios comuns à saúde. Devemos usar a cooperação entre o Brics para fortalecer a prontidão e a resposta a pandemias, incluindo a cooperação em vacinas.

Nós, na África do Sul, ainda não estávamos preparados para isso, e agora estamos preparados para compartilhar com o mundo inteiro. Claramente, não estávamos prontos para responder proativamente à pandemia, que foi tão mortal. A Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global nos ajudará a usar nossa sabedoria coletiva e conhecimentos médicos para responder proativamente a futuros surtos de doenças ou para responder melhor. A forte cooperação e o compromisso entre os países do Brics terão desdobramentos positivos e muito grandes para permitir e garantir uma vacinação justa e equitativa como um bem público global. Isto fortalecerá nossa capacidade para emergências de saúde pública.

A nossa aliança busca promover a equidade na saúde global, especialmente em regiões com recursos limitados, eliminando doenças como ameaças à saúde pública e aprimorando a eficácia das intervenções. Apoiamos o progresso feito em direção ao estabelecimento de um sistema integrado de alerta precoce do Brics para evitar riscos de doenças infecciosas em massa, de acordo com as regulamentações sanitárias internacionais, a Rede Global de Alerta e Resposta a Surtos da Organização Mundial da Saúde, para identificar futuras pandemias.

É digno de nota e louvável que nossos países se reúnam formalmente, anualmente, para discutir cooperação em saúde durante as reuniões dos Ministros da Saúde do Brics. Assim, muitas declarações conjuntas foram emitidas após as reuniões, como um guia para cooperação em saúde do Brics, expressando atitudes comuns. Vamos intensificar e fortalecer essa cooperação.

A Aliança Interparlamentar do Brics pela Saúde Global apresenta aos nossos Estados-membros uma oportunidade de expandir nossa cooperação e influência para enfrentar os desafios de saúde global. Também nos apresenta uma oportunidade de explorar novas oportunidades ainda não exploradas. Por exemplo, embora os países do Brics possuam os maiores mercados farmacêuticos emergentes do mundo e níveis crescentes de consumo, ainda estamos em uma posição passiva na indústria farmacêutica global. Devemos aproveitar esta oportunidade não apenas para o benefício de nossos cidadãos, mas para o benefício da comunidade global geral. Temos a capacidade, as habilidades e os recursos necessários para alcançar esse objetivo. Além disso, é muito importante compartilhar conhecimento, tecnologias, conhecimento em inteligência artificial, etc. Além disso, precisamos ter vozes unificadas, de modo coletivo, para nosso trabalho na OMS e outras instituições globais.

Mais uma vez, vou falar sobre cooperação no nível internacional, para podermos trabalhar juntos para o interesse de toda a humanidade.

Obrigado.



Assista ao discurso do sr. Poobalan Govender

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sr. Mardani Ali Sera, membro do Parlamento da Indonésia. (Palmas.)



SR. MARDANI ALI SERA

Membro do Parlamento da Indonésia



Deputado indonésio pelo Partido da Justiça Próspera (PKS), Mardani Ali Sera é engenheiro mecânico pela Universidade da Indonésia, com mestrado e doutorado pela Universidade de Tecnologia da Malásia. Atua como professor na Universidade Mercu Buana e lidera a Comissão II da Câmara dos Representantes. É conhecido por fundar o movimento #2019GantiPresiden e por sua atuação em tecnologia, energia e governança democrática.

(Tradução simultânea.) – Excelências, honradas delegações, senhoras e senhores, é uma grande honra para nós representar a Câmara dos Deputados participando aqui. Esse é o nosso primeiro encontro com o Parlamento do Brics. Obrigado pela oportunidade de compartilhar visões na nossa discussão de hoje.

A cooperação global é crítica para proteger as populações do mundo do risco de doenças infecciosas, que podem rapidamente cruzar fronteiras nacionais no nosso mundo interconectado. Isso pode rapidamente escalar em uma crise global, exemplificada pela pandemia de covid-19. Ainda mais, a cooperação em saúde global tem um papel importante em resolver as disparidades, fortalecer o sistema de saúde e encorajar acesso a recursos de cuidado de saúde, todos os quais contribuem para conseguir uma cobertura mundial de saúde e um bom desenvolvimento dos sistemas de...

Nesse sentido, nós saudamos a proposta de parceria global para eliminar Doenças Socialmente Determinadas (DSDs) e Doenças Tropicais Negligenciadas (DTNs), com foco em populações vulneráveis,

iniciada pelo Brasil. A eliminação de DSD e DTN pode ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o Objetivo 1, que é a Erradicação da Pobreza; o Objetivo 2, que é a Fome Zero; o Objetivo 6, Água Potável e Saneamento; e o Objetivo 10, Redução das Desigualdades; além de abordar as mudanças climáticas. A cobertura se expandiu significativamente, alcançando mais do que 90% da população, reduzindo o gasto com o sistema de saúde e aumentando catastroficamente, expandindo a uma taxa assustadora...

Para fortalecer o sistema de saúde em países emergentes e encontrando... a Indonésia desenvolveu um mecanismo de cooperação civil e militar, trabalhando com a Organização Mundial de Saúde, que tem um papel importante e eficiente ao lidar com a pandemia de covid-19 e também no processo de... que iria facilitar a cooperação civil e militar.

Delegados, para fortalecer o papel dos Brics na cooperação global em saúde, a Indonésia incentiva os Brics a reforçarem seu compromisso com a segurança de saúde global, através da capacitação, compartilhamento de recursos médicos e criando acesso equitativo a vacinas, particularmente no Sul Global. Além disso, dada a atual retirada dos Estados Unidos da Organização Mundial de Saúde, é importante que os Brics assumam um papel principal na formação da governança global da saúde para torná-la mais inclusiva, responsiva e reflexiva.

Eu agradeço muito. *(Palmas.)*



Assista ao discurso do sr. Mardani Ali Sera

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Convido, para fazer o uso da palavra, o sr. Mohammad Rashidi, membro do Parlamento do Irã.



SR. MOHAMMAD RASHIDI

Membro do Parlamento do Irã



Atuante em temas de política externa e energia, defende o direito do Irã ao enriquecimento de urânio acima de 20% para fins pacíficos, como medicina e agricultura. Também atua na articulação de investimentos no setor de petróleo e gás, destacando a importância da diplomacia econômica para superar sanções e atrair capital estrangeiro.

(Tradução simultânea.) – Em nome de Deus, eu... Srs. delegados, Excelências, falantes do Parlamento, distintos colegas, é uma grande honra e um privilégio... primeira sessão, trabalho, no Fórum dos Brics... na Aliança Parlamentar do Brics pela Saúde Global. Este encontro, esta reunião, é um evento para, originalmente, fortalecer a cooperação interparlamentar nas necessidades vitais humanitárias, que são públicas para todos.

Senhoras e senhores, década passada foi um período difícil para, neste mundo interconectado... A saúde fica juntamente com a insegurança, com outros fundamentos para a estabilidade social e desenvolvimento e tem, na verdade, consequências severas economicamente.

No mundo atual, a estabilidade é muito importante: é uma situação em que os Brics são 40% da população mundial. É uma grande porção que tem várias capacidades para lidar com os desafios da saúde. Nós, no Parlamento, temos um papel importante de fortalecer os sistemas de saúde, através da legislação e do financiamento, e podemos desenvolver políticas para permitir o acesso à saúde para todos os cidadãos, mas isso deve ser conseguido com as reações dos Parlamntos pelo mundo todo.

O Brics, como um sistema diversificado, personifica, com efeito influente... Tem uma grande responsabilidade em termos de saúde. Nós temos que ter um programa comum para o seguinte: expansão da infraestrutura da saúde com prioridade sobre menos áreas privilegiadas; fortalecer as cooperações em pesquisa para contrapor doenças que estão começando; ser uma infraestrutura forte contra crises futuras; ter um mapa para a saúde global no Brics, baseado no acesso igualitário de tratamento; preparação para eventuais pandemias e padronização, em termos de saúde digital, observando a privacidade e os dados.

As pandemias, na verdade... Nessa área, encontramos várias lacunas em termos de distribuição de medicamentos, e isso requer uma solidariedade humana para lidar com esse desafio, e temos que ter esta consciência no Brics: temos que desenvolver um novo modelo multilateral de saúde, baseado em solidariedade, justiça, livre conhecimento e políticas de livre conhecimento. Esse modelo pode estar dentro fundo de saúde para o Brics ou uma aliança médica e compartilhamento de tecnologia.

Senhoras e senhores, eu acredito que o diálogo entre os Parla-mentos no Brics pode nos levar a arcabouços legislativos semelhantes, inclusive temos, em governança de saúde digital, proteção de bioda-dos, lidando com ameaças ressurgentes. Experiências nacionais serão significativas quando compartilhadas no nível internacional.

Aqui nós temos um papel importante dentro do Brics, nós temos que, além da atividade nacional, envidar esforços para estabelecer uma coordenação internacional baseada no multilateralismo, no crescimento dos valores humanos, no conhecimento local e capacidades nacionais; vamos juntos encontrar a capacidade dos nossos Parla-mentos, adotar decisões estratégicas, seguir políticas justas e fortalecer Parla-mentos através de solidariedade, para um melhoramento da saúde global. Os futuros das nossas nações ficam sob decisões audaciosas.

Então, eu gostaria de agradecer o Parlamento e o Governo do Brasil pela sua hospitalidade e pela excelente organização desta reunião.

Muitíssimo obrigado.



Assista ao discurso do sr. Mohammad Rashidi

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – *(Falha no áudio.)*

... Núñez Betancourt, membro do Parlamento de Cuba.



**SR. ALBERTO EDUARDO
NÚÑEZ BETANCOURT**



Membro do Parlamento de Cuba

Jornalista e deputado cubano, Alberto Núñez Betancourt é vice-presidente da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Nacional do Poder Popular. Graduado em Jornalismo, dirigiu os jornais Tribuna de La Habana, Granma e Trabajadores. Foi correspondente de guerra em diversos países e é autor de livros sobre missões internacionais.

(Tradução simultânea.) – Gostaria de agradecer pelo convite e também gostaria de mandar minhas saudações a todos.

Desde a entrada no Brics, Cuba tem visto essa união como uma forma bastante positiva e uma oportunidade de cooperação e relações eficazes, nas quais cada nação pode demonstrar e contribuir com suas capacidades.

O art. 72 da Constituição da República de Cuba afirma que a saúde pública é um direito fundamental e uma responsabilidade do Estado. Consideramos que a saúde é o bem-estar físico, mental e social; portanto, não deve ser definida apenas como ausência de doença.

Nós oferecemos atendimento integral a toda a população no campo e na cidade, sem discriminação, tendo a atenção primária à saúde e a participação comunitária intersetorial em sua base. Os parlamentares cubanos trabalham permanentemente em questões de saúde, e o resultado desse trabalho é a nova Lei de Saúde Pública, aprovada em 2023. Esse documento normativo é considerado atualizado, abrangente, que protege, inovador, ético e comprometido com

princípios como dignidade humana, inclusão, é respeitoso e focado nos direitos mais sagrados, como saúde e vida.

Isso demonstra como é importante nos unirmos com relação à saúde. Nós compartilhamos, sempre que pudemos, durante a pandemia de covid-19, em meio a uma brutal intensificação do bloqueio econômico comercial e financeiro dos Estados Unidos... E, além disso, esse bloqueio visava asfixiar totalmente o nosso comércio econômico e o acesso a combustíveis e moedas internacionais, com atenção a tecnologias médicas, vacinas, medicamentos, etc.

Este fórum do Brics pode fomentar um debate mais sólido com relação a esses aspectos em áreas científicas que podem contribuir para a melhor saúde de todas as populações. Precisamos também tratar da questão da pobreza em um sistema econômico que tem impacto sobre todos, e Cuba também, para poder enfrentar todos os seus desafios, vê que é necessário empoderar as pessoas.

A saúde é algo que pertence às pessoas, numa perspectiva comunitária também, de modo a preencher os objetivos da Agenda 2030, que visa a garantir vidas saudáveis e o bem-estar para todos, com mais recursos alocados à saúde, à renovação das metas que favoreçam a cobertura universal à saúde, a fim de que esta se torne um bem coletivo.

É essencial promover essa cooperação internacional para compartilhar as experiências, os conhecimentos, as melhores práticas daqueles que tiveram sucesso em alcançar a cobertura universal de saúde.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



*Assista ao discurso do sr. Alberto Eduardo Núñez
Betancourt*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Para fazer uso da palavra, o sr. Harivansh Narayan Singh, vice-presidente da Câmara Alta da Índia.



SR. HARIVANSH NARAYAN SINGH



Vice-Presidente da Câmara Alta da Índia

Jornalista e político indiano, Harivansh Narayan Singh é o atual vice-presidente do Rajya Sabha, a câmara alta do Parlamento da Índia, cargo que ocupa desde 2018. Antes de ingressar na política, teve uma carreira destacada no jornalismo, atuando como editor-chefe do diário hindi Prabhat Khabar, onde liderou investigações de grande impacto, como o escândalo do "Fodder Scam". Foi também assessor de imprensa do ex-primeiro-ministro Chandra Shekhar.

(Tradução simultânea.) – É uma honra lidar nesse fórum de agosto, em que estão fomentando o diálogo parlamentar e a diplomacia parlamentar, com os desafios comuns aos países do Brics, unidos por uma visão maior ou qualquer outra cooperação para salvar a diplomacia, para a coordenação e mais competição no Sul Global.

Depois da covid-19, na ação coletiva, mas também para as respostas coordenadas, a Índia foi ativamente atuando no Brics, contribuindo com o avanço de agendas de saúde que são críticas.

Sr. presidente, refletindo o espírito da nossa cooperação, sabemos que o mundo é apenas uma família e que nós temos as nossas prioridades, enfatizando a importância da colaboração multilateral para melhorar a saúde para todos. Há vários determinantes que são importantes e sabemos que há doenças tropicais negligenciadas, especialmente com relação a países que são de renda média e baixa.

Precisamos assegurar, também, esses pontos na agenda do Brics. Na Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, já havia con-

versado sobre isso e foi um marco muito importante para o nosso país, uma iniciativa para alcançarmos a cobertura universal em saúde. Nós estabelecemos centenas de indicadores para podermos prover saúde e promover reabilitação e cuidados paliativos. Nós temos um imenso programa de saúde que cobre os seus custos, cobrindo mais ou menos 125 milhões de famílias, que já reduziram seus custos com saúde. Esse esquema, agora, pretende cobrir todos os habitantes, transformando a Índia nesse país totalmente empoderado.

Nós temos vários hospitais e plataformas que trabalham nesse sentido, inclusive em tempo real, com informações em tempo real. Nós trabalhamos de forma tecnológica, inclusiva, com soluções bastante inclusivas e já disseminadas. Isso é para assegurar que os nossos habitantes tenham acesso a consultas médicas. Nós temos, também, o rastreamento da cobertura de vacinas para adultos e crianças. Hoje já alcançamos 79 milhões de vacinas administradas. Também introduzimos a infraestrutura, que é crítica para a provisão da saúde e para a pesquisa.

Sr. presidente, temos o compromisso de melhorar também a área de saúde materno-infantil, melhoramos a mortalidade em 70%. Esse progresso coloca a Índia a caminho de conseguir alcançar os objetivos que traçamos antes do prazo. Estamos comprometidos em eliminar tuberculose, várias outras doenças, sarampo, rubéola e outras.

Sr. presidente, os parlamentares dos países do Brics têm um papel fundamental para essa colaboração, de modo que possamos assegurar saúde de maneira equitativa para todos.

Em nome da Índia, agradeço ao Brasil por este evento e por toda a hospitalidade.

Muito obrigado. *(Pausa.) (Falha no áudio.)*



Assista ao discurso do sr. Harivansh Narayan Singh

ENCERRAMENTO DA 1ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – ... lista de oradores desta sessão, esclareço que, na sequência, daremos início à 2ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, sob a condução do Exmo. sr. deputado federal Fausto Pinato, coordenador na Câmara dos Deputados do encontro dos Parlamntos do Brics.

Declaro encerrada esta sessão. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 2 minutos.)



Deputado Fausto Pinato (PP-SP) preside sessão.
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



2ª SESSÃO DE TRABALHO

Ação Parlamentar do Brics em Busca de Novos Caminhos para o Desenvolvimento Econômico

"Em um mundo que se fragmenta, os Brics são um pilar de integração; em tempos de incerteza, somos uma fonte de estabilidade; e, em uma era de rápidas transformações tecnológicas, estamos prontos para ser uma plataforma decisiva de cooperação em tecnologia e promoção de inovações, comprometida com um futuro mais igual, justo, mais sustentável e inovador."

SRA. DILMA ROUSSEF



APRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

A sessão "Ação Parlamentar do Brics em Busca de Novos Caminhos para o Desenvolvimento Econômico" destacou o papel crescente do Brics na economia global, com aproximadamente 40% do PIB mundial (em termos de paridade do poder de compra), e quase metade da sua população.

Os parlamentares discutiram a cooperação econômica e reformas institucionais. Enfatizaram a necessidade de se fortalecer o comércio e investimentos entre os países do Brics, promover o uso de moedas locais para realizar transações e a reforma de instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, de modo a torná-las mais representativas, com maior participação do Sul Global.

Outro aspecto relevante abordado foi o do ecossistema de desenvolvimento sustentável e inovação. Os parlamentares defenderam uma abordagem para o desenvolvimento econômico que esteja baseada em sustentabilidade, inclusão social e inovação tecnológica.

Discutem-se estratégias para diversificar economias, fortalecer cadeias de valor regional, investimentos em ciência, tecnologia e educação e promoção de políticas industriais robustas. A presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, braço financeiro do Brics, sra. Dilma Rousseff, reforçou a importância de uma nova industrialização verde e digital, com foco na equidade e na cooperação internacional.

Finalmente, os parlamentares defenderam a importância da solidariedade e multilateralismo. Ressaltaram a importância da solidariedade entre os países do Sul Global frente aos desafios como desigualdade e sanções unilaterais, bem como instabilidade geopolítica. Foram defendidos a criação de mecanismos alternativos de pagamento, a maior integração legislativa e o fortalecimento da diplomacia parlamentar. O



Brics pode ser visto como uma plataforma estratégica para se promover um sistema internacional mais justo, inclusivo e multipolar.

Benjamin Miranda Tabak
Consultor Legislativo



DISCURSO DE ABERTURA DA 2ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato. PP - SP) – Declaro aberta a 2ª Sessão de trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, com o tema "Ação Parlamentar do Brics em Busca de Novos Caminhos para o Desenvolvimento Econômico".

Senhoras e senhores, nossos países já representam cerca de 40% do PIB mundial. Nossas taxas de crescimento econômico têm estado acima da média do crescimento dos demais países. Respondemos por quase metade da população global. Somos importantes na produção de alimentos, de energia das mais variadas fontes e também de produtos avançados como *chips* e aviões. Detemos consideráveis reservas de minerais críticos para as tecnologias do futuro. Com essas credenciais, os países dos Brics têm todo o interesse em que o comércio mundial se realize sob regras justas, transparentes e previsíveis.

Precisamos encontrar as maneiras adequadas para responder, pelo diálogo, pela negociação, às atuais turbulências do cenário internacional, que resultam de medidas protecionistas em desrespeito às normas que estivemos construindo conjuntamente nas últimas décadas. No plano interno, o Parlamento brasileiro adotou recentemente a Lei da Reciprocidade Econômica, para que o país conte com os instrumentos

necessários para se defender, sempre que necessário, de barreiras indevidas às suas exportações. No plano externo, o cenário atual deve nos incentivar à diversificação de parcerias e à abertura de novos mercados.

Dentro desse esforço, que é compartilhado por todos aqui, o comércio entre os países dos Brics é uma importante avenida a ser explorada, sobretudo para que todos consigamos agregar valor às nossas exportações. Os investimentos também são uma dimensão essencial deste nosso intercâmbio. Precisamos trocar experiências sobre como nossos Parlamentos estão atuando para que nossos países estejam sempre preparados para aproveitar as novas oportunidades abertas pelas velozes inovações tecnológicas e pelos desafios da sustentabilidade.

Igualmente relevante para os nossos debates de hoje é o tema da reforma do sistema financeiro internacional, de nosso especial interesse como países que contribuem crescentemente para a geração de riqueza mundial, mas que ainda estão em posições subordinadas na governança mundial das finanças, em instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Diante de um cenário global marcado por desigualdades persistentes e desafios tecnológicos, climáticos e geopolíticos, é fundamental que nós, Parlamentos dos Brics, estejamos unidos na construção de alternativas sustentáveis para promover o crescimento com justiça social, soberania – volto a dizer, soberania – econômica e cooperação entre os países do Sul Global.

Meu muito obrigado.

Para organizar os trabalhos, esclareço que cada orador inscrito poderá usar a palavra nas tribunas por até cinco minutos. A fim de garantir o cumprimento da nossa agenda de eventos e a isonomia entre os representantes, o sistema de áudio do Plenário está programado para soar o toque da campainha um minuto antes do fim do tempo do orador, como alerta para que encaminhe a conclusão do seu discurso, sendo desligados os microfones após cinco minutos de uso da palavra.

Solicito também que todos falem de forma pausada, para que a tradução simultânea possa repetir os pronunciamentos com a máxima precisão.

Agradeço a compreensão e a cooperação de todos com essas regras necessárias para o bom andamento da sessão.



Plenário do Senado Federal durante 11º Fórum Parlamentar do Brics - Brasil 2025.
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao sr. Om Birla, presidente da Câmara Alta da Índia.



SR. OM BIRLA

Presidente da Câmara Baixa da Índia



Deputado indiano pelo partido Bhartiya Janta, representando o distrito de Kota, no Rajastão. Exerce a Presidência da Câmara Baixa do Parlamento Indiano desde junho de 2019, sendo eleito para um segundo mandato no ano de 2024. Também foi membro da Assembleia Legislativa do Rajastão de 2003 a 2014.

(Tradução simultânea.) – Exmo. sr. presidente da Mesa, em nome do Parlamento da Índia e seus 1,4 bilhão de cidadãos, eu estendo minhas mais calorosas boas-vindas a todos vocês. Felicito o Parlamento do Brasil por organizar com sucesso este evento e agradeço a sua calorosa hospitalidade.

Hoje, o grupo Brics emergiu como uma força formidável no cenário econômico global. Ele representa quase 45% da população mundial e contribui com mais de 40% para o PIB global, com base na paridade do poder de compra.

Amigos, apesar dos desafios globais, as nações do Brics alcançaram um progresso inspirador no campo do desenvolvimento econômico. A Índia acredita que, para fortalecer ainda mais esse progresso, devemos aprimorar o comércio, o investimento e a cooperação financeira intra-Brics.

Saudamos a recente expansão do agrupamento Brics. Isso tornará a nossa colaboração mais inclusiva e impactante.

A Índia apoia um sistema de comércio global justo e baseado em regras, que aborde adequadamente as necessidades e aspirações do Sul Global.

Amigos, estamos preocupados que a representação dos países em desenvolvimento nas instituições internacionais permaneça inadequada. Esse desequilíbrio prejudica a equidade global e o desenvolvimento equilibrado. Portanto, os países do Brics devem coletivamente fazer esforços concretos para aprimorar a participação do Sul em tais instituições.

Crises globais, como a pandemia de covid-19, afetaram desproporcionalmente o Sul Global. Desafios relacionados à saúde, alimentação e segurança energética se intensificaram. Sem ações concretas e coordenadas, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) permanecerá difícil.

A Índia não é mais apenas a maior e mais vibrante democracia do mundo, mas tem situações... A jornada da Índia na última década tem sido notável. Apesar das incertezas globais e dos desafios domésticos, a Índia superou consistentemente a média de crescimento global. De 2014 a 2015, e de 2024 a 2025, o PIB da Índia cresceu uma média de 7%, tornando-se a economia de grande porte de crescimento mais rápida do mundo... De mais de 7% ao ano.

A Índia não é apenas a maior e mais vibrante democracia do mundo, mas também uma nação com uma governança estável e fortes instituições constitucionais, Estado de direito, sistema tributário transparente e responsável, e uma liderança decisiva que conquistou a confiança dos investidores globais.

Sob a liderança do primeiro-ministro Sri Narendra Modi, a Índia fez um progresso sem precedentes em infraestrutura, água, energia, conectividade rodoviária e ferroviária.

Hoje, a Índia está desenvolvendo o seu país... Está tentando... Acredita nos setores culturais, onde os países do Brics podem ser... Conjuntamente devemos ter o comércio das corporações com a Índia e os países do Brics.

Agradeço muitíssimo aos países do Brics que estão neste fórum discutindo todas as questões e desenvolvendo em seus próprios países, tentando focar nos países do Brics.

Agradeço profundamente pelo entendimento e pelo tempo. *(Falsa no áudio.)*



Assista ao discurso do sr. Om Birla

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato, PP - SP) – *(Falha no áudio.)* ... a Índia, sem dúvida, é um motivo de grande orgulho para todos nós

Bom, dando seguimento ao nosso trabalho, queria passar a palavra à sra. Tie Ning, vice-presidente do Parlamento da China.

Pode... *(Pausa.)*

Ela já está aqui? *(Pausa.)*



SRA. TIE NING

Vice-Presidente do Parlamento da China



Além de vice-presidente do parlamento chinês (Comitê Permanente do 14º Congresso Nacional do Povo), é escritora, sendo considerada a principal na contemporaneidade. Em 2006 foi eleita como presidente da Associação de Escritores da China, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo na instituição.

(Tradução simultânea.) – *(Falha no áudio.)*

... e nos juntar ao 11º Fórum do Brics.

Essa é a família Brics, que abraça os novos membros como a Indonésia... em um novo estágio de cooperação de comércio nos Brics, no novo estágio de alta cooperação.

Meu caloroso bem-vindos à delegação da Indonésia e agradeço ao Brasil pelo... nos movermos adiante... Alguns... A ideia de que... *(Pausa.)*

... tentando usar a lei da selva para podermos seguir adiante. Quer dizer, nós temos que pensar nos interesses dos países do mundo inteiro, incluindo os países do Brics e na estabilidade política e econômica do mundo inteiro.

Os países do Brics são a vanguarda dos países do Sul Global. Nós temos tantos tipos de cooperação, e a cooperação do Brics é feita de maneira coletiva, pensando em todos os países e pensando no Sul Global.

Temos tantos desafios que precisamos enfrentar e nós queremos pensar numa voz multilateral que traga benefícios para todos. Primeiro, precisamos afirmar os nossos sistemas de modo que as economias do mundo estejam conectadas e possam prosperar de maneira coletiva, conjunta. E precisamos também pensar no sistema da OMT... OMC, desculpem. Nós temos um mundo aberto, e todos precisamos participar das reformas e exigí-las.

Nós temos também a necessidade de um mecanismo de resolução de conflitos. Isso poderá também fortalecer o sistema multilateral. Documentos feitos em conjunto também podem fortalecer a voz dos países do Brics e são requisito também para o crescimento econômico e social.

Precisamos seguir essas tendências, fortalecendo a colaboração; aumentar o uso de moedas locais, os investimentos para facilitar e liberalizar os investimentos e o comércio. Agricultura, comércio, muitas cadeias de valor e de suprimento envolvidas nos nossos países, definindo, então, a convergência de tantos interesses.

Nós apoiamos os países do Brics através dos canais adequados, e as nossas estratégias – falando também sobre todas as nossas cooperações que são estratégicas...

(Interrupção do som.)

A SRA. TIE NING *(Tradução simultânea.)* – A China é o motor da economia global. O nosso PIB cresceu vertiginosamente. Nós trabalhamos com o desenvolvimento de uma iniciativa para revitalizar o desenvolvimento global. Com nosso plano sistêmico para avançar a modernização na China, tivemos instituições de alto nível trabalhando com a economia e com um ambiente de mercado bastante vibrante, aumentando as oportunidades para vários países, incluindo países Brics, parceiros para salvaguardar o desenvolvimento numa perspectiva global e para podermos escrever um novo capítulo no fortalecimento desse desenvolvimento global.

Obrigada.



Assista ao discurso da sra. Tie Ning

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato. PP - SP) – Agradeço à vice-presidente do Parlamento Tie Ning e peço desculpas pela falha técnica.

É muito importante ouvir o Parlamento chinês, e a China é uma grande potência. Por isso eu parei. E nós tivemos a grata satisfação de ouvir a grande mensagem do Parlamento chinês.

Meu muito obrigado.

Passo a palavra à sra. Tidimalo Legwase, membro do Parlamento da África do Sul.

Meu muito obrigado pela presença. *(Palmas.)*



**SRA. TIDIMALO INNOCENTIA
LEGWASE**



Membro da Câmara Alta da África do Sul

Política sul-africana do Congresso Nacional Africano pelo distrito de North West. Inicialmente, em 2019, foi eleita para a Assembleia Nacional participando de Comitê de Defesa e Veteranos Militares, o Comitê de Portifólio de Assuntos Internos e o Comitê de Inquérito da Seção de 194. Em 2024, tornou-se delegada permanente do Conselho Nacional das Províncias do Noroeste, no qual preside o Comitê Seletor de Apropriações.

(Tradução simultânea.) – Estimado presidente da sessão, senhoras e senhores, aproveito esta oportunidade para expressar uma palavra de gratidão pela plataforma proporcionada para expressar, manifestar nossas ideias e compartilhar experiências e melhores práticas sobre

o conceito temático baseado no papel dos Parlamentos do Brics na construção de uma governança global mais inclusiva e sustentável.

Refletindo, estou certa de que o espírito desse tema tão relevante ressoa bem com a necessidade dos nossos governos e instituições parlamentares de desempenharem seu papel na canalização de energias para garantir economias inclusas e sustentáveis através da cooperação do Brics.

A estratégia para parceria econômica do Brics contribuirá para aumentar o crescimento econômico e a competitividade das economias do Brics na arena global, buscando o seguinte:

- aumentar as oportunidades de acesso ao mercado e facilitar as interligações de mercado. Nós temos que promover o comércio e o investimento mútuo e criar um ambiente favorável aos negócios para investidores e empreendedores em todos os países do Brics. É muito importante aprimorar e diversificar a cooperação em comércio e investimento que apoie a agregação de valores entre os países do Brics;

- promover o intercâmbio de informações através do secretariado virtual do Brics e da plataforma de intercâmbio econômico do Brics, bem como de outras plataformas acordadas. Nós temos que consolidar esforços para garantir uma melhor qualidade de crescimento, fomentando um desenvolvimento econômico inovador, baseado em tecnologias avançadas e desenvolvimento de habilidades, com o objetivo de construir uma economia de conhecimento;

- buscar maior interação e cooperação com países não Brics, organizações e fóruns internacionais.

Os membros do Brics se engajarão com as comunidades empresariais e seus respectivos países para implementar a estratégia. Eles vão encorajar uma colaboração mais estreita das comunidades empresariais do Brics.

A estratégia do Brics para a parceria econômica identifica como seus principais caminhos para o desenvolvimento áreas como manufatura, processamento mineral, energia, cooperação agrícola, promoção do comércio e investimento, ciência e tecnologia.

Oportunidades. Deve aproveitar as oportunidades proporcionadas pela cooperação econômica, incluindo o aprofundamento dos laços comerciais tanto dentro do Brics quanto com outros membros da co-

munidade internacional. Mais atividade vai contribuir para o crescimento econômico e facilitará o uso de oportunidades existentes e de complementariedade econômica do Brics.

Então, para fortalecer a posição dos membros e a contribuição econômica... *(Falha no áudio.)* ...incluindo criação de trabalho e promoção de inclusão social.

As incorporações do Brics devem fazer uso amplo de... *(Falha no áudio.)* ... alguns membros e contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sustentável das economias.

Nossos parlamentos devem enfatizar a necessidade de melhorar os sistemas financeiros, comerciais e monetários, aprimorando a coordenação para reformar a governança das instituições multilaterais que sustentam esses sistemas. Isso inclui fortalecer a rede de segurança financeira e garantir que as instituições internacionais reflitam com mais precisão a realidade atual da economia global, particularmente dado à crescente relevância dos países do Sul Global.

Os parlamentos do Brics devem apoiar os reforços para reformar as instituições Bretton Woods para que sua governança seja representativa e reflita os interesses imperativos desenvolvimentistas dos mercados emergentes e dos países menos desenvolvidos.

A adesão da África do Sul ao Brics traz benefícios tangíveis para os sul-africanos. Sendo membro do Brics, foi aprimorada a posição e influência da África do Sul como importante economia emergente. A adesão ao Brics nos dá acesso a expertise política e técnicas de economia maiores estabelecidas. A adesão ao Brics nos dá acesso ao suporte financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento. A adesão ao Brics fortaleceu nosso ativismo, particularmente em torno das reformas de instituições multilaterais. Então, a África se beneficia do impacto por diferentes razões.

Ser parte... avançar em uma nova ordem mundial baseada no respeito mútuo e na soberania das nações.

A adesão ao Brics é de importância estratégica para o nosso país. A cooperação do Brics oferece objetivos tangíveis para a África do Sul nas áreas de pesquisa, inovação, energias, saúde e cooperação em educação. Mais de cem projetos de pesquisa multilaterais do Brics foram financiados sob o programa estrutural do Brics. Então, a parceria

de pesquisa da África do Sul baseia-se na propriedade conjunta e na responsabilidade compartilhada, na troca real e aberta de experiência, expertise e recurso, e na determinação de que a pesquisa do Brics promova o bem global.

Algumas das narrativas globais sobre o Brics destacam as nossas diferentes histórias, culturas, religiões, caminhos de desenvolvimento e formas de governança como algo negativo. O Brics vê isso como um recurso rico de conhecimentos e práticas diversos, que inspiram soluções inovadoras e criativas para os desafios atuais.

Sobre assuntos relacionados à economia, a África do Sul alavanca a sua adesão ao Brics para enfrentar os três desafios de desigualdade, pobreza e desemprego através de aumento do comércio intra-Brics, investimento, turismo, capacitação, habilidades e transferência de tecnologia. Juntos, o Brics tem cerca de 42% da população mundial, quase 30% da economia mundial, 27% do PIB global e cerca de 20% do comércio. A África do Sul colheu os benefícios de ser membro desse importante bloco, principalmente na área de cooperação econômica.

O comércio bilateral cresceu, particularmente com a China e com a Índia. As exportações de *commodities* e as importações de produtos manufaturados apresentam forte destaque. O comércio total da África do Sul com seus parceiros do Brics aumentou em uma média de 10% entre 2017 e 2021. O comércio total da África do Sul com o Brics atingiu US\$830 bilhões em 2022 ante US\$487 bilhões em 2017. O Brics agora corresponde a 21% do comércio global da África do Sul. Mais de 14% das exportações da África do Sul são para os Brics; cerca de 30% das importações vieram de países do Brics em 2022. O comércio com a China continua sendo a força dominante, respondendo por 63% das exportações para o Brics. A Rússia foi o único país do Brics a apresentar uma diminuição no comércio total com a África do Sul no ano passado, por volta de 10%.

A África do Sul continua a enfrentar um déficit comercial em seu comércio bilateral e geral com países do Brics. Há a necessidade de diversificação comercial, pois produtos com valor agregado apresentam de 4% a 9% das exportações nossas para o Brics, enquanto produtos primários, como carvão, minério de ferro e manganês, dominam. O Brics está fortalecendo a colaboração em setores capitalistas como energia,

tecnologia da informação, ciência, tecnologia e inovação, agricultura e economia verde; todos esses são setores importantes identificados no plano de reconstrução e recuperação da África do Sul.

Concluindo, o Brics é uma fonte importante de investimento direto estrangeiro em áreas como mineração, automotiva, transporte, energia limpa, serviços financeiros e tecnologia da informação. Esses investimentos e projetos levam à significativa criação de empregos.

Muitíssimo obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Tidimalo Innocentia Legwase

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato, PP - SP) – Eu gostaria de parabenizar nossa querida Tidimalo Legwase, membro do Parlamento da África do Sul, pelo seu discurso.

E agora eu gostaria de passar a palavra ao sr. Alexander Zhukov, vice-presidente da Câmara Baixa da Rússia. Muito obrigado pela presença. Estamos muito honrados.



SR. ALEXANDER ZHUKOV
Vice-Presidente da Câmara
Baixa da Rússia



Político e economista russo, iniciou sua carreira política como membro da Duma Estatal (Câmara Baixa) do Parlamento da Rússia entre 1994 e 2004, quando foi designado vice primeiro-ministro da Rússia, permanecendo no cargo até 2011. Foi presidente do Comitê Olímpico Russo de 2010 a 2018, do qual renunciou para se dedicar integralmente à função parlamentar. Atualmente, é vice-presidente da Duma Estatal, a Câmara Baixa do Parlamento da Rússia.

(Tradução simultânea.) – Sr. presidente da Mesa e participantes, nós sabemos que os Brics são o motor da economia mundial. Os países do Brics, junto com as nações parceiras, já respondem por mais de 42% do PIB global. Hoje, foi mencionado, mais de uma vez, esse dado de 42% do PIB global, com base na paridade do poder de compra.

Essa tendência provavelmente continuará, e os sistemas monetários e financeiros, hoje, não refletem a realidade presente, e a Rússia apoia os parlamentares russos e a participação no Parlamento do Brics na reforma do Banco Mundial. A sub-representação de países em desenvolvimento faz com que essas instituições não funcionem para todos. É muito importante tirar o aspecto político das instituições de Bretton Woods. Muitos usam o FMI e o Banco Mundial para promover seus próprios interesses e consolidar práticas neocoloniais nos assuntos globais. Alguns países que têm muitas necessidades não cobertas, especialmente na África, são exemplos de países que sofrem com essa situação. Devemos fazer todo o possível, tomar medidas políticas, de comércio, financeiras, incluindo restrições e sanções, para que a competição seja restabelecida de maneira equitativa.

E precisamos também focar na segurança energética, além de tudo isso.

Também foi mencionado hoje que nós também precisamos de colaboração com relação a fortalecer a OMC. Ano passado, um mecanismo de consulta do Brics foi lançado no nível dos países, e eu espero que haja diálogo franco nessa área, para que os países do Brics possam fortalecer suas vozes na OMC.

Os países do Brics têm crescido muito em suas colaborações em várias áreas, como logística e infraestrutura, de modo a facilitar uma reorientação dessa situação econômica complexa, na transformação da economia mundial. Então, precisamos discutir essas rotas, esses caminhos.

Na Cúpula de Kazan, no ano passado, os líderes discutiram desenvolvimento de mecanismos de pagamento resilientes a riscos externos, para reforçar as trocas comerciais e de investimento dentro do grupo e com outros países amigos. Há trabalhos em andamento para avançar a iniciativa de pagamento transfronteiriço do Brics, estabelecendo uma

infraestrutura independente de liquidação e custódia, uma empresa de resseguros e uma nova plataforma de investimento.

É igualmente importante continuar aumentando o uso de moedas locais em liquidações mútuas. Até o final de 2024, 85% das transações da Rússia com países do Brics foram realizadas em moedas nacionais, incluindo 95% com a China, 90% com a Índia e 96% com o Irã.

Também sabemos da relevância do desenvolvimento de uma estratégia de parceria econômica do Brics até 2030, coordenada pelos ministérios relevantes, sob a Presidência do Brasil. Esse documento visa delinear as prioridades para a nossa cooperação econômica nos próximos cinco anos.

Precisamos reconhecer o grande potencial dos nossos países na ciência, na tecnologia, na inovação, para melhorar a qualidade de vida em nossos países. Precisamos investir em iniciativas em todos os campos da ciência, tecnologia e inovação.

O Novo Banco de Desenvolvimento tem um papel de extrema relevância nesse contexto.

E o papel dos legisladores na consecução de nossos objetivos compartilhados não pode ser destacado o suficiente. Os Paramentos do Brics podem dar uma contribuição significativa aos nossos esforços conjuntos. A troca de melhores práticas em regulamentação legislativa, harmonização de abordagens e estabelecimento de marcos legais apropriados apoiará os esforços coletivos destinados a fortalecer a cooperação comercial e econômica entre os Estados do Brics e com outros parceiros internacionais.

Eu gostaria de agradecer, em nome do Parlamento russo, aos organizadores do 11º Fórum do Brics.

Muito obrigado. (Palmas.)



Assista ao discurso do sr. Alexander Zhukov

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato, PP - SP) – Que essa guerra acabe logo e que o presidente Putin possa, em vez de estar ocupado com a guerra, nos ajudar nessa construção mundial, porque ele é muito importante e muito corajoso. A Rússia é um país que eu admiro muito. Muito obrigado.

Gostaria de chamar, com muita honra, o membro do Parlamento dos Emirados Árabes Unidos Sr. Ali Al Nuaimi. Muito obrigado pela presença. Estamos muito honrados com a presença de seu Parlamento em nosso país. Muito obrigado.



SR. ALI RASHID AL NUAIMI

Membro do Parlamento dos Emirados Árabes Unidos



Político e educador nos Emirados Árabes, membro do Conselho Nacional Federal dos EAU e Relações Exteriores do Conselho. Como pioneiro da reforma educacional e de políticas nos EAU, Al Nuaimi atuou como chanceler da Universidade dos Emirados Árabes Unidos e como presidente do Departamento de Educação e Conhecimento de Abu Dhabi. É especialista em combate ao extremismo.

(Tradução simultânea.) – Sr. Presidente, queridos colegas, muito boa tarde.

Primeiro, eu gostaria de começar agradecendo aos nossos colegas brasileiros pela grande hospitalidade e também por serem pacientes conosco, como delegação, para terem certeza de que este é um evento muito bem-sucedido.

Falar sobre o novo caminho para o desenvolvimento econômico durante uma era muito difícil não é uma tarefa fácil. Isso é onde eu acredito que existem dois elementos que nós temos que focar.

O primeiro são os princípios do Brics. Nós temos que ficar firmes aos princípios dos fundadores do Brics, que de fato os adotaram e os

aprovaram, porque esses princípios nos guiam. Com esses princípios, temos certeza de que estamos nos movendo na direção correta e no caminho correto. Esses princípios vão garantir que nós somos unidos. Isso é uma coisa.

A segunda coisa é que temos que ser inovadores; inovadores e servindo aos nossos povos, construindo parcerias e criando novas iniciativas, novos projetos que vão adicionar valores aos membros do Brics e a nós.

Caros colegas, agora nós somos o mundo de fato, não somente o Brics.

O mundo está passando por um momento bem desafiador, onde os princípios que nós usamos para trabalhar, aceitar e respeitar alguns não respeitam. A ordem mundial mudou. A questão do livre comércio foi desafiada por levar vantagem de certas coisas para beneficiar certos lados ou uma nação.

É muito importante que nós, como um grupo, juntemo-nos, trabalhemos nesses princípios e tentemos ser unidos em promover os princípios, especialmente a questão do livre comércio, porque, através disso, nós vamos poder servir aos nossos povos, nós poderemos criar parcerias em que todos estarão vencendo e ninguém estará perdendo. O mundo que nós vemos agora, de fato, é baseado... Um lado ganha e o outro lado perde. E, através disso, nós sempre vamos sofrer; a comunidade internacional vai sofrer e todas as nossas economias nesse tempo desafiador. Então eu peço, com muita urgência, para nos mantermos firmes aos princípios que nos trouxeram a esse grupo, para promovermos esses princípios e para focarmos em construir parcerias dentro do grupo e além do grupo, parcerias em que ninguém vai perder, em que todos vão ganhar. E, nessa direção, é extremamente importante todas as novas iniciativas que nós vamos durar dentro do Brics e com outros, garantindo que exista um impacto direto nas comunidades locais.

Nós, como membros dos Paramentos, somos representantes do povo. Nós temos que nos importar sobre a que vamos adicionar valores, o que vai beneficiar o povo. Então é muito importante, nas novas iniciativas para o desenvolvimento das nossas economias, que vejamos um impacto direto para mudar a vida das pessoas e das comunidades locais e adicionar valor a elas, que seja algo que vá mudar o jogo, a fim de que

as pessoas vejam que o grupo dos Brics trouxe alguma coisa nova. Aí é onde nós temos que criar uma cultura, através do nosso engajamento econômico, não somente para fazer dinheiro para lucro, mas que nós nos importemos uns com os outros, que nós nos importemos com todas as comunidades que estão sofrendo. Nós temos a responsabilidade, juntos, de criar um futuro melhor para todos, sem excluir ninguém – na África, na Ásia, na América Latina, em todos os lugares. A questão do cuidado, temos que trazer para nós, e sermos sinceros em criar novas iniciativas que vão criar um futuro melhor para todos nós.

Muitíssimo obrigado.



Assista ao discurso do sr. Ali Rashid Al Nuaimi

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato. PP - SP) – Gostaria de parabenizar o Parlamentar dos Emirados Árabes Unidos pelo discurso corajoso, focado e, acima de tudo, muito objetivo. Gostei muito da sua fala e fico muito feliz. Quem sabe um dia nós mudaremos o nome para Brics Unidos, e sempre mais unidos. Esse é o caminho. Parabéns.

Gostaria de passar a fala ao senhor membro da Câmara Baixa do Parlamento do Egito, Mohamed Soliman.

Muito obrigado pela presença. Estamos muito honrados com a presença do Egito aqui também. Muito obrigado.



SR. MOHAMED SOLIMAN

Membro da Câmara Baixa do
Egito



Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Parlamento do Egito, Dr. Mohamed El-sayed Soliman tem se destacado na promoção de políticas econômicas e no fortalecimento das relações multilaterais. Representou o Egito no 11º Fórum Parlamentar do Brics, participando de debates sobre cooperação econômica e desenvolvimento sustentável.

(Tradução simultânea.) – Muito obrigado.

Permitam-me de início expressar minha profunda felicidade em compartilhar com vocês este fórum parlamentar único, que representa uma plataforma permanente para o diálogo e a consulta parlamentar, em um passo estratégico para aprimorar a integração legislativa entre os Estados-membros. Isso reflete o nosso desejo coletivo dentro do Brics de fortalecer a coordenação, a cooperação em todas as questões e campos comuns, levando a novos caminhos para completar a jornada do desenvolvimento sustentável que todos nós aspiramos.

Todos esperamos que a nossa reunião possa contribuir para a construção de uma plataforma conjunta para o diálogo parlamentar sobre o desenvolvimento e que aprimore o papel dos nossos povos na formação de políticas públicas econômicas nacionais e regionais que consolidem tais caminhos de desenvolvimento. Também esperamos que contribua efetivamente para restaurar o equilíbrio, transparência e justiça no sistema econômico global, ao qual todos aspiramos, a fim de recuperar a eficiência, eficácia e a justiça.

Aqui reunidos, podemos saber que estamos buscando a cooperação entre Estados-membros e enfatizamos o foco nas parcerias com os países emergentes. Isso é extremamente importante para todos nós. Tornou-se claro que a gestão do processo de desenvolvimento, com todas as suas preocupações e dimensões, não está mais ligada apenas a visões e políticas de governos. Em vez disso, passou a depender

significativamente das visões e da participação dos povos e de seus representantes na formulação de políticas públicas e na garantia de sua implementação eficaz.

Também nos exige pensar em como aproveitar as oportunidades disponíveis. Nossas economias nacionais precisam de novos determinantes que as permitam ir além das crises atuais e buscar soluções inovadoras, não tradicionais e que moldem o cenário global de modo a alcançar a integração e o equilíbrio entre crescimento e prosperidade por um lado e sustentabilidade e justiça por outro.

O grupo Brics consolidou-se como um ator chave na reformulação da trajetória das instituições internacionais multilaterais em assuntos comerciais, financeiros e monetários, tornando-as mais representativas, justas, transparentes e eficientes. Isso ocorre em meio a crescentes desafios geopolíticos e num cenário econômico global bastante complexo. O grupo tem exemplificado um modelo econômico e financeiro que continua em evolução em áreas interconectadas de comércio, investimento e financiamento. Portanto, o grupo buscou novos caminhos de desenvolvimento econômico com marcos importantes, como, por exemplo, fortalecimento da cooperação econômica entre os Estados-membros, a redução da dependência de moedas ocidentais e instituições financeiras, desenvolvimento de infraestrutura e promoção do desenvolvimento sustentável, estabelecimento de instituições financeiras independentes.

Além disso, o grupo expandiu a cooperação ao admitir novos membros, proporcionando maiores oportunidades para a cooperação e integração econômica e construindo uma frente unificada para as visões das economias emergentes nas instituições internacionais multilaterais, aprimorando seu papel na economia global e fortalecendo a sua influência e representação na reforma da governança econômica global. Nós, assim, aumentamos os mecanismos de cooperação internacional para horizontes ainda mais amplos para podermos amplificar a voz das economias emergentes e nações em ascensão na tomada de decisão econômica e financeira global.

Tornou-se imperativo que nossos Parlamentos acompanhem os rápidos eventos e avanços no desenvolvimento, participem ativamente na formulação de políticas públicas econômicas nacionais e regionais

e forneçam apoio popular e parlamentar para os novos caminhos de desenvolvimento lançados por nosso grupo. Isso começa com a adoção de arcabouços legislativos avançados e apropriados que criem um ambiente econômico estável e favorável ao investimento, focando no fomento do espírito empreendedor, especialmente entre jovens e mulheres, especialmente porque essas leis progressistas em empreendedorismo, inovação e financiamento podem servir como um ponto de entrada vital para estimular o dinamismo econômico inclusivo.

Temos essas colaborações como uma forma de alcançar o crescimento econômico genuíno. Então... *(Pausa.)*

Nós também os chamamos para preparar leis de modelo unificado nas áreas econômica, comercial e financeira para facilitar a integração regional e alcançar o desenvolvimento sustentável em nossos países do Brics. Além disso, devemos encorajar os governos a adotar políticas e estratégias unificadas para o desenvolvimento da infraestrutura compartilhada, especialmente em transporte, energia e digitalização. Então, precisamos da harmonização das legislações econômicas entre os Estados-membros.

Além disso, devemos fortalecer os canais de comunicação entre nossos Paramentos, estabelecendo pontos de contato parlamentares ou mecanismos de comunicação permanentes entre eles. Isso contribuirá para alcançar os objetivos do nosso fórum em várias áreas, principalmente a comercial e a econômica. Finalmente, devemos facilitar e aprimorar a troca de *expertise* legislativa, de supervisão e das melhores práticas parlamentares em áreas como conhecimento financeiro, técnicas econômicas, comércio, turismo e investimentos.

Devemos formular e preparar estratégias e visões unificadas para reformar e apoiar instituições econômicas, financeiras e monetárias multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio, e garantir que recebam os recursos e financiamentos necessários para defender os princípios do comércio livre e justo. Devemos ativar os mecanismos de cooperação parlamentar bilaterais para coordenar visões e unificar posições durante as discussões sobre questões econômicas e de desenvolvimento globais em organizações e uniões parlamentares internacionais e regionais, assim fortalecendo as vozes de nossas economias emergentes e em desenvolvimento na formação da agenda

econômica e de desenvolvimento global, incluindo tantas áreas e assim apoiando todas as instituições e assegurando que recebam recursos necessários e fundos.

Muito obrigado pela atenção de vocês.



Assista ao discurso do sr. Mohamed Soliman

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato. PP - SP) – Acho que é importante esse debate. Nós podemos, sim, de uma forma harmônica, ter os Parlamientos fazendo essas indicações e, quem sabe, facilitando parcerias estratégicas.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao sr. Ian Pedro Carbonell Karell, membro do Parlamento de Cuba.

Por favor, assumo a tribuna.

Muito obrigado pela presença de Cuba.



**SR. IAN PEDRO CARBONELL
KARELL**



Membro do Parlamento de Cuba

Deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba eleito em 2023 pelo município Minas de Matahambre, província de Pinar del Río. Licenciado em economia na Universidade de La Habana, exerce também o cargo de diretor da Diretoria de Políticas Macroeconômicas do Banco Central de Cuba. Recebeu o reconhecimento Youth for Life da UJC, pelo Dia da Ciência Cubana da ANEC e por sua atuação no sistema bancário. Integra o Partido Comunista de Cuba.

(Tradução simultânea.) – Muito obrigado.

Primeiramente, gostaria de agradecer, em nome da Assembleia Nacional da República de Cuba, a oportunidade de participar do Fórum Parlamentar do Brics como país sócio. Também quero expressar nosso sincero agradecimento ao país anfitrião, o Brasil.

Também reiteramos a posição de Cuba para contribuir ativamente no cumprimento dos objetivos e prioridades definidas sob a Presidência brasileira.

Excelências, distinguidos colegas parlamentares, nossa região e o Sul Global como um todo continuam a enfrentar desafios estruturais que exigem uma profunda transformação da atual ordem econômica internacional.

Nesse contexto, os países do Brics são chamados a desempenhar um papel central no aprimoramento do sistema monetário e financeiro global e a torná-lo mais representativo, justo e responsivo às necessidades das nações.

O grupo Brics constitui uma verdadeira alternativa à estagnada ordem econômica internacional, caracterizada por instituições financeiras dominadas por uma lógica excludente, que perpetua a desigualdade e a dependência. Saudamos os esforços para transformar essa arquitetura, como o fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento do Brics, a promoção de instrumentos regionais e a implementação de sistemas de pagamento baseado em moedas locais. Não podemos ignorar o fato de que, apesar da crescente relevância do grupo Brics na economia mundial, os fluxos de comércio e investimento entre os nossos países permanecem modestos. Nesse sentido, é essencial continuar empreendendo esforços cooperativos para facilitar o comércio e os investimentos, desenvolvendo mecanismos de pagamento mais acessíveis, transparentes, seguros e inclusivos, bem como plataformas digitais soberanas, para impulsionar laços econômicos entre os nossos povos, que reduzam a exposição a medidas coercitivas unilaterais.

Cuba apoia a agenda da Presidência brasileira, focada na reforma da governança das instituições de Bretton Woods, a cooperação em infraestrutura, tributação, comércio e integração digital e o apoio ao financiamento climático, o que permitiria um progresso concreto na

realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Promover a criação de cadeia de valores integrada e capacidades tecnológicas soberanas, especialmente em inteligência artificial, fortalecerá nossa autonomia e competitividade.

A parceria Brics para a nova revolução industrial, conhecida como iniciativa PartNIR, estratégia de parceria econômica do Brics até 2030, oferece um caminho concreto a seguir nesse empreendimento coletivo: comércio, investimento e finanças, economia digital e desenvolvimento sustentável. Os esforços são articulados com base no conhecimento compartilhado, cooperação tecnológica e respeito à soberania nacional.

Excelentíssimas senhoras e senhores, o desenvolvimento econômico sustentável exige condições mais justas no comércio e nos investimentos. Há uma necessidade urgente de reformar o sistema multilateral de comércio para torná-lo verdadeiramente equitativo, não discriminatório e focado nas necessidades dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os investimentos estrangeiros devem contribuir para fortalecer as capacidades nacionais, criar empregos, transferir tecnologias e diversificar as bases produtivas dos nossos países.

Nós de Cuba reafirmamos nosso forte compromisso com os objetivos de desenvolvimento sustentável, apesar do grave impacto do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos, que tem sido ainda mais apertado, após a arbitrária inclusão do nosso país em uma lista unilateral de patrocinadores estatais do terrorismo. Essa política afeta gravemente nossas operações financeiras internacionais, impede aquisições de bens e serviços essenciais e viola os direitos humanos de nosso povo.

Nesse contexto, os espaços de articulação econômica, financeira e tecnológica que promovem o Brics abrem oportunidades concretas para mitigar os efeitos dessas medidas coercitivas unilaterais.

Agradecemos profundamente a postura de solidariedade dos países do Brics com nosso povo. Nessa luta política injusta, reiteramos nossa disposição de continuar compartilhando nossas modestas experiências em áreas como saúde, biotecnologia, educação e ciência, como uma expressão concreta de solidariedade com nossas nações irmãs do Sul Global.

O fortalecimento e a expansão do grupo Brics contribuirão não apenas para o desenvolvimento econômico dos nossos povos, mas também para a construção de uma convivência civilizada, baseada na soberania, na paz, na solidariedade e no multilateralismo.

Muitíssimo obrigado. *(Palmas.)*



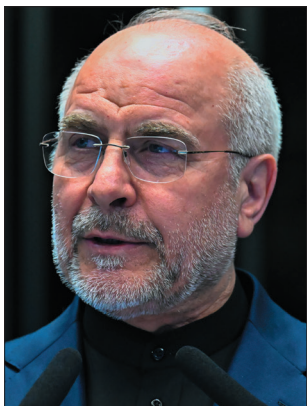
Assista ao discurso do sr. Ian Pedro Carbonell Karell

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato. PP - SP) – Parabênizo o jovem parlamentar Ian Pedro Carbonell Karell pelo corajoso discurso.

Corroboro o seu discurso e acho que, dentro do tema em discussão, Cuba já está embargada há quanto tempo, sem um direito ao contraditório e, muitas vezes, de maneira unilateral? Sabemos que há um grito de socorro. E o debate é justamente esse. Entendo que, dentro das nossas discussões, precisamos, sim, fazer rapidamente uma plataforma onde os países que sejam membros do Brics – ou não sejam membros do Brics – possam ter a capacidade de ser ouvidos, de poder ter as coisas andando, porque não tem uma constituição no mundo que fale que tem que se fazer todo Swift em dólar. Isso escreveram unilateralmente, e isso tem que acabar. Temos que ter coragem de enfrentar esse tema.

Parabéns, jovem Deputado.

Gostaria de passar a palavra agora, com muita honra, ao nosso amigo Mohammad Bagher Ghalibaf, presidente do Parlamento do Irã. Seja bem-vindo o Irã! Queria uma salva de palmas a você. *(Palmas.)*



**SR. MOHAMMAD BAGHER
GHALIBAF**

Presidente do Parlamento do Irã



Político conservador iraniano, exerce a Presidência do Parlamento desde 2020. Ex-oficial militar, iniciou sua carreira nas forças armadas durante a Guerra Irã-Iraque, aos 19 anos de idade. Na carreira política, foi prefeito de Teerã de 2005 a 2017 e candidato a eleições presidenciais iranianas de 2005, 2013, 2017 e 2024. É membro da aliança política Frente Popular das Forças da Revolução Islâmica.

(Tradução simultânea.) – Em nome de Deus, o clemente e misericordioso; honorável sr. Davi Alcolumbre, estimado presidente do Senado Federal do Brasil; sr. Hugo Motta, estimado presidente da Câmara dos Deputados do Brasil; distintos presidentes dos parlamentos dos países-membros do Brics, eu gostaria de expressar minha mais profunda gratidão e apreço ao Congresso Nacional do Brasil por sediar esta valiosa reunião.

Aproveito também esta oportunidade para congratular calorosamente a Indonésia por se juntar ao importante e influente grupo Brics e para saudar a inestimável presença de nossos parceiros Brics.

Caros colegas, hoje enfrentamos uma complexa gama de desafios sem precedentes e transformações fundamentais na ordem global, desde severas flutuações econômicas, instabilidade financeira, até crises ambientais, tensões geopolíticas, sanções e pressões políticas, além de insegurança alimentar, cadeias de suprimentos globais frágeis e guerras tarifárias. Esses desenvolvimentos desafiam as estruturas tradicionais de cooperação internacional e destacam a necessidade urgente de reconsiderar novas abordagens e forjar novos caminhos econômicos para o desenvolvimento sustentável – caminhos fundamentados na justiça, interesses equilibrados, respeito mútuo e multilateralismo.

Em tais circunstâncias, instituições multilaterais como o Brics têm um papel cada vez mais vital na reformulação de modelos de coope-

ração justa e multilateral. As relações parlamentares juntamente com a colaboração governamental formam a base para laços econômicos sustentáveis.

O primeiro passo nesse caminho é aprimorar a cooperação legal e a formulação conjunta de políticas entre os parlamentos do Brics. É crucial o papel ativo das nossas legislaturas na elaboração e ratificação de acordos comerciais, coletivos ou bilaterais, acordos preferenciais, aduaneiros, de investimento e na harmonização de leis econômicas, comerciais e financeiras.

Esses esforços irão diversificar os mercados de importação e exportação, além de criar oportunidades para atrair investimentos e financiar projetos de desenvolvimento por meio do Novo Banco de Desenvolvimento, além de promover modelos econômicos alternativos. Tal coordenação irá reduzir barreiras comerciais desnecessárias, incentivar investimentos mútuos e apoiar a inovação. Em última análise, pode pavimentar o caminho para mercados comuns e facilitar o livre fluxo de capital, bens, serviços e cadeias de produção entre os países-membros.

O segundo passo é o apoio parlamentar às ações governamentais e o estabelecimento de uma infraestrutura legal necessária, de modo a alavancar o potencial de cooperação econômica entre os membros do Brics. À medida que o Brics evolui, abraçaram-se ideias, como o sistema de pagamento comum, o Brics Pay, com o desenvolvimento e a integração dos sistemas de mensagens bancárias dos membros e a promoção do comércio bilateral ou multilateral baseado nas moedas dos países-membros.

O terceiro passo envolve a elaboração de uma carta conjunta para combater políticas econômicas discriminatórias, incluindo sanções unilaterais ilegais. As sanções unilaterais são um grande desafio contemporâneo, que afeta diretamente o sustento das pessoas, a justiça econômica e a paz internacional, representando uma nova ameaça à economia global. Nos últimos anos, o uso dessa ferramenta injusta para pressão política e econômica contra nações soberanas aumentou drasticamente. O resultado foi a existência de lacunas entre os países na economia internacional.

Combater as sanções unilaterais e medidas coercitivas ilegais por meio das capacidades econômicas e financeiras dos países do Brics,

utilizando moedas nacionais, digitais, plataformas bancárias conjuntas, construindo consenso legal e político contra sanções, promovendo a cooperação comercial não baseada em dólar e preparando relatórios parlamentares periódicos sobre os danos das nações para apresentar às organizações internacionais, tudo isso poderá criar uma frente eficaz contra pressões coercitivas e irá aprimorar a resiliência econômica compartilhada.

Caros colegas, vamos, através da diplomacia parlamentar e declarações, partir então para uma ação concreta e prática através da cooperação e legislação eficazes.

A Assembleia Consultiva Islâmica do Irã, com uma abordagem responsável voltada para o futuro, está pronta para participar ativamente desse esforço.

Espero que a reunião de hoje marque o início de um novo capítulo na cooperação parlamentar entre os países do Brics.

Obrigado pela atenção.



Assista ao discurso do sr. Mohammad Bagher Ghalibaf

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato. PP - SP) – Agradeço muito a palavra do presidente do Parlamento do Irã, nosso amigo Ghalibaf. Mais uma vez estamos muito honrados com a presença de V. Exa. no nosso Parlamento. Quero dizer que o Irã é um sinônimo de coragem, resistência e persistência, como foram historicamente os persas, e é um grande exemplo a ser seguido. E a coragem nos faz refletir.

Eu gostaria de transmitir agora uma mensagem, um vídeo da nossa Exma. sra. Dilma Rousseff, presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), especialmente enviado para este evento.

Obrigado.



**SRA. DILMA VANA
ROUSSEFF**

Presidente do Novo Banco de
Desenvolvimento



Política e economista brasileira, preside atualmente o Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do Brics). Iniciou sua militância política ainda jovem, após o golpe militar de 1964, ingressando em organizações que se opunham à ditadura militar, sendo presa em 1970 e submetida a torturas. Após a anistia, retomou os estudos em economia, iniciando na vida pública. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2001, sendo eleita a primeira mulher presidente do Brasil em 2010. Reeleita em 2014, ficou no cargo apenas até 2016, após um processo de impeachment que a retirou da Presidência da República.

(Por vídeo.) – Sras. e srs. parlamentares, convidados, senhoras e senhores, é com grande satisfação que participo deste 11º Fórum Parlamentar do Brics, cujo tema “Ação em Busca de Novos Caminhos para o Desenvolvimento Econômico” é de extrema relevância.

O retrocesso do multilateralismo e da cooperação entre países está dificultando os esforços globais para alcançar o desenvolvimento sustentável. Essas tendências têm sido agravadas pelo aumento das tensões geopolíticas, o avanço do protecionismo, a volatilidade financeira e o aprofundamento das desigualdades. Em particular, as políticas unilaterais de guerra comercial recentemente adotadas elevaram as barreiras comerciais, minaram a confiança e aumentaram a instabilidade nos mercados financeiros internacionais.

Para os países em desenvolvimento, essas dinâmicas representam não apenas desafios graves, mas também um chamado à ação, à necessidade urgente de aprofundar a Cooperação Sul-Sul e construir alternativas. Não podemos nos dar ao luxo de repetir estratégias do passado, baseadas exclusivamente na exportação de *commodities*,

nem nos conformar com o baixo crescimento ou até a estagnação que levam à chamada armadilha da renda média.

A experiência recente demonstra que é possível e necessário trilhar um caminho sustentável de crescimento baseado em uma estratégia de desenvolvimento verde, no enfrentamento das desigualdades e na promoção e adoção de novas tecnologias e inovações em todos os setores produtivos.

O compromisso com a educação integral, como dissemos, no Brasil, da creche à pós-graduação, é necessário para desenvolver uma ampla base científica nacional. O desenvolvimento econômico em meio a desafios tão formidáveis não é tarefa fácil. É evidente que não existe um modelo único de desenvolvimento aplicável a todos.

A história tem mostrado que os países devem explorar suas próprias vantagens competitivas dentro de um contexto global. Por isso, é essencial não apenas aprender com as experiências de outros países, mas também inovar e encontrar soluções adequadas às realidades nacionais e regionais. Isso requer participação ativa do Estado, planejamento estratégico de longo prazo e uma forte coordenação entre os governos, a academia e o setor privado.

O desenvolvimento não é espontâneo, é fruto de esforço deliberado e persistente de todos esses agentes. Além disso, governos, legisladores e parlamentares devem promover um ambiente favorável à transformação econômica. Políticas voltadas para enfrentar os gargalos estruturais e regulatórios como a ampliação do investimento, o desenvolvimento dos mercados de capitais, o reforço da infraestrutura física e digital e o apoio a um forte e dinâmico setor privado são fundamentais para construir uma base sólida de desenvolvimento. O desenvolvimento econômico, é claro, só se torna efetivo se incorporar os avanços tecnológicos.

Inovações em energia renovável, inteligência artificial, *big data*, biotecnologia e computação quântica criam novas oportunidades, aumentam a produtividade do trabalho, permitem que participemos das cadeias produtivas globais e de valor e ampliem a competitividade. Ficar para trás na era digital não é uma opção para os países em desenvolvimento. Para tanto, são necessários mais recursos destinados à pesquisa, maiores investimentos em educação, ciência e tecnologia, fortalecimento

das infraestruturas logísticas e digitais, além também do fortalecimento institucional para sustentar também ecossistemas inovadores.

Esse é o modelo da nova industrialização que os países do Brics devem adaptar às suas realidades específicas. Precisamos de políticas industriais robustas que promovam a diversificação produtiva, integrem tecnologias emergentes aos novos setores e aos tradicionais, estimulem a educação técnica e superior e fortaleçam as cadeias de valor regionais e globais. Devemos criar ecossistemas propícios nos quais a inovação seja o motor central do crescimento. Isto inclui a criação de parques tecnológicos, o apoio a *startups*, o estímulo a investimentos em pesquisa aplicada e o financiamento de longo prazo para setores estratégicos e comprometidos com a transição energética e a interrupção da mudança do clima.

É igualmente importante aprofundar a cooperação entre nossos países, compartilhando conhecimentos, tecnologias e experiências bem-sucedidas. Sem cooperação internacional, o processo de *catch-up* torna-se extremamente difícil e muitas vezes inviável. Alianças estratégicas entre países que combinem capacidades industriais, científicas e financeiras para impulsionar uma nova onda de desenvolvimento soberano, inclusivo e sustentável, este é o caminho a seguir. A cooperação para o desenvolvimento deve ser estratégica e multidimensional, envolvendo comércio e investimentos, integração financeira, compartilhamento de tecnologias e coordenação de políticas públicas.

A nova industrialização é crucial na redução das desigualdades, porque possibilita um aumento expressivo da produtividade do trabalho e pode levar a empregos de maior qualidade; exige políticas sociais abrangentes que ampliem significativamente o acesso da população à educação, à formação profissional universitária, garantindo que os frutos do crescimento sejam amplamente compartilhados. Uma sociedade inovadora só pode ser construída com base na equidade.

Devemos aproveitar ao máximo os benefícios oferecidos por mecanismos multilaterais já estabelecidos, como o próprio marco do Brics e a Cooperação Sul-Sul. Como espaço que reúne economias emergentes, os Brics têm a responsabilidade histórica de liderar essa transição. Devemos consolidar mecanismos de financiamento com o

uso de moedas locais e ampliar nossas redes de cooperação científica e tecnológica.

Os Parlamentos dos Brics têm papel essencial na construção desse novo caminho. Sua atuação colabora para que as políticas públicas, os marcos legais e os pactos de longo prazo possam se tornar realidade. Os Parlamentos são instituições capazes de contribuir para uma melhor governança, aquela que é compatível com a previsibilidade institucional e regulatória, que torna viável projetos de longo prazo, como já disse antes. Além disso, os Parlamentos desempenham um papel insubstituível na criação de consensos nacionais em torno de agendas estratégicas.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco do Brics, é o primeiro banco multilateral global criado por países do Sul Global para o Sul Global. Ele também está pronto para apoiar esse desafio, por meio de uma agenda abrangente que combina investimentos em ciência, tecnologia e inovação, transição energética, infraestrutura física e interconectividade digital, hospitais inteligentes e resiliência climática. O NDB também promove o uso de moedas locais em seus financiamentos, focando no setor privado, ao reduzir a vulnerabilidade cambial e de juros e ao garantir maior estabilidade para o fluxo de caixa, fortalecendo ainda os mercados de capitais domésticos dos países membros.

Em um mundo que se fragmenta, os Brics são um pilar de integração; em tempos de incerteza, somos uma fonte de estabilidade; e, em uma era de rápidas transformações tecnológicas, estamos prontos para ser uma plataforma decisiva de cooperação em tecnologia e promoção de inovações, comprometida com um futuro mais igual, justo, mais sustentável e inovador.

Desejo pleno sucesso à continuidade dos trabalhos deste fórum. Ele é muito importante.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Dilma Vana Rousseff



ENCERRAMENTO DA 2ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Fausto Pinato, PP - SP) – Gostaria de agradecer ao pronunciamento da presidente Dilma.

Antes de encerrar a sessão, agradeço às autoridades presentes e a todos que compartilharam suas perspectivas com o papel dos Paramentos na agenda do desenvolvimento sustentável, à luz dos significativos desafios que a humanidade enfrenta hoje.

Hoje é um momento de muita esperança, principalmente para este que vos fala: eu me lembro de que, há 12 anos, lutei muito para efetivar a questão dos Brics. Entendo que o momento é oportuno e que podemos dar uma lição ao mundo, e, independentemente de questão cultural e ideológica, podemos colocar nossas velas todas no mesmo vento. Os ventos sopram a favor, e cabe a cada um de nós fazer nossa parte. Nós não queremos machucar ninguém, não queremos briga com ninguém. O que nós queremos é poder dar uma vida fértil e boa para o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos.

Queria dizer a todos os membros dos países que estão aqui: são de países de coragem, países que nos acendem as luzes de esperança de dias melhores. Vamos continuar juntos. Tem um ditado no interior do meu estado que diz: talvez uma árvore só, um tronco só não consiga ganhar tanta sobrecarga; mas, nós todos juntos podemos formar uma

madeira muito forte e fazer uma diferença para futuras gerações.

Gostaria também de reiterar aos convidados que teremos uma imensa satisfação de encontrá-los no jantar oficial, que ocorrerá às 19h30, no nosso Palácio do Itamaraty – ficaremos muito honrados – e aproveitar para parabenizar todos os nossos diplomatas, embaixadores e funcionários da Casa, do Senado e da Câmara. Parabéns a vocês – viu, Lucas? –, na sua pessoa saúdo aqui o Senado e a Câmara, muito obrigado, vocês fizeram toda a diferença.

E gostaria de dizer que o nosso país, sim, é uma grande potência, uma potência em solidariedade, uma potência de uma terra prometida, onde árabes e judeus estudam na mesma escola, onde chinês e japonês moram no mesmo bairro, o nosso país é um país acolhedor, eu nunca vi um povo tão solidário. Estamos muito, mas muito felizes com a presença de todos vocês.

Encontro vocês mais tarde no jantar. Muito obrigado, gente. *(Palmas.)*

Está convocada para amanhã, às 9h da manhã, a 3ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, com o tema: "Diálogo Interparlamentar do Brics sobre Clima e Sustentabilidade".

Declaro encerrada esta sessão e, mais uma vez, muito, muito obrigado. Valeu, Lucas!

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 29 minutos.)



Em destaque, coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal, senador Humberto Costa (PT-PE) à bancada.
Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



3ª SESSÃO DE TRABALHO

Diálogo Interparlamentar do Brics sobre Clima e Sustentabilidade

"A civilização humana é considerada a mais inteligente neste planeta, então nós temos que nos perguntar: sendo tão inteligentes, por que nós estamos destruindo os recursos naturais que são requeridos para nos dar subsistência e garantir que as gerações futuras tenham um planeta onde possam viver?"

SR. POOBALAN GOVENDER



APRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

A sessão destacou a necessidade urgente de intensificar os esforços para alcançar as metas do Acordo de Paris por meio do diálogo e da cooperação internacional. Os países do Brics, que representam uma parte significativa da população global e do PIB mundial, ocupam uma posição única para impulsionar o progresso global no combate às mudanças climáticas. A cooperação multilateral é imprescindível para enfrentar os desafios climáticos.

Foi destacada a importância de os países desenvolvidos fornecerem os meios adequados – sobretudo transferência de tecnologia e financiamento climático – para que os países em desenvolvimento avancem em suas ações climáticas. Há um apelo para a criação de mecanismos de financiamento sustentável, alinhados com o marco do Brics sobre financiamento climático, e mecanismos de supervisão e transparência sobre a implementação dos compromissos climáticos.

Foi destacada a importância da colaboração interparlamentar para desenvolver legislação e políticas públicas, compartilhar melhores práticas e criar estratégias conjuntas de mitigação e adaptação, além de promover a conservação da biodiversidade e a redução da poluição plástica. Isso inclui o desenvolvimento de um quadro de cooperação verde do Brics para compartilhar experiências legislativas em energia limpa, transporte sustentável, gestão de recursos hídricos e economia circular.

Finalmente, os parlamentares reforçaram o reconhecimento do poder transformador da economia para garantir uma transição justa. Especial atenção foi dada ao aspecto da desigual distribuição dos riscos climáticos aos países do Brics. As populações mais vulneráveis – mulheres, idosos, migrantes, pessoas com deficiência, povos indígenas e pessoas de baixa renda – são afetadas de modo desproporcional, o que deve ser levado em conta na cooperação multilateral em busca da justiça climática.

Karin Kassmayer
Consultora Legislativa



Mesa: coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados, deputado Fausto Pinato (PP-SP); presidente da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB); secretário desta sessão. Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



DISCURSO DE ABERTURA DA 3ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta, REPUBLICANOS - PB) – Muito bom dia a todos os presentes.

Declaro aberta a 3ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, com o tema "Diálogo Interparlamentar do Brics sobre Clima e Sustentabilidade".

Sras. e srs. parlamentares, estamos aqui reunidos em um momento decisivo para a humanidade. O mais recente relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima foi cristalino em sua mensagem: esta década determinará se conseguiremos limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Não se trata mais de uma questão para as próximas gerações. É nossa responsabilidade agora.

Como países do Brics, ocupamos uma posição única no cenário global. Representamos economias emergentes e em desenvolvimento que enfrentam desafios similares, mas também detemos recursos e capacidades que podem transformar o progresso mundial no combate às mudanças climáticas. Nossa força está na nossa união.

A Presidência brasileira do Brics em 2025 coincide com a Presidência da COP 30. Essa não é mera coincidência, é oportunidade histórica. O Brasil sediará a conferência climática mais importante da década, e cabe a nós, como mecanismo de cooperação, liderar pelo exemplo. A cooperação multilateral é imprescindível para enfrentarmos os desafios climáticos do nosso tempo.

Nesta sessão, com o intuito de construirmos uma Agenda de Liderança Climática do Brics, convidamos os participantes a discutir medidas como:

- I) adoção de marcos regulatórios eficientes, que garantam segurança jurídica para investimentos verdes;
- II) criação de mecanismos de financiamento sustentável, alinhados com o marco do Brics sobre financiamento climático;



À bancada, representantes do Brics 2025.
Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



III) criação de mecanismos de supervisão e transparência sobre a implementação dos compromissos climáticos;

IV) prioridade em legislação e orçamento que estimulem o fortalecimento de infraestrutura resiliente e soluções baseadas na natureza, conforme debatido no Grupo de Trabalho sobre Gestão de Desastres do Brics;

V) promoção de legislações que integrem soluções para desertificação, degradação do solo e seca, alinhadas com as iniciativas do Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente do Brics, e que incluam incentivos à restauração de ecossistemas, à redução da poluição plástica e à preservação de recursos hídricos, com vistas à sustentabilidade a longo prazo.

Reitero que o Fórum Parlamentar do Brics configura foro privilegiado para as discussões sobre essas temáticas, notadamente sobre o financiamento climático, que é uma das principais prioridades para a COP 30, em Belém, em novembro deste ano.

Desejo a todos que os debates sejam frutíferos, com a consciência de que nossas ações de hoje determinarão nosso futuro e das próximas gerações.

Muito obrigado.

Para organizar os trabalhos, esclareço que cada orador poderá usar da palavra nas tribunas por até cinco minutos, a fim de garantir o cumprimento da nossa agenda de eventos e a isonomia entre os representantes.

O sistema de áudio do Plenário está programado para soar o toque da campanha um minuto antes do fim do tempo do orador, como alerta para que encaminhe a conclusão do seu discurso, sendo desligados os microfones após cinco minutos de uso da palavra.

Solicito também que todos falem de forma pausada, para que a tradução simultânea possa refletir os pronunciamentos com a máxima precisão.

Por fim, peço a atenção de todos para um aviso importante: a fim de dar continuidade e fluidez aos trabalhos, uma vez esgotada a lista dos oradores e encerrada esta sessão, iniciaremos a próxima sessão de trabalho sem intervalos.

Agradeço a compreensão e a cooperação de todos com essas regras necessárias para o bom andamento das sessões.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao sr. Poobalan Govender, vice-presidente do Parlamento da África do Sul. *(Palmas.)*



SR. POOBALAN GOVENDER
Vice-Presidente da Câmara Alta
da África do Sul



Deputado sul-africano pelo Inkatha Freedom Party (IFP), Poobalan Govender atua como vice-presidente do Conselho Nacional de Províncias (NCOP) desde julho de 2024. É reconhecido por sua longa trajetória política e compromisso com a promoção da democracia e do desenvolvimento socioeconômico na África do Sul.

(Tradução simultânea.) – Caro presidente... *(Falha no áudio.)* Considerando um diálogo interparlamentar sobre sustentabilidade, nos dá a refletir a necessidade de mobilizar grandes Parlamentos para trabalhar juntos, para cooperar uns com os outros e que possamos alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Somos 40% da população do mundo e incluímos os maiores Parlamentos do Sul Global. Não existe razão por que nós não possamos ser bem-sucedidos nos nossos esforços.

A mudança climática tem uma ameaça para a sustentabilidade, impactando pelas inseguranças alimentar e de água e pelas desigualdades. O desenvolvimento sustentável mira, sem comprometer, a segurança das relações futuras. Com a mudança climática, é difícil atingir esse balanço. Lidar com as mudanças climáticas é, então, crucial para se conseguir atingir os objetivos de sustentabilidade. São intrinsecamente ligados ao tema; então, impactam muitas dessas mudanças. Apesar disso, é crucial alcançar os objetivos para o desenvolvimento sustentável.

As mudanças climáticas alteram os ecossistemas ao afetarem a distribuição de espécies, as interações e o cronograma de eventos biológicos, podendo levar a mudanças significativas na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos.

Além do exposto, um planeta em aquecimento pode dificultar o cultivo de alimentos e levar ao aumento do nível do mar; e a alteração dos padrões de precipitação pode perturbar os recursos hídricos, impactando a segurança alimentar e os meios de subsistência.

Vale ressaltar que as mudanças climáticas afetam as populações vulneráveis, como as dos países em desenvolvimento, que não podem ter os recursos para se adaptar os seus impactos. Enfrentar as mudanças climáticas exige tanto a mitigação de suas causas, que é a redução de emissão de gases de estufa, quanto a adaptação aos seus efeitos, construção e resiliência dos perigos climáticos.

Sr. presidente, o desenvolvimento sustentável oferece soluções para as mudanças climáticas ao promover energias renováveis, eficiência energética e modelos de economia circular que reduzem as emissões e o consumo de recursos. Além disso, as políticas que abordam as mudanças climáticas também podem contribuir para outras metas de sustentabilidade, como a promoção do transporte sustentável e a melhoria do planejamento urbano e apoio ao desenvolvimento rural.

Considerando o impacto, enfrentar as mudanças climáticas requer a cooperação dos Brics e da comunidade internacional, bem como a implementação do Acordo de Paris, de 195 países, em 2025.

As mudanças climáticas continuam sendo uma séria ameaça ao desenvolvimento nacional e à prosperidade compartilhada. Apresentam fatos particularmente difíceis para os formatos de políticas. Uma temperatura média de 1,5 grau... Isso exige uma ação em todos os setores da economia e em toda a sociedade global. Para esse fim, os desafios contemporâneos das mudanças climáticas exigem uma liderança forte e resposta internacional robusta, uma vez que os impactos adversos podem prejudicar economias, ameaçar nações e colocar em perigo comunidades e ecossistemas.

Sr. presidente, as mudanças também são uma questão política perigosa, com potencial para serem usadas por agitadores oportunistas para derrubar governos e determinar o resultado de eleições em Estados democráticos. Assumiram um papel central tanto na política doméstica quanto na internacional e se tornaram um item importante na agenda de muitas nações e de organizações regionais e órgãos multilaterais como o nosso e as Nações Unidas. Como tal, a ação para

enfrentar as mudanças climáticas requer coordenação entre os múltiplos atores governamentais e não governamentais.

O longo prazo em que as mudanças climáticas se desenrolam exige a capacidade de planejar, implementar e sustentar um compromisso crível com políticas cada vez mais ambiciosas de longos e múltiplos ciclos políticos.

A África do Sul continua focada em garantir um pacote ambicioso e progressista na adaptação para apoiar países africanos e países em desenvolvimento. Nosso país desenvolve políticas para garantir a redução das emissões: a África do Sul adotou o Ato das Mudanças Climáticas, que foi objetivado para reduzir e mitigar a emissão de gases e ainda se adaptar aos efeitos de mudanças climáticas, conforme o que já está incluído nos compromissos e acordos.

Sr. presidente, a forma como as mudanças climáticas nos afetam depende de onde estamos localizados no mapa global. Nesse sentido, o grupo populacional mais atingido são os pobres, como os habitantes de países em desenvolvimento, que são predominantemente agricultores, dependentes de chuvas e mecanismos básicos para trabalhar a terra e garantir o seu sustento.

Vamos trabalhar juntos, como Estados-membros do Brics, para reduzir o flagelo dos efeitos das mudanças climáticas. Sem o nosso compromisso e cooperação para reduzir o impacto das mudanças climáticas, a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis continuará a ser um sonho distante.

Gostaria também de adicionar e deixar um pensamento. A civilização humana é considerada a mais inteligente neste planeta, então nós temos que nos perguntar: sendo tão inteligentes, por que nós estamos destruindo os recursos naturais que são requeridos para nos dar subsistência e garantir que as gerações futuras tenham um planeta onde possam viver?

Uma pessoa muito sábia disse uma vez que nós podemos destruir toda a civilização humana e a natureza vai florescer, mas se nós destruímos a natureza, a civilização humana vai ser destruída.

Então, com esse pensamento, eu deixo vocês, para que possamos nos engajar em como podemos garantir nossos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Agradeço muitíssimo, Presidente. Muito obrigado.



Assista ao discurso do sr. Poobalan Govender

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido para fazer uso da palavra o sr. Harivansh Narayan Singh, vice-presidente da Câmara Alta da Índia.



SR. HARIVANSH NARAYAN SINGH

Vice-Presidente da Câmara Alta da Índia



Jornalista e político indiano, Harivansh Narayan Singh é o atual vice-presidente do Rajya Sabha, a Câmara Alta do Parlamento da Índia, cargo que ocupa desde 2018. Antes de ingressar na política, teve uma carreira destacada no jornalismo, atuando como editor-chefe do diário hindi Prabhat Khabar, onde liderou investigações de grande impacto, como o escândalo do "Fodder Scam". Foi também assessor de imprensa do ex-primeiro-ministro Chandra Shekhar.

(Tradução simultânea.) – Bom dia.

Excelência, caros colegas, senhoras e senhores, muito obrigado pela oportunidade de compartilhar nossas opiniões sobre a questão das mudanças climáticas.

Os Brics reúnem onze das principais economias emergentes do mundo, representando cerca de 49% da população global e 40% do PIB mundial, além de 24% do comércio global. Esses números são bastante significativos, pois ressaltam a importância dos Brics na luta contra as

mudanças climáticas ao possibilitar o desenvolvimento de estratégias conjuntas para promover a energia limpa e proteger os ecossistemas.

Como representantes públicos, temos a responsabilidade de conscientizar a população, promovendo a transição para uma economia de baixo carbono, resiliente ao clima, com o objetivo de melhorar as condições de vida.

Apesar de a contribuição histórica e atual da Índia para as emissões globais ser muito baixa, o país tem adotado diversas ações climáticas pautadas pela equidade, pelo princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e das capacidades respectivas, considerando as diferentes circunstâncias nacionais. Essas medidas são inseridas no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza, conforme previsto na UNFCCC e no Acordo de Paris.

Caros colegas, a ação climática da Índia é guiada por sua contribuição nacionalmente determinada e pela estratégia de longo prazo para atingir a neutralidade de *Carbono Net Zero* até 2070, abrangendo diversos setores da economia.

O plano nacional de ação sobre mudança climática fornece a estrutura geral para todas as ações climáticas, incluindo as missões nas áreas de energia solar, eficiência energética, *habitats* sustentáveis, recursos hídricos, preservação de ecossistemas, saúde humana e conhecimento estratégico para a mudança do clima.

Como resultado dessas intervenções, a Índia tem conseguido dissociar o crescimento econômico das emissões. Entre 2005 e 2020, a intensidade de emissões do PIB indiano foi reduzida em 36%. A Índia instalou 232GW de capacidade elétrica não fóssil, já alcançando sua meta da NDC de 40% da capacidade elétrica instalada proveniente de fontes de energia não fósseis, quase oito anos antes do prazo estabelecido. A cobertura florestal na Índia aumentou de forma consistente e hoje corresponde a 25,17% da área geográfica total do país.

Na recente reunião dos Ministros do Meio Ambiente do Brics, realizada em Brasília, a Índia defendeu fortemente a necessidade de uma liderança coletiva para o avanço da Agenda Climática de 2030. A Índia reafirmou a importância da Declaração de Nova Delhi, realizada em 2021, e defendeu uma abordagem holística para a ação climática, integrando adaptação, mitigação e meios de implementação, além

de destacar a necessidade urgente de que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos. A Índia também enfatizou o papel da eficiência no uso de recursos e da economia circular para o alcance das metas de sustentabilidade. A Índia ressaltou a importância da próxima COP 30 como um marco fundamental para o avanço dos esforços globais de adaptação e resiliência.

O país continuará a defender um compromisso inequívoco com o aumento do financiamento climático, essencial para as ações climáticas. A Índia gostaria de conclamar as nações do Brics a aderirem a iniciativas globais de sustentabilidade, como a Aliança Global Internacional, o Grupo de Liderança para Transição Industrial e a Aliança Global para Biocombustíveis, a fim de impulsionar os esforços em andamento para enfrentar mudanças climáticas.

Eu gostaria de concluir reiterando que a Índia está comprometida em trabalhar com seus parceiros do Brics. Estou confiante de que nossas deliberações serão eficazes para abordar essa questão tão importante que diz respeito à nossa mãe Terra.

Mais uma vez, muito obrigado.

Obrigado ao Brasil por sua hospitalidade.

Obrigado a todos.



Assista ao discurso do sr. Harivansh Narayan Singh

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Sr. Wang Ke, membro do Parlamento da China, para fazer uso da palavra.



SR. WANG KE

Membro do Parlamento da China



Vice-Presidente do Comitê de Relações Exteriores do Congresso Nacional do Povo da China, Wang Ke desempenha um papel central na diplomacia parlamentar chinesa. No 11º Fórum Parlamentar do Brics, realizado em 2025, destacou a importância da cooperação legislativa em áreas como juventude, inovação e desenvolvimento sustentável.

(Tradução simultânea.) – (Falha no áudio.) ... tempo severo, vários desafios para a sobrevivência da raça humana.

Agora alguns países, organizações internacionais e tratados estão adotando mecanismos de adaptabilidade de carbono e colocando taxas que diminuam os esforços para a diminuição da emissão de carbono.

No ano passado, no encontro de Kazan, o presidente Xi Jinping sugeriu uma contribuição do Brics, reforçando o Acordo de Paris. E a gente leva essa oportunidade para aumentar a cooperação e a solidariedade e avançar o sistema de governança global, primeiro, reforçando o multilateralismo, os princípios estabelecidos na UNFCCC e no Acordo de Paris, mas diferenciando as responsabilidades.

A China apoia completamente o país e esperamos que esse encontro seja um sucesso. Dependemos profundamente da cooperação internacional para promover a inovação tecnológica, a revolução e a cooperação, para garantir que possamos prover produtos verdes e tecnologias e garantir a acessibilidade e a alta qualidade de produtos.

Terceiro. Promover justiça global e pedir aos países desenvolvidos para melhorar a resiliência e a capacidade... e prover o apoio suficiente, tecnologias para países desenvolvidos e evitar... *(Pausa.)*

Durante a iniciativa de que fizemos parte, no Brics em Joanesburgo, em 2023, nós anunciamos a construção de um arcabouço para o Brics com relação apenas ao desenvolvimento sustentável ou dedicado ao desenvolvimento sustentável, e nós queremos utilizar de forma eficiente esse mecanismo, de modo a compartilhar conhecimento e tecnologia.

Nossos colegas, sabemos que estamos todos trabalhando bastante, de forma dedicada, para conseguirmos esses resultados. O consumo de energia como proporção do PIB na China tem sido reduzido e também temos 70% de módulos fotovoltaicos para podermos trabalhar dessa forma no mundo inteiro.

Nós temos também a questão de trabalharmos juntos para construir esse cinturão provendo recursos vultosos e já assinamos 52 documentos de cooperação sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável com 42 países, treinando mais de 10 mil pessoas.

Como Legislatura Nacional da China, o Congresso Nacional do Povo continua a promover e aprimorar o sistema legal para proteção ecológica e ambiental. Iniciamos a elaboração do código ecológico e ambiental, que hoje está aberto para consulta pública. Olhando para o futuro, o Congresso Nacional do Povo, da China, está disposto a trabalhar em estreita colaboração com os países do Brics e legislaturas parceiras, de modo a promover o trabalho relacionado ao clima, apoiar ativamente os países do Brics no combate às mudanças climáticas.

Muito obrigado.



Assista ao discurso do sr. Wang Ke

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta, REPUBLICANOS - PB) – Convido o sr. Gholamreza Tajgardoun, membro do Parlamento do Irã, para fazer uso da palavra.



**SR. GHOLAMREZA
TAJGARDOUN**

Membro do Parlamento do Irã



Político iraniano influente, é deputado pelos Gachsaran e Basht no Majlis, o Parlamento Iraniano, desde 2024, função que também exerceu no período de 2012 a 2020. Ocupou o cargo de vice-chefe da Organização de Gestão e Planejamento do Irã de 2003 a 2005, durante a presidência de Mohammad Khatami. Com ideologia reformista, é membro do partido Hope Fraction. Dado que exerceu durante muito tempo a liderança da Comissão de Planejamento, Orçamento e Contas do Parlamento, é colocado no centro das decisões orçamentárias do país..

(Tradução simultânea.) – Ilustres representantes, senhoras, senhores, é uma honra estar com vocês nesta reunião tão importante do Parlamento do Brics que tratará de clima e sustentabilidade. Esta reunião é uma demonstração do nosso diálogo construtivo em relação às soluções que precisamos para a crise climática.

Hoje sabemos que a mudança climática é uma realidade que afeta todas as nações e que o futuro da humanidade depende, cada vez mais, dos esforços em relação a políticas.

Senhoras e senhores, os estados do Brics representam mais de 40% da população mundial, carregando, assim, grande responsabilidade pelo futuro do nosso planeta. O vasto potencial do Brics deve ser aproveitado para construir um futuro sustentável e equitativo para todos. Como Parlamentos, temos a responsabilidade crucial na formulação de políticas climáticas. Legislar para o desenvolvimento verde,

aprovar orçamentos ambientais, supervisionar a implementação de compromissos climáticos e proteger grupos vulneráveis são apenas alguns dos aspectos desse dever histórico.

Acreditamos que o diálogo interparlamentar do Brics sobre clima e sustentabilidade deve buscar objetivos claros e ações tangíveis. Permitam-me destacar alguns:

I – desenvolver um quadro de cooperação verde do Brics para compartilhar experiências legislativas em energia limpa, transporte sustentável, gestão de recursos hídricos e economia circular;

II – estabelecer um centro parlamentar de pesquisa do Brics para clima e sustentabilidade, para fornecer apoio científico aos formuladores de políticas;

III – promover o investimento conjunto em tecnologias verdes;

IV – padronizar os procedimentos de avaliação de impacto ambiental para grandes projetos nos Estados-membros;

V – fortalecer a cooperação interparlamentar para ampliar a voz coletiva dos Brics em fóruns climáticos como a COP.

Caros colegas, a experiência da pandemia nos ensinou que as crises globais só podem ser gerenciadas por meio de ação coletiva e confiança mútua. Assim como aquela crise de saúde global exigiu uma resposta coordenada, a crise climática requer também uma abordagem multilateral, equitativa e participativa. Hoje, espera-se que os Parlamen- tos do Brics não se limitem a observar ou legislar, mas que se engajem ativamente como impulsionadores da transformação verde.

Apesar dos desafios impostos por sanções unilaterais, acesso limitado ao financiamento internacional e seu clima árido e semiárido, o Irã implementou inúmeras políticas e programas nacionais para proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas, como, por exemplo:

I – promulgação da lei de proteção, restauração e gestão de zonas úmidas, com várias políticas na região;

II – implementação do Plano Nacional de Adaptação a Mudanças Climáticas;

III – expansão de usinas solares e eólicas;

IV – adoção da lei do ar limpo nas florestas e áreas naturais, também envolvendo o transporte verde e outras medidas verdes que devem ser utilizadas na indústria.

V – com a integração.

Essas políticas foram avançadas por meio do papel ativo da Assembleia Consultiva Islâmica, o Parlamento do Irã, da aprovação de orçamentos ambientais e da supervisão de programas climáticos.

Nós, a Assembleia, estamos entre os Parlamentos mais ativos da região em seus esforços de desenvolvimento ambiental e sustentável, protegendo os recursos naturais. Acredito que a justiça climática deva estar no centro de nossas discussões interparlamentares. Não podemos esperar que as nações em desenvolvimento busquem transições verdes no mesmo ritmo e com a mesma capacidade dos países industrializados, especialmente quando enfrentam maiores vulnerabilidades e carregam muito menos responsabilidade histórica pelas emissões de gases de efeito estufa.

Para o Sul Global, devemos defender mecanismos de transferência de tecnologia, financiamento climático e alívio da dívida ecológica. Isso requer uma voz unida dos Parlamentos do Brics. Agora é o momento de o Brics assumir um papel de liderança na formação da ordem climática global, com iniciativas conjuntas, padronização das políticas verdes, estabelecimento de fundos climáticos do Brics e avanço da diplomacia climática em fóruns internacionais.

Assim, o nosso papel é de extrema importância em várias questões, como a conscientização pública, a diplomacia climática. Então, vamos juntos abrir um novo capítulo de solidariedade climática do Brics, em que os Parlamentos emergem como pioneiros da governança sustentável, com uma visão compartilhada, empatia e sinergia.

Para finalizar, quero agradecer ao Parlamento e ao Governo do Brasil, por sua hospitalidade, e ao presidente desta sessão, por nos dar esta oportunidade, com esperança por um mundo mais verde, mais sustentável e mais justo para todos.



Assista ao discurso do sr. Gholamreza Tajgardoun

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido o sr. Félix Ajpi Ajpi, membro da Câmara Alta da Bolívia, para fazer uso da palavra.



SR. FELIX AJPI AJPI

Membro da Câmara Alta da Bolívia



Senador por La Paz desde 2020 pelo Movimiento al Socialismo (MAS), Félix Ajpi preside a Comissão de Política Internacional do Senado boliviano. Nasceu em Teoponte, é reconhecido por sua defesa da soberania nacional e por críticas contundentes ao personalismo político.

(Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, eu gostaria de agradecer à Câmara dos Senadores do Brasil, ao presidente da Câmara dos Deputados do Brasil e à sua equipe de coordenação por ter organizado tão brilhantemente este Fórum Parlamentar dos Brics. Também gostaria de cumprimentar os parlamentares que estão presentes aqui, entre deputados e senadores.

Tenho orgulho de apresentar que, na Bolívia, nós somos 36 senadores entre situação e oposição; e, dos 36, 19 são mulheres senadoras. Mas eu lamento também dizer que em nenhum momento eu vi, nesses quatro anos de legislatura, colocar seu voto majoritário. Temos que perguntar às companheiras por que essa situação.

Neste dia, estamos aqui reunidos para tratar sobre o assunto das mudanças climáticas. Eu lamento muito, presidente, que várias das delegações tenham nos abandonado. Esse tema tão crucial deveria ter sido tratado nos fóruns como primeiro tema. Vamos falar de comércio, vamos falar de finanças, vamos falar de inteligência artificial, mas eu creio que temos que tratar esse tema tão importante para a humanidade.

Há 75 anos, um revolucionário do Caribe nos advertiu que teremos que estar nessa situação dos temas climáticos. Criticava os países altamente desenvolvidos de serem os causadores das emissões de gases de infecção, mas suas ideias não foram... O seu pensamento ideológico

não era o mesmo dos que pensavam de forma diferente dele. Achavam que era um louco que falava no deserto, mas esse senhor nos deu... Estamos sofrendo esse efeito.

Para isso, acredito que temos que fazer... Estão dizendo para trazer soluções. Não podemos mais trazer soluções; temos que administrar esse efeito da mudança climática, porque vai crescendo. Temos simplesmente que administrar para que não sejam tão letais para a humanidade os efeitos da mudança climática.

As conclusões deste fórum do Brics devem ser levadas à COP 30, que vai ser também neste país. É interessante que o Brasil... Para que nós... que investir em desenvolvimento... Não nos obriguem também a ser responsáveis pela mudança climática. Nós estamos dispostos a trabalhar para administrar e lutar contra um efeito tão letal que pode vir para as nossas nações.

Eu sou boliviano. Os irmãos do Brasil administram a Amazônia. Nós temos a Cordilheira dos Andes entre os países Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Somos nós que damos água à Amazônia aqui, na América do Sul, mas, há 50 anos, mais ou menos, a Cordilheira dos Andes era um grande glaciar, era branco; agora já está cheio de... Está degelado. Então, se as cordilheiras não estão conservadas, com suas neves nos topos, os rios vão secar. Estamos sofrendo incêndios... Apenas para os incêndios, há uma precipitação excessiva de água. Então, há um desequilíbrio.

Nós, eu particularmente, como boliviano, peço aos organizadores deste Brics que cheguem a reconhecer: que salvemos a Cordilheira dos Andes para a América Latina para que toda a Amazônia possa seguir a ser o pulmão do mundo, pelo menos nessa parte do hemisfério, porque, se não tomarmos atitudes, simplesmente vai ser uma retórica de vários fóruns de como assumir essas responsabilidades. Nós, os países que investimos em desenvolvimento, queremos ser parte na administração dessas mudanças climáticas, das soluções com que podemos resolver, porque já estão muito avançados, mas podemos diminuir os efeitos.

Para isso, precisamos de uma coordenação melhor, maior. Nesses fóruns, tem que ser o seu primeiro tema tratar desse assunto da mudança climática e seus efeitos tão danosos que se apresentam nos nossos tempos, porque, sem água, sem um bom ar, sem razão vamos falar do comércio, da indústria, de tudo que podemos crer que pode ser bom

para a humanidade, mas, se não temos um ar limpo para respirar, se não temos espaços de água para poder gerar os recursos alimentares, nossas esperanças se veem muito reduzidas.

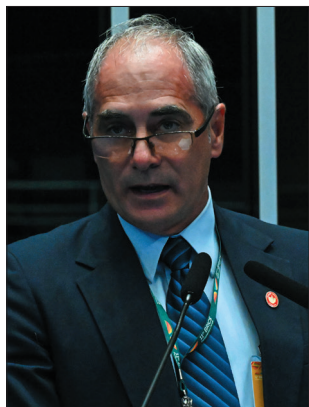
Então, eu peço que nós possamos conservar os glaciares para serem parte, administrar, para deixarem de ter consequências tão danosas nos efeitos climáticos. Isso pede a Bolívia e, oxalá, talvez possamos entender e, na COP 30, seja parte dessa solução, parte da administração do efeito de mudança climática.

Muitíssimo obrigado.



Assista ao discurso do sr. Felix Ajpi Ajpi

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido o sr. Alberto Núñez Betancourt, membro do Parlamento de Cuba, para fazer uso da palavra.



SR. ALBERTO NÚÑEZ BETANCOURT



Membro do Parlamento de Cuba

Jornalista e deputado cubano, Alberto Núñez Betancourt é vice-presidente da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Nacional do Poder Popular. Graduado em Jornalismo, dirigiu os jornais Tribuna de La Habana, Granma e Trabajadores. Foi correspondente de guerra em diversos países e é autor de livros sobre missões internacionais.

(Tradução simultânea.) – Em nome da Assembleia do Poder Popular da República de Cuba, muitíssimo obrigado aos organizadores do

fórum e aos habitantes desta bela cidade pela acolhida dada delegação cubana e pela oportunidade de participar deste importante encontro. É simbólico e muito oportuno que hoje, dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, parlamentares de mais de 20 países estejam compartilhando suas visões sobre clima e sustentabilidade.

Cuba atribui alta prioridade ao enfrentamento do fenômeno global das mudanças climáticas. É por isso que as medidas a serem tomadas para abordar essa questão estão incluídas no programa econômico social do país para 2030, que é sistematicamente acompanhado pelos parlamentares cubanos.

Para enfrentar o enorme desafio das mudanças climáticas que hoje nos ameaçam – particularmente os pequenos estados insulares –, Cuba tem um plano de Estado aprovado por nossa Assembleia chamado Tarea Vida (Tarefa Vida), que contém os conceitos necessários para o sucesso.

Essa diretriz, que é uma ferramenta de trabalho para os parlamentares, é inspirada no pensamento do líder histórico da Revolução Cubana Fidel Castro Ruz, durante a Cúpula da Terra, em 1992, no Rio de Janeiro, que alertou sobre o perigo de extinção que a espécie humana enfrentava – e ainda enfrenta hoje –, dada a rápida e progressiva destruição de suas condições naturais de vida. Esse plano inclui ações estratégicas e tarefas específicas. É uma proposta integral, abrangente, que identifica áreas e locais prioritários, o nível dos danos causados e as ações a serem realizadas a curto, médio, longo e muito longo prazo.

Estudos de perigo, vulnerabilidade e risco territorial para redução de desastres têm sido realizados desde o início do século XXI, com base no potencial científico-técnico de Cuba. Esse projeto leva em conta os resultados de pesquisas que mostram que hoje o clima do arquipélago cubano é mais quente e extremo: a temperatura média anual aumentou 0,9°C desde meados do século passado até o presente; o regime de chuvas mudou, com um aumento significativo das secas; enquanto o nível do mar subiu 6,77cm. As projeções de futuro indicam que o aumento do nível médio do mar pode atingir 27cm até 2050 e 85cm até 2100. Algumas das ações estratégicas em vigor incluem a decisão de: proibir a construção de novas moradias em assentamentos costeiros ameaçados; reduzir a densidade populacional nas áreas costeiras e de baixa altitude; adaptar as atividades agrícolas à realidade dessas áreas;

desenvolver variedades de culturas resistentes a condições de solo e temperatura existentes.

Nós, parlamentares, temos a responsabilidade e o trabalho de preparar, atualizar e implementar as normas jurídicas necessárias para apoiar este megaplano.

Cuba aprende hoje com fontes renováveis de energia. Igualmente, outro propósito é aumentar a cobertura florestal para 33%. Os países em desenvolvimento não podem avançar nas metas de mitigação se não forem apoiados por meios de implementação necessários – diga-se, de passagem, financiamento, tecnologia e capacitação –, nos quais os países desenvolvidos devem assumir a liderança, conforme estipulado nos compromissos internacionais, incluindo o Acordo de Paris.

No âmbito da proteção ao meio ambiente e sustentabilidade, podemos trabalhar em conjunto com os países do Brics.

Permitam-me concluir com as palavras do Comandante em Chefe Fidel Castro pronunciadas há 33 anos nestas terras brasileiras, quando disse – cito –:

Se quisermos salvar a humanidade dessa autodestruição, teremos que fazer uma melhor distribuição das riquezas e das tecnologias disponíveis no planeta. Menos luxo e menos esbanjamento nuns poucos países para que haja menos pobreza e menos fome em grande parte da Terra. Não mais transferências ao Terceiro Mundo de estilos de vida e de hábitos de consumo que arruinam o meio ambiente. Faça-se mais racional a vida humana. Aplique-se uma ordem econômica internacional justa. Utilize-se toda a ciência necessária para um desenvolvimento sustentável sem contaminação. Pague-se a dívida ecológica e não a dívida externa. [...] Amanhã será tarde demais para fazer o que deveríamos ter feito há muito tempo.

Fecho aspas.

Comprometamo-nos a trabalhar incansavelmente por um mundo melhor. Os países do Brics têm a força e a vontade para isso.

Muito obrigado.



Assista ao discurso do sr. Alberto Núñez Betancourt

ENCERRAMENTO DA 3ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Finalizada a lista de oradores desta sessão, esclareço que, na sequência, daremos início à 4ª Sessão de trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 8 minutos.)



Mesa: coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados, deputado Fausto Pinato (PP-SP); presidente da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB); secretário-geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Lucas Ribeiro Almeida Júnior; coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal, senador Humberto Costa (PT-PE). Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



4ª SESSÃO DE TRABALHO

Cooperação Interparlamentar para uma Inteligência Artificial Responsável e Inclusiva

"Se queremos decidir sobre o futuro da inteligência artificial, não basta discutir sua regulação. Precisamos, efetivamente, fazer parte de sua história."

DEPUTADO HUGO MOTTA



APRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Na 4ª Sessão do 11º Fórum Parlamentar do Brics, intitulada "Cooperação Interparlamentar para uma Inteligência Artificial Responsável e Inclusiva", houve forte consenso entre os parlamentares do Brics sobre a necessidade de cooperação estratégica e de governança ética para o desenvolvimento da IA. As autoridades convergiram na defesa de que a IA deve ser um instrumento de inclusão digital e soberania tecnológica, evitando novas dependências e assimetrias globais. Foi destacada a urgência de investir em infraestrutura digital compartilhada, capacitação tecnológica e integração de cadeias de valor.

A regulação responsável e centrada no ser humano emergiu como prioridade transversal. Foi aduzida a criação de padrões éticos internacionais que garantam transparência, privacidade e proteção aos direitos humanos, com menções explícitas ao combate de vieses algorítmicos e à proteção de dados.

Propuseram-se mecanismos colaborativos, como a Aliança Internacional de IA do Brics (Rússia) e grupos de trabalho especializados (Irã), para harmonizar regulamentos e evitar fragmentação. Sugeriu-se que a abordagem deve ser gradual e baseada em risco, com flexibilidade na pesquisa científica e rigor nas aplicações de alto impacto.

Finalmente, ressaltou-se o papel do Brics na redução das assimetrias globais. Proferiu-se o argumento para que a IA beneficie o Sul Global mediante a transferência de conhecimento, o financiamento conjunto e o acesso equitativo à infraestrutura crítica – armazenamento de dados, energia renovável e capacidade de processamento de computação.

A inovação inclusiva materializa-se em iniciativas como a universidade de IA dos Emirados Árabes Unidos, os laboratórios indianos e a



Em discurso, à tribuna, representante do Irã, Mostafa Taheri.
Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

integração IA+energia limpa, esta última com destaque para o potencial brasileiro. O Brics propõe uma governança multilateral que equilibre as hegemonias tecnológicas, assegurando que a IA sirva ao desenvolvimento soberano e ao bem-estar coletivo.

Leandro Vieira
Consultor Legislativo



DISCURSO DE ABERTURA DA 4ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Declaro aberta a 4ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, com o tema "Cooperação Interparlamentar para uma Inteligência Artificial Responsável e Inclusiva".

Compõem a mesa, com esta Presidência, o sr. deputado federal Fausto Pinato, coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados, e o sr. senador Humberto Costa, coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal.

Sras. e srs. parlamentares, prosseguindo com nossa agenda, é com grande satisfação que dedicamos esta 4ª Sessão de Trabalho ao tema da cooperação interparlamentar para uma inteligência artificial responsável e inclusiva.

Ressaltamos pontos que nos parecem centrais para o nosso debate de hoje:

- A garantia de transparência e ética na inteligência artificial, mitigando-se preconceitos algorítmicos e garantindo-se direitos fundamentais;
- O fortalecimento da privacidade e da segurança dos dados, assegurando-se a soberania digital dos países-membros; e
- A promoção de parcerias entre governos, setor privado e academia, incentivando-se inovação e compartilhamento de conhecimento em inteligência artificial.

Os Parlamentos do Brics devem atuar para garantir que, ao se regular a inteligência artificial, os direitos humanos sejam respeitados, a diversidade dos povos e culturas seja respeitada, se evitem discriminações ilícitas ou abusivas, além de se garantir a responsabilidade das empresas criadoras.

O compartilhamento de boas práticas entre os Legislativos do Brics fortalecerá uma governança tecnológica mais plural, coopera-





À tribuna, em discurso, representante do Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos, Sara Falaknaz. Foto: Carlos Moura/Agência Senado

tiva e inclusiva, que garanta a privacidade, a soberania dos dados, a segurança cibernética e a proteção da propriedade intelectual e dos direitos autorais.

Reafirmo a confiança desta Presidência na capacidade deste encontro para construir um futuro melhor para os povos que representamos, sobretudo em matéria de tamanha importância, com implicações cuja extensão ainda não alcançamos em sua plenitude para as mais diversas áreas da vida humana, e para definir o nosso lugar na comunidade internacional em futuro que já está em andamento.

Muito obrigado.

Para organizar os trabalhos, esclareço que cada orador poderá usar da palavra, nas tribunas, por até cinco minutos, a fim de garantir o cumprimento da nossa agenda de eventos e a isonomia entre os representantes. O sistema de áudio do Plenário está programado para soar o toque da campainha um minuto antes do fim do tempo do orador, como alerta para que encaminhe a conclusão do seu discurso, sendo desligados os microfones após cinco minutos de uso da palavra. Soli-

cito, também, que todos falem de forma pausada, para que a tradução simultânea possa refletir os pronunciamentos com a máxima precisão.

Agradeço a compreensão e a cooperação de todos com essas regras necessárias para o bom andamento da sessão.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao sr. Alexander Zhukov, vice-presidente da Câmara Baixa da Rússia.



SR. ALEXANDER ZHUKOV

Vice-Presidente da Câmara
Baixa da Rússia



Político e economista russo, iniciou sua carreira política como membro da Duma Estatal (Câmara Baixa) do Parlamento da Rússia entre 1994 e 2004, quando foi designado vice primeiro-ministro da Rússia, permanecendo no cargo até 2011. Foi presidente do Comitê Olímpico Russo de 2010 a 2018, do qual renunciou para se dedicar integralmente à função parlamentar. Atualmente, é vice-presidente da Duma Estatal, a Câmara Baixa do Parlamento da Rússia.

(Tradução simultânea.) – Caros colegas, sr. presidente, participantes, a inteligência artificial é uma tecnologia-chave no século XXI e tem tido um progresso muito rápido nos últimos anos, com 60% das empresas russas já tendo implementado ou em vias de implementar tecnologias de inteligência artificial. Vemos que o rápido desenvolvimento dessas tecnologias de inteligência artificial abre muitas oportunidades para o desenvolvimento sustentável, a redução da desigualdade e o alcance de um crescimento econômico equilibrado.

Segundo algumas estimativas, até 2030 o potencial econômico realizado com a implementação de tecnologias de inteligência artificial nos países do Brics poderá variar entre US\$350 e US\$600 bilhões. As tecnologias de IA também estão se desenvolvendo e sendo aplicadas ativamente no Brasil, na China, na Índia e em outros países. Assim, pro-

pomos discussões mais ativas sobre esses princípios, nas principais estruturas internacionais, para o desenvolvimento de inteligência artificial.

Em 2024, a Rússia iniciou a criação da aliança internacional do Brics sobre IA, uma plataforma para coordenar abordagens para o desenvolvimento e a aplicação de IA. Essa iniciativa uniu 17 associações e institutos nacionais de 14 países. Convidamos outros países e organizações a se juntarem a essa iniciativa.

Em Moscou, temos mais de cem projetos que utilizam a IA em diferentes áreas da gestão urbana, como *chat bots*, assistentes de voz, sistemas de monitoramento inteligente para construção e melhorias urbanas, saúde, serviços e muito mais. Há vários anos, redes neurais têm auxiliado médicos na detecção de patologias em imagens na saúde. As tecnologias de IA também podem ajudar a reduzir o tempo necessário para desenvolver novos medicamentos. Nós também temos utilizado a IA ativamente na administração pública, como em procedimentos burocráticos, fiscalização e tomadas de decisão, por exemplo, para a elaboração do orçamento federal da Federação russa.

As ferramentas de inteligência artificial generativa podem ajudar a prever desastres naturais com bastante precisão, além de analisar tabelas, gráficos e resolver problemas complexos de matemática e física, utilizando métodos ideais em apenas alguns passos.

Percebemos ser importante desenvolver padrões éticos internacionais comuns, além de regras de segurança no campo da IA. Ao mesmo tempo, percebemos que há uma falta de arcabouços legais para assegurar a transparência e a utilização ética e segura da inteligência artificial. Por isso, é importante desenvolver esses padrões éticos internacionais e regras de segurança. A Rússia já propôs seu próprio código de ética em inteligência artificial, que estabelece princípios éticos gerais e padrões de conduta que devem orientar os participantes em atividades relacionadas à inteligência artificial, afirmando que o ser humano, seus direitos e liberdades são o valor mais alto.

Até o momento, mais de 900 empresas e organizações, incluindo agências governamentais, aderiram ao código de ética em IA da Rússia. Os signatários incluem representantes de mais de 20 países.

A Duma de Estado, Assembleia Federal da Federação russa, adotou uma lei federal sobre a realização de um experimento para

a aplicação de tecnologias de inteligência artificial, enviando, então, uma mensagem forte com relação aos países do Sul Global. Queremos compartilhar com os nossos colegas e com esse grupo de especialistas.

Acreditamos que o Brics tem como utilizar essa cooperação setorial no campo da inteligência artificial e também de desenvolver abordagens conjuntas em plataformas multilaterais relevantes. Nós apoiamos a iniciativa da Presidência brasileira de adotar uma declaração separada dos líderes Brics sobre a governança da inteligência artificial. Nós temos monitorado de perto a utilização dessas iniciativas e estamos abertos à cooperação com todos os países prontos para um engajamento construtivo.

Obrigado.



Assista ao discurso do sr. Alexander Zhukov

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido o sr. Wang Ke, membro do Parlamento da China.



SR. WANG KE

Membro do Parlamento da
China



Vice-Presidente do Comitê de Relações Exteriores do Congresso Nacional do Povo da China, Wang Ke desempenha um papel central na diplomacia parlamentar chinesa. No 11º Fórum Parlamentar do Brics, realizado em 2025, destacou a importância da cooperação legislativa em áreas como juventude, inovação e desenvolvimento sustentável.

(Tradução simultânea.) – Sr. presidente e colegas, atualmente a tecnologia de inteligência artificial é uma força avançando para o novo, para a transformação industrial, trazendo ótimas oportunidades para o desenvolvimento econômico e social em todos os países. Ao mesmo tempo, a IA também traz uma série de riscos e desafios imprevisíveis; isso chama por um maior fortalecimento de cooperação e coordenação. Alguns países estão obcecados em erguer vigorosamente pequenos pátios com muros altos com a IA. Isso não só dificulta a integridade das cadeias de suprimento internacional, mas enfraquece a capacidade de responder a riscos e responder a essas mudanças em conjunto.

No ano passado, o presidente Xi Jinping, na Cúpula do Brics em Kazan, salientou a necessidade de se construir um comitê de inovação e desenvolvimento de alta qualidade através de cooperação ampla. Ele apontou uma aliança com... A China lançou um centro de cooperação durante o encontro dos Ministros da Indústria junto com o Brasil no Brics. Temos um fórum de alto nível que alcançou resultados positivos. No segundo semestre deste ano, o centro também organizará as sessões de treinamento para os países do Brics. Saudamos a participação ativa dos Estados-membros e parceiros do Brics.

Olhando para o futuro, nós temos que aproveitar a oportunidade do desenvolvimento impulsionado pela inovação e unir forças para enfrentar outros desafios trazidos pelo rápido desenvolvimento da IA, para garantir que a IA se torne um bem público internacional que beneficie a humanidade. As instituições legislativas devem desempenhar um papel positivo a esse respeito.

Primeiro, devemos defender o princípio da IA para o bem. Devemos ser guiados pelos valores da comunidade para prever de forma eficaz o uso indevido e malicioso das tecnologias de IA e garantir uma IA segura, confiável e controlável.

Segundo, devemos defender inovação e abertura. Devemos proporcionar um ambiente social e salvaguardas legais para apoiar os países Brics para conduzir pesquisas fundamentais em governança e apoiar o melhor desenvolvimento dos países do Brics.

Terceiro, devemos defender a inclusão e o benefício para todos. Devemos o apoio internacional aos países em desenvolvimento, fortalecer a capacitação e avançar no acesso universal das redes, poder

computacional e dados. Devemos trabalhar juntos para reduzir a lacuna entre o Norte e o Sul e um ambiente de desenvolvimento já inclusivo e que seja aberto e abrangente... O apoio legislativo deve garantir que as pequenas e médias empresas tenham acesso a serviços de IA de baixo custo e acessíveis, alcançando, assim, uma inclusão digital mais ampla, garantindo governança coordenada. Devemos dar importância igual a desenvolvimento e a segurança, fortalecer a sinergia e o alinhamento de estratégias de energia para padrões técnicos. Devemos, com a ajuda do Centro de Desenvolvimento e Cooperação de IA do Brics na China, participar ativamente na governança global, aumentar a voz e representatividade do Sul Global e promover a cooperação prática do domínio digital com um pacto digital global. É altamente aceitável um arcabouço que reconheça e garanta que a IA avance para um desenvolvimento inclusivo.

Caros colegas, como um país importante em inteligência artificial, a China sempre adotou uma atitude responsável em relação à governança global. Em outubro de 2023, o presidente Xi Jinping propôs a iniciativa de governança global da IA e deu uma proposta chinesa para desenvolvimento e a governança de IA. Na 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, apresentou uma resolução para fortalecer a cooperação internacional na construção de capacidades de IA para fortalecer o... Foi assinada, com o apoio de 143 países. É o primeiro documento de consenso do mundo para focar na capacidade do mundo, porque reflete a causa comum da comunidade internacional. A China propôs, ainda, um plano de ação de construção de capacidade e governança de IA e organizou dois *workshops* em capacidades de IA, conduzindo de forma ativa em países em desenvolvimento.

Em julho deste ano, a China continua a sediar a Conferência Mundial de Inteligência Artificial, em Xangai, e saudamos calorosamente a participação ativa de vocês. A China permanece comprometida em promover tanto o desenvolvimento quanto a segurança da IA. Introduzimos a Lei de Cybersegurança, a Lei de Segurança de Dados, a Lei de Proteção de Informações Pessoais e medidas provisórias para a gestão de serviços de IA generativa. Na próxima etapa, vamos promover um trabalho legislativo relacionado ao desenvolvimento saudável da IA.

O Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China está disposto a fortalecer os intercâmbios e a cooperação com os órgãos legislativos e parceiros do Brics, a fim de promover um desenvolvimento comum, salvaguardar a segurança e compartilhar conquistas, garantindo que a inteligência artificial sirva melhor ao desenvolvimento econômico e social de todos os países.

Eu gostaria de agradecer ao Brics, ao Brasil, a calorosa hospitalidade do Brasil por organizar este encontro.

Muitíssimo obrigado.



Assista ao discurso do sr. Wang Ke

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido o sr. Mostafa Taheri, membro do Parlamento do Irã.



SR. MOSTAFA TAHERI

Membro do Parlamento do Irã



Deputado iraniano pelo círculo eleitoral de Zanzan e Tarom, Mostafa Taheri é membro da Comissão de Indústria e Minas do Parlamento do Irã. Engenheiro com doutorado em Análise Numérica Aplicada pela Universidade de Semnan, tem se destacado em debates sobre desenvolvimento industrial, políticas econômicas e segurança energética. Foi o único homem a discursar na Reunião de Mulheres Parlamentares do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

(Tradução simultânea.) – Em nome de Deus, o Clemente Misericordioso.

Sr. presidente, senhoras e senhores, tenho o grande prazer de participar desta reunião tão importante, decisiva e dedicada a uma questão vital e voltada ao futuro.

Hoje os países Brics se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento e implementação de regulamentações relacionadas à inteligência artificial. Essa disparidade regulatória não apenas causou confusão entre os *stakeholders*, mas também se tornou um sério obstáculo ao desenvolvimento de projetos conjuntos, troca de dados e cooperação no campo da IA. Nesse sentido, proponho que comecemos a avançar no sentido do alinhamento de regulamentações e estabelecimento de padrões comuns entre os membros do Brics. Tal alinhamento não apenas facilitaria a cooperação interna, mas também transformaria o Brics numa voz unificada e poderosa na arena global da governança global da IA.

Caros colegas, segundo analistas, este grupo, o nosso grupo pode se tornar uma força transformadora no sistema de governança internacional da IA.

As sugestões incluem o seguinte, para melhorar e organizar essa sinergia, propomos a criação de uma agência multilateral especializada em IA específica para o Brics, com três missões principais: harmonizar os padrões, monitorar e avaliar riscos, facilitar o intercâmbio de conhecimento e dados, para facilitar a unificação.

Segundo, o uso eficaz da IA exige uma infraestrutura técnica robusta e alta capacidade de processamento, incluindo o seguinte: centros de dados em larga escala, redes de comunicação de alta velocidade e recursos computacionais avançados, fontes de energia sustentáveis para os centros de dados, cooperação entre os países Brics com relação às capacidades coletivas, à padronização de conhecimento técnico, e compartilhamento de informações entre países Brics.

Terceiro, os dados como matéria-prima da IA têm um papel primordial, e, embora os países do Brics tenham suas próprias perspectivas e regulamentações com relação a dados, especialmente pessoais e estratégicos, isso pode trazer dificuldades para o livre intercâmbio de dados entre os membros, sem o compartilhamento de alguns conjuntos de dados, com relação também ao desenvolvimento de algoritmos avançados, o que poderá acontecer de maneira lenta. Também deve-

mos criar estruturas e mecanismos de governança para transferência segura de dados entre os membros e criar repositório de dados compartilhados. Devemos celebrar acordos bilaterais e multilaterais para facilitar o intercâmbio de dados.

O número quatro seria uma outra questão-chave, que é o desenvolvimento do capital humano. Uma força de trabalho qualificada, criativa e capaz é o ativo mais importante para o avanço do ecossistema da IA. Ações, nessa área, incluiriam o seguinte: investimento direcionado em educação acadêmica e pesquisa aplicada, programas de intercâmbio de elite e vistos científicos especiais, incentivos para o retorno e retenção de especialistas, além de troca de experiências na formulação de políticas de recursos humanos.

Senhores convidados e colegas, para concluir, para o avanço desses objetivos estratégicos, gostaríamos de propor o seguinte: estabelecer um grupo de trabalho especializado em IA, que seja do Brics; criar um fundo de investimento conjunto para pesquisa e infraestrutura em IA, com contribuições de governos e do Novo Banco de Desenvolvimento do Brics, para financiar projetos prioritários como supercomputadores regionais, laboratórios conjuntos e bolsas de doutorado e pós-doutorado; também elaborar uma declaração conjunta de princípios éticos e de governança; realizar avaliações anuais; e alinhar o progresso de acordo com o roteiro estratégico acordado.

O Brics pode então se tornar um centro líder e influente na governança de IA. A República Islâmica do Irã está pronta para a participação ativa nesse processo e espera que, com a cooperação de todos os membros, possamos ter um novo capítulo de diplomacia científica e tecnológica no âmbito do Brics.

Obrigado.



Assista ao discurso do sr. Mostafa Taheri

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido o sr. Mohamed El Sallab, membro da Câmara Baixa do Egito.



SR. MOHAMED EL SALLAB

Membro do Parlamento do
Egito



Deputado egípcio pelo partido Mostaqbal Watan, é economista e empresário presidente do El Sallab Group e da Royal Ceramica . Foi eleito presidente do Comitê Industrial da Câmara dos Deputados egípcia para a quarta sessão legislativa iniciada em outubro de 2023. Em junho de 2022 participou do oitavo Fórum de Jovens Parlamentares realizado em Sharm ElSheikh.

(Tradução simultânea.) – Senhoras e senhores, antes de mais nada, gostaria de expressar minha gratidão pela oportunidade de discursar sobre uma das questões globais mais críticas, com profundas implicações para nossas sociedades, a inteligência artificial.

O avanço da inteligência artificial não é apenas uma mudança tecnológica, mas uma transformação geopolítica, econômica, ética e cultural. Isso exige de nós, como parlamentares do Brics...

A inteligência artificial se tornou uma força central, que influencia vários aspectos da vida, da economia à saúde, educação, administração governamental e diversas indústrias. Para maximizar seus benefícios, a inteligência artificial deve ser projetada, desenvolvida e utilizada de maneira responsável e ética, uma maneira que defenda os valores humanos, respeite a privacidade individual e garanta segurança e transparência. Ela também deve ser inclusiva, beneficiando todos os segmentos da sociedade e nações, sem exceção ou marginalização, particularmente entre os países do Sul Global e as nações em desenvolvimento, que necessitam de suporte para reduzir a exclusão digital.

Como todos sabemos, o grupo Brics desempenha um papel cada vez mais importante na definição do futuro da inteligência artificial em nível global; isso é evidente nos resultados dos grupos de vários níveis, por exemplo, durante a recente reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Brics em abril, os ministros enfatizaram a necessidade de desenvolver e gerenciar a inteligência artificial de maneira responsável,

segura, confiável e ética, com foco em garantir que todas as nações, especialmente as do Sul Global e dos países em desenvolvimento, se beneficiem dessa tecnologia avançada.

A declaração conjunta emitida na reunião também apelou ao fortalecimento dos padrões internacionais para a governança da IA através do Sistema das Nações Unidas e à promoção do diálogo internacional para fomentar a inovação e apoiar o desenvolvimento econômico inclusivo. Essa abordagem reflete a visão do Brics de construir uma ordem tecnológica global multipolar, que equilibre os interesses das nações e respeite a sua soberania. Além disso, as nações do Brics destacam a importância de integrar a inteligência artificial com soluções de energia sustentável, permitindo-lhes liderar a transformação digital e a economia de forma sustentável e competitiva no cenário global.

Nossa responsabilidade, como parlamentares, vai além de meramente observar os avanços tecnológicos: ela envolve moldar sua trajetória e garantir que sirvam à humanidade como um todo, contribuindo para a construção de sociedades mais justas, prósperas e inclusivas; isso exige uma profunda compreensão dos mecanismos da inteligência artificial, suas aplicações e as potenciais implicações sociais, econômicas, éticas e legais que ela pode ter.

Devemos também elaborar legislação em marcos regulatórios que governem a inteligência artificial, focando em responsabilidade e transparência, equidade e justiça, proteção de dados e privacidade e estabelecimento de princípios éticos para desenvolvimento e implantação da IA. Adicionalmente, devemos fiscalizar e monitorar as políticas governamentais, promover a conscientização pública e o engajamento comunitário, incentivar parcerias público-privadas e fortalecer a cooperação internacional e a troca de experiências entre as nações e seus Parlamentos.

Esses objetivos só podem ser alcançados através da cooperação parlamentar internacional e da colaboração entre as nações do Brics, envolvendo a troca de experiências e a coordenação de posições comuns e fóruns internacionais; isso garante a existência de abordagens coerentes e integradas para a inteligência artificial em nível global, constrói capacidades e fornece orçamentos que apoiem e acompanhem os tremendos avanços tecnológicos da IA, tornando-os acessíveis sem discriminação ou diferenciação.

Em conclusão, a inteligência artificial responsável e inclusiva é essencial para garantir que a tecnologia permaneça uma força positiva, alcançando a equidade no desenvolvimento sustentável através de uma legislação robusta e de uma cooperação internacional fortalecida em diversos setores e disciplinas. É isso o que as nações do Brics buscam para aprimorar o desenvolvimento econômico, modernizar indústrias e influenciar a governança global dessa tecnologia vital.

Obrigado pela atenção.



Assista ao discurso do sr. Mohamed El Sallab

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido o sr. Ian Pedro Carbonell Karell, membro do Parlamento de Cuba, para fazer o uso da palavra.



**SR. IAN PEDRO CARBONELL
KARELL**



Membro do Parlamento de Cuba

Deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba eleito em 2023 pelo município Minas de Matahambre, província de Pinar del Rio. Licenciado em economia na Universidade de La Habana, exerce também o cargo de diretor da Diretoria de Políticas Macroeconômicas do Banco Central de Cuba. Recebeu o reconhecimento Youth for Life da UJC, pelo Dia da Ciência Cubana da ANEC e por sua atuação no sistema bancário. Integra o Partido Comunista de Cuba.

(Tradução simultânea.) – Bom dia. Muito obrigado, Presidência brasileira, pela organização deste evento e pela inclusão de um tema tão relevante dentro das sessões de trabalho do mesmo.

Excelências, distintos colegas parlamentares, o que nos reúne hoje é um tema que transcende a dimensão tecnológica para se tornar o foco principal dos debates sobre o futuro das nossas sociedades. A inteligência artificial não é apenas uma ferramenta, é um novo território político, econômico e ético que somos chamados a governar com responsabilidade.

Do Sul Global, e em particular em Cuba, acreditamos que os Estados são chamados a desempenhar um papel central na regulação dessa tecnologia, sem excluir a cooperação com múltiplos atores, mas sempre preservando a soberania nacional e o interesse público.

É imprescindível regular, sim, mas devemos fazê-lo com inteligência e buscando o equilíbrio correto. Na base da pirâmide tecnológica, onde se dá a pesquisa científica, deve haver a maior flexibilidade possível para que a inovação possa florescer, o conhecimento possa ser compartilhado e as oportunidades possam se multiplicar. Em contraste, é no nível dos serviços e aplicações, nos quais a IA interage diretamente com as pessoas, que devemos legislar mais, garantir a transparência e evitar causar danos.

Essa abordagem estratificada também exige que os modelos sobre os quais os serviços e aplicações são construídos sejam abertos, verificáveis e reprodutíveis. Apostar em modelos públicos e auditáveis fortalece o ecossistema, reduz as assimetrias tecnológicas e fomenta a concorrência leal. A ciência aberta e os dados de origem ética devem ser princípios a serem compartilhados pela academia e pela indústria.

Por sua vez, deve-se também garantir que existam mecanismos justos para comercializar os resultados dessa pesquisa, de forma transparente e sustentável, sem apropriações monopolistas que possam impedir o desenvolvimento coletivo.

Além disso, no nível das aplicações, nem todos os riscos são iguais. Uma IA que recomenda filmes não é a mesma que concede um crédito, intervém em um diagnóstico médico ou toma decisões judiciais.

Portanto, é necessária uma abordagem regulatória gradual, com estratégias de mitigação claras e de acordo com o nível de risco e

o contexto de uso. E esse desenho deve ser o resultado de um trabalho conjunto entre cientistas, juristas, engenheiros, legisladores e especialistas em ética, a partir de uma perspectiva verdadeiramente multidisciplinar.

É imperativo avançar para uma cooperação interparlamentar ativa, que nos permita compartilhar as melhores práticas legislativas, promover padrões abertos e éticos, incentivar o desenvolvimento de tecnologias acessíveis, culturalmente sensíveis e imparciais.

A IA não pode se tornar uma ferramenta para destruir o Estado de direito, manipular consciências ou violentar a autodeterminação dos povos. Da mesma forma, condenamos a implementação de medidas unilaterais que não estejam em conformidade com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, que impedem a plena realização do desenvolvimento econômico e social dos países afetados e minam o acesso pleno a informações das ferramentas públicas de IA.

Estamos comprometidos com a IA ética, humana, segura e soberana, que respeite os direitos humanos, a diversidade cultural e contribua para o entendimento entre as nações. De Cuba, reafirmamos nosso compromisso com o multilateralismo, com a cooperação internacional e com uma transformação digital que não esteja a serviço exclusivo dos lucros corporativos, mas do bem-estar coletivo.

O momento de agir é agora – que não seja o mercado, mas a vontade democrática dos nossos povos, expressa através de seus Parla-mentos.

Muitíssimo obrigado. *(Palmas.)*



Assista ao discurso do sr. Ian Pedro Carbonell Karell

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido a Sra. Sara Falaknaz, membro do Parlamento dos Emirados Árabes Unidos, para fazer uso da palavra.



**SRA. SARA MOHAMMAD AMIN
FALAKNAZ**



Membro do Parlamento dos Emirados
Árabes Unidos

Deputada do Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos desde 2019, Sara Falaknaz é formada em Administração e Finanças pela American University of Sharjah. Com experiência em inovação e liderança empresarial, atuou em cargos de destaque no setor público e privado, incluindo a DP World. Falaknaz também possui formação militar e é membro ativo de comitês parlamentares voltados para educação, cultura, juventude e segurança internacional.

(Tradução simultânea.) – Exmas. senhoras e senhores, distintos colegas, é um prazer dirigir-me a esta sessão em nome do Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos.

À medida que avançamos para o segundo dia do nosso fórum, elogiamos o Parlamento brasileiro por seus esforços contínuos em conduzir nossas discussões, especialmente sobre o tema vital de inteligência artificial.

Nós nos reunimos em um momento em que a inteligência artificial está modelando a economia global em um ritmo sem precedentes. Projeta-se que a IA contribuirá com mais de US\$15 trilhões para a economia global até 2030, com o potencial de impulsionar a produtividade, transformar as indústrias e redefinir o futuro do trabalho. Somente no contexto do Brics, a IA pode servir como um equalizador estratégico, acelerando o desenvolvimento, modernizando os serviços públicos e preenchendo lacunas de saúde, educação e infraestrutura, mas realizar a promessa completa da IA exige mais do que inovação, exige res-

ponsabilidade. Se não forem controladas, as mesmas ferramentas que impulsionam podem também dividir. Os algoritmos devem ser justos, dados devem ser protegidos, e o crescimento deve atingir todos, não somente um ou outro. É por isso que nosso Governo deve ser ético e inclusivo desde o início.

Excelências, os Emirados Árabes Unidos acreditam firmemente que a inovação deve ser centrada no ser humano. Em 2017, nos tornamos o primeiro país do mundo a nomear um ministro de Estado para inteligência artificial, reconhecendo desde cedo a importância de incorporar a IA na nossa estratégia de desenvolvimento nacional.

A estratégia de inteligência artificial dos Emirados Árabes Unidos até 2031 descreve uma visão para aproveitar a IA em serviços governamentais, educação e diversificação econômica, ao mesmo tempo em que salvaguarda padrões éticos e sociais.

Paralelamente, promulgamos uma lei sobre proteção de dados, segurança cibernética e transações digitais, garantindo que a inovação seja acompanhada de salvaguardas que sustentem a confiança do nosso povo.

Também lançamos a Mohamed bin Zayed University of Artificial Intelligence, a Universidade de Inteligência Artificial Mohammed bin Zayed, a primeira universidade de IA em nível de pós-graduação do mundo, para preparar a próxima geração de talentos e apoiar a transformação digital inclusiva em todo Sul Global.

A abordagem dos Emirados Árabes Unidos baseia-se em três princípios: IA ética, inovação inclusiva e cooperação internacional. Estamos comprometidos com estruturas e arcabouços que promovam a transparência, combatam o viés algorítmico e protejam os direitos digitais e a dignidade de todas as pessoas.

Excelências, como parlamentares do Brics, compartilhamos uma responsabilidade coletiva de moldar como essa poderosa tecnologia servirá às nossas sociedades. Através de nossos mandatos legislativos, funções de supervisão e engajamento diplomático, podemos garantir que a inteligência artificial se torne uma força para a justiça, a equidade e um desenvolvimento inclusivo.

Este fórum apresenta a oportunidade não apenas de trocarmos ideias, mas de lançarmos as bases para um futuro digital seguro, que é centrado no ser humano e que não deixe nenhuma nação para trás.

Obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Sara Mohammad Amin Falaknaz

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Convido o sr. Om Birla, presidente da Câmara Baixa da Índia, para fazer uso da palavra.



SR. OM BIRLA

Presidente da Câmara Baixa da Índia



Deputado indiano pelo partido Bhartiya Janta, representando o distrito de Kota, no Rajastão. Exerce a Presidência da Câmara Baixa do Parlamento Indiano desde junho de 2019, sendo eleito para um segundo mandato no ano de 2024. Também foi membro da Assembleia Legislativa do Rajastão de 2003 a 2014.

(Tradução simultânea.) – Exmos. presidentes dos países Brics e das nações convidadas, estimados membros do Parlamento, senhoras e senhores, é motivo de grande orgulho e honra para mim apresentar a perspectiva da Índia sobre o tema "Inteligência artificial responsável e inclusiva" neste importante Fórum Parlamentar do Brics.

Hoje a inteligência artificial não é apenas uma tecnologia, mas está transformando profundamente o nosso modo de vida, trabalho e governança. Mesmo nos Paramentos, o uso da IA está tornando os

processos legislativos mais transparentes, eficientes e centrados no cidadão.

A iniciativa Digital Sansad - Parlamento Digital transformou o Parlamento indiano em uma instituição moderna, sem papel e totalmente digital. É uma plataforma que conecta os membros do Parlamento, o cidadão, os ministérios e todas as partes interessadas, tornando o trabalho mais rápido, transparente e acessível. Com o uso da IA, antigos projetos de lei, debates, documentos e registros audiovisuais foram digitalizados para preservar o nosso patrimônio parlamentar e torná-lo acessível a todos. O Parlamento indiano é a única legislatura no mundo que fornece documentos parlamentares e traduções em todas as 22 línguas constitucionais a seus membros. As ferramentas multilíngues agora nos ajudam a compreender o conteúdo em todas as línguas constitucionais da Índia. Agora podemos ter a nossa votação eletrônica na Câmara integrada com sistemas multimídias.

Essa é uma iniciativa que dá um passo histórico no sentido de se alinhar o Parlamento indiano com as necessidades e expectativas do século XXI.

Convidamos as nações-membros do Brics a conhecerem essas iniciativas da Índia para enriquecerem a cooperação parlamentar através da troca de conhecimentos e melhores práticas.

A missão de inteligência artificial da Índia, que se chama IA para Todos, IA para o Bem, é uma confluência de valores ancestrais e inovação moderna, em que a tecnologia apoia a justiça, a igualdade e os direitos humanos. Na Índia, o uso da inteligência artificial está se expandindo rapidamente em setores prioritários como saúde, agricultura, ação climática, educação e governança. Nosso primeiro modelo de fundação... E mais de 200 laboratórios de dados testemunham o nosso compromisso.

Temos bolsas de estudo para capacitação em IA e estamos preparando a nossa juventude.

Nós trabalhamos em pesquisas extensivas em detecção de *deep-fakes*, ferramentas de teste de estresse e padrões éticos de IA, que servirão como guias para promover uma inteligência artificial responsável.

A Índia tem 1,15 bilhão de assinantes de celular e 970 milhões de usuários de internet, dos quais 47% são mulheres.

Nós temos também trabalhado por meio da transferência direta de benefícios, os subsídios do governo, que estão chegando diretamente aos beneficiários, eliminando desvios e economizando mais de US\$33 bilhões, aproximadamente 1% do PIB da Índia.

A interface unificada de pagamentos tornou os pagamentos digitais acessíveis a todos os cidadãos. E isso tem nos levado não apenas a tecnologias e a avanços não tecnológicos, como também ao uso pelo nosso povo.

O Parlamento indiano estabeleceu um forte arcabouço legal para uma IA responsável e ética, promovendo a inovação, ao mesmo tempo em que protege os direitos dos cidadãos.

O rápido progresso da Índia no domínio da IA posicionou-a como uma potência global em IA.

Fortalecemos a infraestrutura de computação, modelos nativos, desenvolvemos plataformas digitais públicas e investimos no desenvolvimento de talentos.

Eu elogio a inspiradora resolução aprovada na Assembleia Geral da União Interparlamentar, que enfatizou cooperação global e abordagens inclusivas para uma IA justa, transparente e inclusiva.

Excelências, a necessidade, no momento, é a de que todas as nações desenvolvam, colaborativamente, uma estrutura ética compartilhada para o bem maior da sociedade.

Em conclusão, reafirmo o compromisso inabalável do Parlamento indiano de fortalecer a cooperação global para o uso responsável, ético e inclusivo da IA.

Estou confiante de que os países Brics, juntos, levarão essa missão a grande sucesso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



Assista ao discurso do sr. Om Birla

ENCERRAMENTO DA 4ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Senhoras e senhores, embora as pesquisas e os avanços em inteligência artificial já viessem se acumulando ao longo de décadas, os últimos anos testemunharam uma explosão de interesse no assunto, a partir da disponibilização ao público de programas baseados em modelos linguísticos de grande dimensão.

A repentina focalização desse tema no debate público pressionou os Parlamentos. As senhoras e os senhores, certamente, sentiram isso, tal como nós no Brasil também sentimos. Conforme os usuários descobriram novos usos, novas oportunidades, novos desafios e novos perigos dessa tecnologia, cresceu o debate sobre sua possível regulação, mas como fazer isso? Eis uma pergunta que nos desafia a todos. A inteligência artificial segue em rápida evolução, e suas possibilidades ainda estão longe de ser plenamente exploradas. Como disciplinar algo que muda tão rápido?

E há outra questão tão ou mais importante: como estimular o desenvolvimento dessa tecnologia em nossos próprios países? Digo que essa pergunta é ainda mais séria, porque, se não participarmos da inovação, acabaremos como meros consumidores, dependentes de regras e realidades determinadas por outros atores estatais e não estatais. Se queremos decidir sobre o futuro da inteligên-

cia artificial, não basta discutir sua regulação. Precisamos, efetivamente, fazer parte de sua história.

A vocação do Brics, senadora Eudócia, é exatamente a de defender que todos façamos parte da história – que o futuro da humanidade seja discutido por mais vozes e moldado por mais mãos. Se é esse o nosso propósito, então, certamente, precisamos colaborar num tema tão determinante para o futuro quanto o da inteligência artificial.

Com efeito, o assunto já vem sendo mencionado nas deliberações deste grupo. Mesmo antes de o tema ganhar atenção da imprensa mundial, a Declaração de Pequim, da 14ª Cúpula do Brics, de 23 de junho de 2022, já destacava a importância de construirmos uma abordagem comum que nos guie para o uso ético e responsável da inteligência artificial, ao mesmo tempo em que facilite o seu desenvolvimento. Aspirações semelhantes voltaram a ser anunciadas ano passado, na Declaração de Kazan, da 16ª Cúpula do Brics, quando o nosso bloco já estava reforçado por novas adesões. O documento ainda citou a Resolução nº 78/311, de 1º de julho de 2024, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Já temos, portanto, um quadro de referências básicas. Agora precisamos avançar. E isso competirá, sobretudo, a nós parlamentares, não só nestes dias de encontro, mas na contínua troca de informações e no permanente compartilhamento de experiências.

Para nós do Brasil, é especialmente oportuno que esta reunião ocorra justamente no momento em que a Câmara

dos Deputados se prepara para começar a revisão de um projeto de lei sobre inteligência artificial já aprovado pelo Senado Federal. A Comissão Especial dedicada à análise da matéria foi instalada no dia 20 de maio, e seu plano de trabalho, que prevê atividades ao longo de todo o ano, foi aprovado na semana passada. O diálogo proporcionado por este encontro com parlamentares de diversas partes do mundo, sem dúvida, enriquecerá nossa compreensão do assunto, ajudando na caminhada que estamos a ponto de iniciar.

Conhecer o máximo de perspectivas é sempre a nossa diretriz. Conceber boas leis sobre inteligência artificial ou qualquer outro tema exige abrir-se ao debate amplo. Dentro da própria sociedade brasileira, já existem muitos estudiosos, empreendedores e, claro, usuários da inteligência artificial. Crescem os casos exitosos de aplicação dessa tecnologia em nosso território.

Como se não bastasse, o país destaca-se pelo fato de que 89% de sua oferta interna de energia elétrica são oriundos de fontes renováveis, enquanto a média mundial está ao redor de 30%. Isso sugere a possibilidade de, sem descuidar da proteção ambiental, desempenhar um papel de relevo no setor que tem alta demanda de energia.

Nossa ambição será sempre pôr a inteligência artificial e outras tecnologias emergentes a serviço do bem-estar do nosso povo. Desde que a tecnologia esteja sempre a serviço das pessoas e não estas a serviço daquela, toda inovação será sempre positiva.

É claro que cada passo na evolução da humanidade sempre teve seus riscos. Até mesmo o fogo, que pode iluminar

e aquecer, também pode queimar e destruir. Vivemos uma época em que, mais uma vez, a humanidade, avançando em conhecimento e técnica, precisa aprender também a usá-los com sabedoria. Será mais fácil fazer isso com o apoio uns dos outros. Somos mais sábios pensando juntos.

Que sejamos capazes de, hoje e sempre, ajudar-nos uns aos outros a pôr cada nova tecnologia a serviço dos cidadãos que representamos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Antes de encerrar esta solenidade, tendo em vista que concluímos os nossos trabalhos de forma antecipada, convido todos e todas a participarem de uma visita guiada ao complexo arquitetônico do Palácio do Congresso Nacional, guiados por nossa equipe de cerimonial. Ressalto que as visitas serão oferecidas no idioma inglês. As delegações que tiverem interesse podem localizar a equipe responsável na saída principal do Plenário.

Gostaríamos também de informar que o almoço de trabalho estará disponível a partir das 11h45 no restaurante da Câmara dos Deputados. Nossas equipes do cerimonial ajudarão na condução das delegações ao local do almoço.

Em seguida, às 14h, terá início a 5ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, com o tema "Parlamentos do Brics unidos pela reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança".

Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 7 minutos.)



Bancada: presidente da Câmara Baixa do Parlamento da Índia, Om Birla;
vice-presidente da Câmara Alta do Parlamento da Índia, Harivansh Narayan Singh.
Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

5ª SESSÃO DE TRABALHO

Parlamentos do Brics Unidos pela Reforma da Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança

"Novos desafios, maiores complexidades e um realinhamento multipolar indicam a necessidade urgente de tornar a arquitetura global de paz e segurança mais inclusiva e representativa."

SR. OM BIRLA



APRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Na 5ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar dos Brics, realizada em 5 de junho, tratou-se sobre a urgência da reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança. O tema refletiu um anseio comum às nações do Sul Global por uma nova ordem internacional multipolar, mais justa, inclusiva e representativa.

Em um cenário internacional marcado por tensões geopolíticas, conflitos armados e assimetrias institucionais, o debate reafirmou o papel central do multilateralismo como caminho para a construção de uma ordem internacional mais justa, representativa e equilibrada. Nesse sentido, é indiscutível que os Parlamentos, como expressão da soberania popular, têm papel relevante na promoção do diálogo, da cooperação internacional e do fortalecimento de iniciativas conjuntas em favor da paz. A diplomacia parlamentar é de extrema relevância, ao contribuir para que a governança global reflita de forma mais fiel a diversidade geográfica, política e econômica do mundo contemporâneo.

Reconheceu-se que a atual governança global, incluindo aquela no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu Conselho de Segurança, já não espelha os interesses e aspirações das nações da América Latina, África e Eurásia. Nesse espírito, os representantes mostraram grande preocupação com o estímulo a ações coordenadas, que valorizem a diplomacia, o respeito ao Direito Internacional e a busca por soluções sustentáveis para os desafios globais. Os membros do Grupo declararam-se comprometidos com a construção de uma arquitetura internacional de segurança baseada na equidade, na não interferência e no desenvolvimento comum, com maior participação dos países em desenvolvimento.

Durante a reunião, houve manifestações em condenação ao terrorismo e ao uso político de sanções e medidas coercitivas unilaterais.





Painel exibe presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre (União-AP) em pronunciamento. Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Foi também apresentado o exemplo da Carta Eurasiana de Diversidade e Multipolaridade no Século XXI como possível modelo a ser adotado pelo Brics em suas iniciativas futuras. Vários representantes propuseram a criação de um grupo de trabalho parlamentar dedicado à reforma do sistema multilateral, proposta que foi acolhida com interesse e pode representar um passo concreto no fortalecimento da contribuição do Fórum Parlamentar do Brics para a governança global.

Joanisval Brito Gonçalves
Consultor Legislativo



Mesa: coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal, senador Humberto Costa (PT-PE); presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre (União-AP); secretário-geral da Mesa do Senado Federal, Danilo Augusto Barboza de Aguiar.
Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado



DISCURSO DE ABERTURA DA 5ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Declaro aberta a 5ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, com o tema "Parlamentos do Brics Unidos pela Reforma da Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança".

Gostaria de convidar, para compor a mesa, S. Exa., o senador da República do Brasil pelo estado de Pernambucano, senador Humberto Costa, coordenador parlamentar do Brics no Senado da República.

Obrigado, meu irmão querido.

Sras. e srs. parlamentares, deputados e senadores, deputadas e senadoras, é com grande alegria que damos início a esta 5ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, na qual trataremos da arquitetura multilateral de paz e segurança e da necessidade urgente de reformá-la.

Ao assumir a Presidência rotativa do Brics para 2025, ano no qual este Fórum Parlamentar comemora seu 10º aniversário, o Brasil não poderia deixar de incluir, entre seus seis temas prioritários, a necessidade de reformar, com urgência, o estado atual do multilateralismo no mundo. E, não por acaso, entre os objetivos deste 11º Fórum Parlamentar no Brasil está a ampliação dos debates em prol do multilateralismo e da reforma da governança global.

A recente expansão do Brics – que hoje engloba 11 países membros e nove países parceiros – é evidência incontestável do interesse crescente, entre as nações do Sul Global, por uma nova ordem multipolar, mais justa e equitativa.

Para que conquistemos esse novo estágio de governança mundial, alguns passos são necessários.

O Brics defende a reforma inadiável da Organização das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. A estrutura de governança da

ONU, que completa 80 anos em 2025, não mais reflete a importância, a influência e as aspirações dos países da América Latina, da Ásia e da África. Os desafios do mundo contemporâneo demandam a reforma inadiável dessa instituição que, não obstante sua importância fundamental em momentos cruciais da história recente, foi concebida nos termos de uma geopolítica que já faz parte do passado.

A busca desse novo multilateralismo, evidentemente, precisa obedecer aos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas e deve se basear nas melhores práticas do direito internacional.

O multilateralismo que buscamos é pacífico, justo, seguro, sustentável, sobretudo – e principalmente – inclusivo, e deve ecoar os próprios sentimentos que levaram à criação do Brics e que mantêm o bloco coeso: a não interferência, o respeito, a busca do consenso e a amizade fraterna entre nossos povos.

O Brics defende, igualmente, uma participação mais intensa dos países do Sul Global na resolução dos conflitos internacionais, assim como defende uma cooperação mais estreita no combate ao terrorismo em todas as suas manifestações.

O papel dos parlamentares do Brics nesse contexto é absolutamente fundamental. Os Parlamentos são as instituições que melhor ecoam os anseios de cada povo. Seja por meio de legislações inovadoras, seja por meio do intercâmbio de boas práticas legislativas entre os países do bloco, os Parlamentos do Brics são atores imprescindíveis na busca de uma nova arquitetura mundial de paz e segurança.

Repito: os países do Brics são atores imprescindíveis na busca de uma nova arquitetura global de paz e segurança. Nesta sessão de trabalho, as contribuições de cada um dos participantes certamente nos deixarão mais próximos deste objetivo.

Para organizar os trabalhos, esclareço novamente que cada orador poderá usar da palavra nas tribunas do Senado por até cinco minutos.

Solicito, também, que todos possam falar de forma pausada, para que a nossa tradução simultânea possa refletir verdadeiramente os pronunciamentos com a máxima precisão.

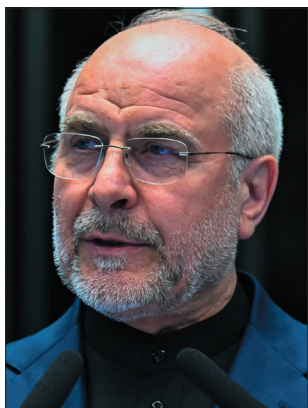
Por fim, peço e esclareço que, a fim de dar continuidade e fluidez aos trabalhos, uma vez esgotada a lista dos oradores, será encerrada esta sessão, e iniciaremos a próxima sessão de trabalho sem intervalos.

Agradeço imensamente a compreensão e a cooperação de todos com essas regras, que são necessárias para o bom andamento da sessão.

E, ao tempo, gostaria de agradecer e cumprimentar a oportunidade que tive ontem de receber no Gabinete da Presidência as delegações dos países que estão neste fórum no Brasil, com uma conversa muito fraterna, muito solidária e esclarecedora, a fim de compreender o verdadeiro papel na relação interparlamentar estabelecida pelos nossos países e pelos nossos Paramentos.

Também cumprimento V. Exas. pelo jantar que foi oferecido pelo Itamaraty, pelo nosso Ministério de Relações Exteriores do Brasil, que também foi um jantar muito acolhedor e fraterno, em confraternização ao nosso encontro no Brasil. Muito obrigado pelo carinho de V. Exas. com este senador e Presidente do Senado.

Gostaria de convidar para fazer uso da palavra o sr. Mohammad Bagher Ghalibaf, presidente do Parlamento do Irã, para que possa se dirigir à tribuna para fazer a sua manifestação.



**SR. MOHAMMAD BAGHER
GHALIBAF**

Presidente do Parlamento do Irã



Político conservador iraniano, exerce a Presidência do Parlamento desde 2020. Ex-oficial militar, iniciou sua carreira nas forças armadas durante a Guerra Irã-Iraque, aos 19 anos de idade. Na carreira política, foi prefeito de Teerã de 2005 a 2017 e candidato a eleições presidenciais iranianas de 2005, 2013, 2017 e 2024. É membro da aliança política Frente Popular das Forças da Revolução Islâmica.

(Tradução simultânea.) – Em nome de Deus, o Clemente e o Misericordioso, honorável presidente do Senado Federal do Brasil, estimados presidentes dos Estados-membros do Brics e parceiros ilustres

e parlamentares, gostaria de expressar mais uma vez minha sincera gratidão pela graciosa hospitalidade e pela organização bem-sucedida desta importante cúpula.

Reunir-me entre os distintos representantes dos Paramentos do Brics representa uma valiosa oportunidade para trocar perspectivas, fomentar a colaboração construtiva e reafirmar nosso compromisso compartilhado com a reforma da ordem internacional e da arquitetura multilateral, uma que seja capaz de enfrentar os complexos desafios do século XXI.

Queridos colegas, a ordem internacional atual, estabelecida após a Segunda Guerra Mundial e centrada em um punhado de potências, não mais atende às necessidades e realidades do mundo de hoje. As estruturas existentes não apenas se mostraram ineficazes para enfrentar os desafios emergentes, mas em alguns casos tornaram-se elas mesmas partes da crise.

A indiferença estrutural à vontade da maioria das nações, a representação desequilibrada em instituições como o Conselho de Segurança, a discriminação flagrante na exploração dos recursos globais, o uso político de ferramentas como sanções e domínio financeiro, o multilateralismo seletivo e a duplicidade de critérios, tudo isso atesta a amarga realidade de que o sistema multilateral atual sofre de uma profunda crise de eficácia e responsabilização.

Um exemplo gritante dessa falha é a crise catastrófica em Gaza. Durante meses, o povo oprimido de Gaza tem suportado bombardeios implacáveis, cerco, sítio e fome. Milhares de crianças, mulheres e civis indefesos foram vítimas dos crimes sistemáticos e do genocídio flagrante cometidos pelo regime sionista. Apesar das evidências inegáveis, dos amplos alertas internacionais e do clamor público global, a república das instituições internacionais tem se limitado em grande parte ao silêncio, à inação, e há, por vezes, até um apoio implícito.

Organizações encarregadas de salvaguardar a paz, dignidade humana e a justiça global falharam em tomar uma ação dissuasória contra essas atrocidades. Esse silêncio não é mera passividade diplomática: aos olhos das nações, é percebido como uma legitimação implícita desses crimes.

Hoje, as pessoas de todo o mundo se perguntam: se essas instituições são impotentes diante de tais horrores, qual é seu propósito e sua função?

Agora testemunhamos isto há dois anos: a catástrofe humana em que os Estados Unidos têm, pela quinta vez, bloqueado as demandas explícitas dos 14 membros do Conselho de Segurança da ONU por um cessar fogo, mais uma vez, obstruindo um fim, em clara violação das leis internacionais sobre os conflitos. Com um suporte incondicional ao regime sionista, estão se alinhando a esse regime que mata crianças e cometendo o maior genocídio, sem precedentes, da nossa era. Hoje, com o apoio dos Estados Unidos, Gaza está presa num sítio, porque tem civis sem defesa sendo levados à fome, à falta de medicamentos, água e à morte violenta. A história raramente se lembra de níveis tão monstruosos de crueldade e opressão contra a população civil.

Outro exemplo é o que testemunhamos nas negociações nucleares entre o Irã e os Estados Unidos. O Governo dos Estados Unidos insiste abertamente em negar o direito inequívoco do Irã sobre o TNP, buscando privar o Irã do enriquecimento. Com um sorriso diplomático, ele fala de diálogo, e, na prática, fica, inclusive, por seu poder e influência, determinando o curso dessas negociações, impondo decisões injustas sobre o povo do Irã. Isso não é diálogo, mas é um *script* para a rendição. Os Estados Unidos buscam negar os direitos internacionais de enriquecimento explicitamente colocados no TNP e, além disso, com a política de pressão, particularmente, do EIA, ele leva relatórios irreais para manipular a opinião pública e processos legais em seu favor. Essa violência à legislação internacional é outro testemunho da ineficiência de instituições globais e de decisões unilaterais. Ainda a nação iraniana se mantém firme não para confronto, mas para defender seus direitos, dignidade e soberania.

(Soa a campanha.)

O SR. MOHAMMAD BAGHER GHALIBAF *(Tradução simultânea.)* – Mui-tíssimo obrigado.

Senhoras e senhores, todo esse desenvolvimento nos leva a uma clara conclusão: reformar a arquitetura global não é só uma escolha política, mas um imperativo para a nossa sobrevivência coletiva no fu-

turo. A crise complexa da atualidade não pode ser gerida com algumas ferramentas simples. Nós precisamos de uma nova ordem, uma que: 1) seja fundada na justiça, igualdade, respeito mútuo e responsabilidade compartilhada; 2) reflita a vontade e a voz das nações, não os interesses de um seleto grupo de potências; 3) defenda a paz não como um privilégio, mas como um direito inalienável para toda a humanidade...

(Soa a campanha.)

O SR. MOHAMMAD BAGHER GHALIBAF *(Tradução simultânea.)* – ... e 4) reconheça o desenvolvimento como direito universal, não um privilégio exclusivo do Norte Global.

Nesse contexto, o Brics, como uma coalizão comprometida com o multilateralismo justo, possui um potencial único para desempenhar um papel pioneiro e transformador. Representando quase metade da população mundial, uma parcela significativa do PIB global, recursos naturais e tecnologias de ponta, esse grupo, o Brics, pode servir como arquiteto de uma nova ordem mundial.

O Brics tem que agir com coragem e iniciativa para reformar a estrutura do Conselho de Segurança, ampliar uma representação genuína do Sul Global, desenvolver mecanismos financeiros independentes, sustentáveis e equitativos para combater a hegemonia do dólar e as redes financeiras unilaterais, fortalecer as capacidades colaborativas da consolidação da paz...

(Soa a campanha.)

O SR. MOHAMMAD BAGHER GHALIBAF *(Tradução simultânea.)* – ... segurança alimentar, ação climática e tecnologias verdes e aprimorar a cooperação parlamentar para amplificar as vozes das nações na tomada de decisões globais.

Assim, nossa proposta concreta é o estabelecimento de um grupo de trabalho parlamentar do Brics para examinar os caminhos, explorar os caminhos para a reforma do sistema multilateral global. Esse grupo de trabalho pode desenvolver recomendações práticas para orientar as reformas estruturais na arquitetura da ordem mundial.

Muitíssimo obrigado pela sua atenção.



Assista ao discurso do sr. Mohammad Bagher Ghalibaf

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Eu gostaria de convidar o sr. Grigory Karasin, membro da Câmara Alta da Rússia.



**SR. GRIGORY BORISOVICH
KARASIN**



Membro da Câmara Alta da Rússia

Grigory Karasin é diplomata de carreira e preside o Comitê de Relações Exteriores do Conselho da Federação. Formado pelo Instituto de Línguas Orientais da Universidade Estatal de Moscou, foi embaixador no Reino Unido (2000–2005) e vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia (2005–2019). Em 2025, liderou a delegação russa em negociações com os EUA sobre segurança no Mar Negro.

(Tradução simultânea.) – Sr. presidente, em nome da delegação russa, eu gostaria de agradecer aos nossos amigos brasileiros por sua calorosa hospitalidade.

Todos nós temos visto uma dissociação ou um afastamento dessa antiga ordem multilateral. E agora temos, em nosso grupo, países da África, da Ásia, da América Latina e do Oriente Médio. Cada vez mais potências regionais estão se apresentando para afirmar sua soberania e suas políticas externas independentes. E os países que chamamos de Sul e Leste Global estão reivindicando o lugar que merecem no cenário internacional e querem que outros levem seus interesses em consideração.

Infelizmente, nem todos estão prontos para aceitar essas mudanças. O Ocidente coletivo tem usado seus supostos esforços para garantir o Estado de direito em assuntos internacionais, para promover sua ordem baseada em "regras", entre aspas, que consistem em interpretar o que antes pareciam ser normas internacionais universalmente conhecidas. E as interpretam como bem entendem, dependendo de seus interesses particulares e momentâneos.

Estamos falando de que nem todos os desafios globais resultam de tentativas dos países ocidentais de preservarem sua supremacia e promoverem o desenvolvimento à custa do resto do mundo. Muitos têm enviado apoio militar à Ucrânia, incluindo um fornecimento de armas e munições, enquanto fecham os olhos para o sofrimento humano no mundo em desenvolvimento.

Metade dessas pessoas que sofrem de extrema pobreza hoje têm menos de 18 anos. Isso causa preocupação especial.

Os esforços minam as instituições multilaterais universais e comprometem sua capacidade de garantir um equilíbrio de interesses e de promover também ações coordenadas entre os estados, permitindo que trabalhem juntos na resolução de vários desafios.

A Rússia tem sido consistente em seus esforços para reforçar o papel central da ONU nos assuntos internacionais, em total conformidade com a sua Carta e outras normas do direito internacional.

Estamos convencidos de que devemos garantir que o Conselho de Segurança da ONU se adapte à realidade multipolar atual, permitindo que os países do Sul Global, na Ásia, África e América Latina, desfrutem de uma representação mais ampla dentro dessa infraestrutura. Eles são os que devem se tornar o pilar dessa emergente arquitetura global.

A Rússia enfrenta, atualmente, quase 29 mil restrições ilegítimas. Ainda assim, conseguimos adaptar nossa economia e manter um alto nível de resiliência. Os países do Brics já aprenderam a viver com sanções. Muitas vezes essas medidas não cumprem seu propósito e têm um impacto negativo na economia global. Essas medidas minam a confiança nos mecanismos e instrumentos financeiros existentes, incluindo o dólar americano.

A Rússia enfatiza seu compromisso de trabalhar em conjunto com os países para abordar os desequilíbrios dentro dessas institui-

ções internacionais e defende uma cooperação internacional inclusiva e avançada.

Eu também quero dizer que a Rússia tem uma iniciativa para estabelecer um grupo do Brics Plus, o Brics+. Nós representamos as pessoas dos nossos países e precisamos de uma base sólida; e precisamos tratar de forma mais contundente os desafios enfrentados pelo mundo hoje.

Os parlamentares no Brics têm estado em cooperação e em comunicação. Nós temos um potencial ilimitado com relação a melhorar a nossa cooperação. E também entendemos que o diálogo e colaboração sejam instrumentos de paz e prosperidade.

Nós esperamos que o 11º Fórum Parlamentar do Brics se torne mais um passo nessa direção.

Obrigado pela atenção.



Assista ao discurso do sr. Grigory Borisovich Karasin

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Convido a sra. Ana Maria Mari Machado, vice-presidente do Parlamento de Cuba.



**SRA. ANA MARÍA MARI
MACHADO**



Vice-Presidente do Parlamento de Cuba

Vice-Presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular e do Conselho de Estado de Cuba desde 2012, Ana María Mari Machado é jurista com especialização em Direito Penal. Iniciou sua carreira como assessora jurídica e atuou como juíza e presidente de tribunais municipais e provinciais em Villa Clara, além de ter sido vice-presidenta do Tribunal Supremo Popular. Deputada desde 2003, integrou a comissão redatora da Constituição de 2019 e é membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba desde 2011.

(Tradução simultânea.) – Boa tarde, presidente, demais integrantes da mesa, distintos chefes de delegações e demais participantes do 11º Fórum Parlamentar dos Brics. Recebam os cumprimentos do povo cubano na representação da Assembleia Nacional do Poder Popular aqui presente.

Nós ratificamos, neste grande fórum, a defesa do multilateralismo. Ao mesmo tempo, reiteramos nossa rejeição de todas as guerras, incluindo as guerras não convencionais. As tentativas de impor uma ordem internacional unipolar, a pilhagem e o roubo de recursos naturais, as imposições de medidas coercitivas unilaterais, as pressões de toda espécie, todas as agressões que ameaçam o multilateralismo, minam a paz e a estabilidade internacionais e desrespeitam as disposições da Carta das Nações Unidas.

Consideramos que o diálogo parlamentar no âmbito do Brics adquire especial relevância por sermos porta-vozes do interesse dos nossos povos, representantes de sua vontade política e nacional e por

estarmos cientes de reais demandas, sentimentos e necessidades de milhões de pessoas em nosso planeta. Nesse sentido, os parlamentares dos Brics e seus Parlamentos estão em posição de apoiar a construção de uma arquitetura multilateral que atenda às necessidades dos cidadãos que representam diferentes países, grandes ou pequenos em dimensão territorial e com diferentes níveis de desenvolvimento. A forma de garantir a coexistência pacífica, preservar a paz e segurança internacional, é a defesa do multilateralismo, além do pleno respeito à Carta das Nações Unidas e aos princípios de normas do direito internacional. É necessário promover o diálogo, a solidariedade e a cooperação internacional. É urgente estabelecer uma ordem internacional justa, democrática e equitativa e eliminar as causas profundas que afetam a paz e a segurança internacional.

É imprescindível também aprovar – e não só aprovar, mas também fazer cumprir – leis que contribuam para o progresso no desenvolvimento sustentável, indo além do produto interno bruto para definir o acesso dos países em desenvolvimento ao financiamento em condições favoráveis e à cooperação técnica adequada.

Nesse sentido, gostaríamos de assinalar que o direito a viver em paz e em segurança, com justiça e liberdade, é constantemente ameaçado pelo imperialismo que empreende ações díspares contra os princípios do direito internacional, ou seja, a força e a coerção, sanções unilaterais, aplicação seletiva de regras comerciais de chantagem, declarando guerras comerciais, roubando ouro e reservas cambiais, utilizando o sistema de pagamento internacionais e o dólar como instrumento de pressão política, na tentativa de manter sua hegemonia.

Contra Cuba, os Estados Unidos, suas medidas com novas ações e prolongados conflitos, bloqueios econômicos, comerciais e financeiros, e também nos tempos da pandemia, como muitas das delegações no mundo também foram testemunhas e sobreviveram. Igualmente, a inclusão de nosso país na lista ilegal de estados que supostamente patrocinam o terrorismo constitui uma medida que não tem fundamento algum e representa um dano colossal para nosso povo, um povo que resiste, mas um povo que sofre as ações genocidas de bloqueio.

Ante a esse bloqueio e as normas que nos impõem, nosso país continua avançando e se desenvolvendo, e permanece a vontade e

capacidade de continuar cooperando também com outras nações. Mais uma vez, agradecemos a solidariedade recebida de todos os países, de quase todos, que nos apoiam a cada ano nessa resolução que condena o bloqueio dos Estados Unidos contra nosso país.

Em um mundo marcado por crises sistêmicas, climáticas e alimentícias, os Brics representam uma alternativa necessária e um espaço que constitui um pilar na construção de uma ordem internacional mais justa, equitativa e inclusiva. Os parlamentares dos Brics valorizamos também altamente o reforço desse grupo para promover um modelo de desenvolvimento soberano, muito longe das imposições hegemônicas e assimetrias do sistema econômico global. Celebramos que esse mecanismo privilegia o comércio e as moedas locais e impulsiona a soberania tecnológica, a integração em respeito aos benefícios compartilhados. É urgente promover a solidariedade e a cooperação, implementar as decisões tomadas pelos líderes de nossos respectivos países, a fim de levar a nossa cooperação a um nível superior.

Temos o dever de contribuir para o alcance desses objetivos, de criar mecanismos legais para proteger a soberania financeira e econômica de nossos estados, de promover o desenvolvimento da cooperação, de ajudar a aumentar a participação das moedas nacionais nas liquidações mútuas, de consolidar nossa maior força, que tem que ser a unidade na diversidade.

Por último, avançar na reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança rumo a um futuro mais justo e sustentável é nosso dever. Honremos o compromisso e que essa não seja somente mais uma reunião, mas, sim, uma reunião que gere acordos e que leve também ao cumprimento do que foi acordado por nossos respectivos governos.

Muitíssimo obrigada.



Assista ao discurso da sra. Ana Maria Mari Machado

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Para fazer uso da palavra, o sr. Sergei Rachkov, presidente da Câmara Baixa de Belarus.



SR. SERGEI RACHKOV

Vice-Presidente da Câmara
Baixa de Belarus



Deputado da Câmara dos Representantes de Belarus desde 2019, Sergei Rachkov preside a Comissão Permanente de Assuntos Internacionais. Formado em Línguas Estrangeiras, possui ampla experiência diplomática, tendo atuado como embaixador em países do Oriente Médio e Norte da África. É uma voz ativa na diplomacia parlamentar, promovendo a integração de Belarus ao Brics e defendendo uma ordem mundial multipolar.

(Tradução simultânea.) – Sr. presidente, no contexto da Guerra Fria, do conflito militar e ideológico global entre o leste e o oeste, foi criada no espaço europeu uma arquitetura de segurança com a participação de atores extrarregionais, com um extenso sistema de mecanismos politicamente e juridicamente vinculantes e mutuamente complementares na esfera do controle de armamentos e das medidas de construção de confiança.

Os mecanismos foram criados e funcionaram, pondo em prática o princípio da indivisibilidade da segurança, solenemente proclamado no ato final de Helsinque e, subsequentemente, registrado em uma série de documentos fundamentais da OSCE. Por que então esses mecanismos falharam? Por que eles falharam? A resposta é óbvia. A arquitetura existente não levava em conta os interesses de todos os participantes igualmente. Portanto, os instrumentos político-militares existentes não puderam evitar a crise do sistema de segurança europeu, que resultou em um confronto armado aberto na região, embora o início disso tenha sido estabelecido já em 1999, com o bombardeio da Iugoslávia, a viola-

ção das resoluções do Conselho de Segurança da ONU e a expansão da Otan para o leste.

Como resultado, o cenário geopolítico global está sendo transformado. Este é um processo doloroso; afinal, os defensores de uma ordem mundial unipolar estão tentando, com todas as suas forças, reter e manter a hegemonia que está escapando de suas mãos. Ao mesmo tempo, o processo é inevitável. A ruptura da ordem mundial existente marca a transição de uma estrutura unipolar, centrada no Ocidente, para a multipolaridade e o policentrismo.

O modelo de segurança euro-atlântico, que nunca foi capaz de provar o seu valor, está sendo substituído por uma arquitetura de segurança euro-asiática com uma nova geração de organizações.

Na Eurásia há uma compreensão mais profunda dos princípios de justiça e igualdade, com plena consciência da importância do princípio da indivisibilidade da segurança e um maior respeito pelo direito internacional e características nacionais, religiosas e culturais de cada um. A Eurásia está desenvolvendo suas próprias estruturas, como a Organização para a Cooperação de Xangai, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, a Associação das Nações do Sudeste Asiático e tantos outros que tratam, entre outras questões, de questões de segurança e estabilidade.

É importante saber que, do nosso lado, Belarus, juntamente com a Federação Russa, nós temos a perspectiva para a construção de uma arquitetura de segurança eurasiática durante a Conferência Internacional de Alto Nível, que foi realizada em Minsk, em 2023.

Na conferência, a delegação bielorrussa apresentou uma iniciativa para desenvolver a Carta Eurasiana de Diversidade e Multipolaridade no Século XXI. A ideia da carta não é tirada do nada, mas é um dos elementos práticos da iniciativa de reconhecer a diversidade de caminhos do desenvolvimento progressivo como um valor da civilização humana, apresentada pelo presidente da República de Belarus, Alexander Lukashenko, na Cúpula da ONU, em 2005. A iniciativa de desenvolver a carta visa a contribuir para a construção de uma ordem justa na Eurásia, baseada nos princípios da segurança indivisível, igualdade, respeito mútuo e cooperação. A carta poderia formular os parâmetros e princípios do funcionamento da arquitetura da segurança no espaço eurasiático,

além de uma visão estratégica da multipolaridade do sistema atualizado de relações internacionais.

Falando sobre a II Conferência Internacional de Minsk sobre Segurança da Eurásia, realizada em 2024, o chefe de Estado bielorrusso disse que a carta deveria acelerar os processos de consolidação política, econômica e de outras naturezas, a fim de garantir a segurança, a estabilidade estratégica e o desenvolvimento progressivo de nossos países e povos. O presidente de Belarus apelou para que possamos nos livrar de preconceitos e estereótipos, e que comecemos a construir um diálogo meticuloso, detalhado passo a passo, procurando pontos de contato e aproximação, defendendo a criação de um espaço comum de confiança e cooperação para a unificação dos países não contra alguém, mas em nome de um objetivo comum, a fim de evitar uma ruptura civilizacional fatal.

Entendemos que nenhum papel ou documento resolverá os problemas de segurança, mas acreditamos que o trabalho na carta pode unir os vetores dos esforços dos países e organizações internacionais interessados e formar a base do processo de construção da arquitetura de segurança eurasiática e da formação de uma ordem mundial multipolar. Acredito que a diplomacia parlamentar é uma simbiose da diplomacia oficial e da popular e também deve dar sua contribuição para a construção de uma segurança eurasiática igualitária e indivisível.

Obrigado.



Assista ao discurso do sr. Sergei Rachkov

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Convido para fazer uso da palavra o sr. Om Birla, presidente da Câmara Baixa do Parlamento da Índia.



SR. OM BIRLA

Presidente da Câmara Baixa da Índia



Deputado indiano pelo partido Bhartiya Janta, representando o distrito de Kota, no Rajastão. Exerce a Presidência da Câmara Baixa do Parlamento Indiano desde junho de 2019, sendo eleito para um segundo mandato no ano de 2024. Também foi membro da Assembleia Legislativa do Rajastão de 2003 a 2014.

(Tradução simultânea.) – Exmo. presidente, membros do Parlamento, senhoras e senhores, esta reunião histórica dos Parlamntos do Brics é uma plataforma poderosa e altamente significativa para deliberação coletiva sobre reformas essenciais na estrutura global de paz e segurança – e me dá tanto orgulho e satisfação compartilhar com vocês as visões da Índia sobre esse assunto. Esse tópico está profundamente alinhado com os princípios centrais do Brics: justiça, inclusão e representação. Reflete também a força crescente da diplomacia parlamentar no discurso sobre reformas multilaterais.

Excelências, nenhuma discussão sobre a paz global pode ser completa sem abordar a ameaça que existe do terrorismo. O recente ataque terrorista em Jamu e Caxemira, na Índia, no qual 26 civis inocentes foram brutalmente mortos, abalou-nos profundamente. Como o Paquistão não tomou nenhuma medida concreta contra a infraestrutura terrorista que opera a partir do seu território, a Índia exerceu seu direito de responder, para prevenir futuros ataques entre as fronteiras e manter a dissuasão.

Sob a Operação Sindoor, as ações da Índia foram para alvejar, não provocativas, comedidas e responsáveis. O único objetivo era destruir

a infraestrutura terrorista e neutralizar as capacidades dos terroristas. As Forças Armadas da Índia alvejaram nove locais, incluindo Bahawalpur, quartel-general do Jaish-e-Mohammed; Muridke, quartel-general do Lashkar-e-Taiba; e Muzaffarabad, local de vários grupos terroristas na Índia. Os três lugares estão listados no Comitê de Monitoramento 1.267 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com ligações a terroristas proscritos.

A pedido do Paquistão, a Índia concordou num cessar-fogo e a cessação da atividade militar no dia 10 de maio. Sob a liderança do primeiro-ministro, Shri Narendra Modi, a abordagem e a nova normalidade da Índia ao lidar com o terrorismo entre as fronteiras foram claramente demonstradas através da Operação Sindoor.

A Índia de hoje mantém-se firme em uma política de tolerância zero em relação a todas as formas de terrorismo e responde decisivamente a cada ato de terror. Nossa política de tolerância zero contra o terrorismo é aplicada por meio de leis robustas e instituições fortalecidas. A Índia está participativamente nos esforços globais de combate ao terrorismo, seja no combate ao financiamento do terror, no compartilhamento de inteligência, na cooperação em investigações e processos judiciais, ou na prevenção do uso indevido de tecnologias modernas. A Índia há muito tempo enfrenta o desafio do terrorismo dentro das fronteiras. É imperativo que todas as nações garantam que seus territórios não sejam usados de forma alguma para o terrorismo.

O uso indevido de redes sociais, do ciberespaço e da internet por terroristas, especialmente para disseminar a radicalização entre os jovens, tornou-se um grave desafio global, e a Índia tem estado na vanguarda dessa luta.

Em outubro de 2022, sediamos a reunião especial do Comitê de Combate ao Terrorismo do CSNU, que adotou a Declaração de Delhi. No mesmo ano, nós também sediamos com sucesso a conferência No Money for Terror – sem dinheiro para o terror – e a Assembleia Geral da Interpol.

Nosso objetivo é claro: unir o mundo na luta contra o terrorismo e o crime transnacional. É nossa responsabilidade coletiva condenar inequivocamente o terrorismo em todas as suas formas e tomar medidas resolutas contra ele. A Índia, a terra da paz e da compaixão, inspi-

rada pelo sr. Buda e pela tradição da não violência, também incorpora a postura firme contra injustiça e agressão como parte do seu etos civilizacional.

Excelências, a Índia acredita que devemos construir um ambiente global fundado na amizade, no respeito mútuo e na cooperação. Para este fim, a Índia está pronta para trabalhar em total coordenação com os Parlamentos das nações do Brics. Novos desafios, maiores complexidades e um realinhamento multipolar indicam a necessidade urgente de tornar a arquitetura global de paz e segurança mais inclusiva e representativa. A Índia está completamente, totalmente comprometida com os princípios da Carta das Nações Unidas: soberania, igualdade e coexistência.

Muito obrigado pela sua escuta.



Assista ao discurso do sr. Om Birla

ENCERRAMENTO DA 5ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Finalizada a lista de oradores desta sessão, esclareço que, na sequência, daremos início à 6ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 3 minutos.)



Em discurso, à tribuna, vice-presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, Ana Maria Machado.
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

6ª SESSÃO DE TRABALHO

**Por uma Cooperação
Interparlamentar do Brics
mais Forte e Duradoura**

*"Estamos no momento da história em que nossas decisões da
atualidade estabelecem o futuro do mundo."*

SR. AHMAD NADERI



APRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

A 6ª Sessão de Trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics, aberta pelo presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre, foi destinada ao tema "Desenvolvimento Institucional", tendo sido intitulada "Por uma Cooperação Interparlamentar do Brics mais Forte e Duradoura". Fizeram uso da palavra os representantes de delegações de África do Sul, Belarus, Cuba, Nigéria, Irã e Índia. Recordando a primeira edição do Fórum Parlamentar do Brics em Moscou, em 2015, os participantes exaltaram a cooperação interparlamentar como ferramenta de democratização dos debates no Brics, em busca de uma nova governança global, mais inclusiva e multipolar. A ampliação do Brics, acompanhada da crescente complexidade e alcance de sua agenda, evidenciou a necessidade de revisão e atualização de sua estrutura e procedimentos internos. O Memorando de Entendimento do Fórum Parlamentar e seu Protocolo, adotados respectivamente em 2023 e 2024, refletem a vontade de avançar na formalização e institucionalização da dimensão parlamentar do Brics.

Nessa linha, as Reuniões de Mulheres Parlamentares e dos presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos Parlamentos do Brics foram enaltecidas. Além disso, novas formas de fortalecimento institucional foram encorajadas, a exemplo da adoção de mecanismos para ampliar o acesso público a documentos produzidos pelo Fórum e da promoção de intercâmbio entre comissões, lideranças e especialistas dos parlamentos.

Susane Guida de Souza
Consultora Legislativa



Em discurso, à tribuna, representante Consultiva Islâmica do Irã, Ahmad Naderi.
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



À tribuna, em discurso, presidente da Câmara Baixa do Parlamento da Índia, Om Birla.
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



DISCURSO DE ABERTURA DA 6ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Bem-vindos à 6ª sessão de trabalho do 11º Fórum Parlamentar do Brics com o tema “Por uma Cooperação Interparlamentar do Brics mais Forte e Duradoura”.

Compõe a mesa S. Exa. o senador Humberto Costa, coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal.

Este é um momento histórico para o Brasil e para o Brics. É também uma oportunidade singular para estreitar os nossos laços e para reforçar a vocação dos Parlamentos para a cooperação e ajuda mútua. Neste contexto, a sessão que agora iniciamos é especialmente relevante, afinal, desde que o Fórum Parlamentar iniciou o seu processo de expansão, ficou clara a necessidade de revisar e atualizar sua estrutura e seus procedimentos internos, fazendo frente à maior complexidade e ao alcance da sua agenda. E é sobre a premência de algumas dessas posturas e ações que nos debruçaremos nesta 6ª sessão do trabalho, cujo tema “Por uma Cooperação Interparlamentar do Brics mais Forte e Duradoura” veicula também a necessidade de firmarmos todos compromissos e de darmos passos adiantes.

Este fórum Parlamentar vem mostrando que o que nos une é muito mais do que os fluxos comerciais e investimentos.

Ao longo desta semana, tivemos sessões de trabalho sobre inteligência artificial, mudanças climáticas, saúde global e novos caminhos para o desenvolvimento econômico.

Para que essa agenda comum se concretize efetivamente, é fundamental que todas as estruturas do grupo estejam aptas a dar a sua melhor contribuição. Isso significa implementar iniciativas que fortaleçam a coesão e a eficiência da cooperação parlamentar, aprimorando a todo instante métodos de trabalho para fortalecer o diálogo entre os nossos Parlamentos.

Nesse campo, vale mencionar o êxito e a relevância de novos formatos de cooperação interparlamentar no âmbito do Brics a exemplo do Fórum de Mulheres Parlamentares, do Fórum dos Jovens Parlamentares e das reuniões de Presidentes de Comissões de Relações Exteriores.

Igualmente relevante é constatar a tendência de maior formalização e institucionalização do Fórum Parlamentar do Brics.

Nas duas últimas edições, foram produzidos o memorando de entendimento e um protocolo a esse documento. Essas peças formam o alicerce sobre o qual as diretrizes para o funcionamento do Fórum Parlamentar serão baseadas daqui por diante.

Nessa moldura, não poderão faltar mecanismos que ampliem o acesso público aos documentos produzidos por essa dimensão interparlamentar. Isso também possibilitará um acompanhamento mais eficiente da implementação das ações propostas aqui ao passo que fornecerá subsídios para a abordagem de questões fundamentais tanto nos debates políticos como econômicos em escala global.

Minhas senhoras e meus senhores, em um momento no qual nossos países dedicam os melhores esforços para conjugar e catalisar o desenvolvimento econômico global, os seus respectivos Parlamentos vêm manifestar a sua aderência e a sua disposição em ajudar.

Queremos ser parte ativa nesse processo, apontando o conhecimento único que temos de nossas sociedades e a experiência em diálogos promissores interinstitucionais, experiência que é, sim, muito valiosa nesta circunstância.

O Brics e o mundo podem contar conosco!

Obrigado. *(Palmas.)*

Para esta nova sessão de trabalho, a sexta, por uma cooperação interparlamentar do Brics mais forte e duradoura, convido o sr. Supra Mahumapelo, membro da Câmara Baixa da África do Sul, para fazer uso da tribuna.



**SR. SUPRA OBAKENG
RAMOELETSI MAHUMAPELO**



Membro da Câmara Baixa da África do Sul

Supra Obakeng Ramoeletsi Mahumapelo é político sul-africano e membro do Parlamento Nacional pelo Congresso Nacional Africano (ANC). Foi premiê da província de North West de 2014 a 2018 e atualmente preside o Comitê de Relações Internacionais e Cooperação da Assembleia Nacional.

(Tradução simultânea.) – Estimado colega da mesa, senhoras e senhores e honrados membros, mais uma vez aproveito esta oportunidade para agradecer ao Brasil por nos convidar para que pudéssemos participar do 11º Fórum Parlamentar dos Brics.

O tema, que todos sabemos, é “Por uma Cooperação Interparlamentar do Brics mais Forte e Duradoura”.

Estimado presidente da sessão, na África do Sul, sustentamos a visão de que o Parlamento é uma personificação da democracia, um espaço onde a legitimidade democrática de qualquer nação é validada.

Em uma era onde a linha entre o doméstico e o internacional está se tornando bem tênue e onde há uma globalização dos problemas, a democracia deve ser promovida em vários níveis de governança, incluindo o nacional, o regional e o internacional.

Historicamente, os Parlamntos tinham pouca participação nas relações internacionais e o papel dos parlamentos, na área das relações internacionais, sempre se limitou a ratificar acordos internacionais que foram adotados pelo Executivo. No entanto, com o advento da ordem

democrática na arena global, não vamos deixar para depois um novo processo de governança global.

A 1ª Conferência dos Presidentes de Paramentos, organizada pela União Interparlamentar, realizada em Nova York, na sede das Nações Unidas, em 2000, declarou que a dimensão parlamentar das relações de cooperação internacional deve ser fornecida pelos próprios parlamentares, primeiramente em nível nacional, de forma interconectada, e avançar para os níveis regionais e nível global.

O tema de hoje sobre a construção de parlamentos mais fortes e duradouros para a cooperação interparlamentar do Brics é consistente com a forma e o conteúdo do Memorando de Entendimento do Brics, o que recorda que o 1º Fórum Parlamentar do Brics, que foi realizado em Moscou, em 8 de junho de 2015, declarou a sua intenção, que era fortalecer e promover contatos, em nível de lideranças de Câmaras, Comissões e grupos de parlamentares, para realizar intercâmbios interparlamentares e realizar consultas regulares de especialistas, criar e desenvolver novos mecanismos de cooperação interparlamentar. É um esforço para construir parlamentos mais fortes e duradouros.

O protocolo ao Memorando de Entendimento do Fórum Parlamentar do Brics afirma ainda, abro aspas: "Reconhecendo o papel crítico da capacitação no fomento de uma cooperação parlamentar eficaz, as partes reafirmam o seu compromisso de facilitar iniciativas para aprimorar as habilidades, o conhecimento e as capacidades de parlamentares e funcionários parlamentares".

O intercâmbio sobre experiências nacionais e melhores práticas na abordagem dos desafios que os países do Brics enfrentam será encorajado pelas partes. As partes serão encorajadas a garantir a participação adequada de mulheres e jovens parlamentares nas delegações oficiais que participam das reuniões de representação de jovens nos eventos do fórum.

É consistente com esse espírito que o Parlamento da República da África do Sul continue a ocupar uma posição de destaque na defesa do amadurecimento e, em última instância, na transformação do Brics de um fórum para uma assembleia parlamentar formalizada. Para tanto, apoiamos esforços destinados a promover maior transparência e acesso ao público às atividades e documentos do Fórum Parlamentar do Bri-

cs, incluindo a criação de seções especiais nos *sítes* dos Parlamentos nacionais dedicadas às relações interparlamentares entre os países do Brics e todas as nações. Isso apoiará o objetivo dos parlamentares como tribunos e parceiros na transformação social, melhorando a responsabilidade perante nossos cidadãos.

Por meio da moção apresentada pela Namíbia e apoiada pelo Parlamento do Lesoto, o papel de cooperação interparlamentar do Parlamento sul-africano, ao convidá-los como observadores para o 9º Fórum Parlamentar do Brics, as seguintes recomendações foram feitas:

1. Os Estados-Membros do corpo de desenvolvimento da África do Sul devem explorar ativamente oportunidades de colaboração com os Estados-Membros do Brics;

2. Para que o Parlamento da República Sul-Africana, no futuro, delibere sobre como as relações entre Brics e SADC, tanto em nível executivo quanto parlamentar, podem ser fortalecidas para promover ainda mais a Cooperação Sul-Sul.

Vamos, inclusive, como país que ocupa a Presidência do G20 e ainda sediará os eventos do P20 sobre o tema "Aproveitando a Diplomacia Parlamentar para a Realização da Solidariedade Global, Igualdade e Sustentabilidade", receber vocês, agora, em novembro.

Nossos Parlamentos devem utilizar essa oportunidade e explorar o potencial para contribuir significativamente e desempenhar um papel mais crítico no cumprimento dos objetivos do mandato do G20. Dentro aqui, queremos resultados tangíveis e concretos quando migrarmos do Brasil para a Índia, no próximo ano.

Muitíssimo obrigado.



Assista ao discurso do sr. Supra Obakeng Ramoeletsi Mahumapelo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Convido, para fazer uso da palavra, o sr. Sergei Rachkov, membro da Câmara Baixa de Belarus.



SR. SERGEI RACHKOV

Membro da Câmara Baixa de
Belarus



Deputado da Câmara dos Representantes de Belarus desde 2019, Sergei Rachkov preside a Comissão Permanente de Assuntos Internacionais. Formado em Línguas Estrangeiras, possui ampla experiência diplomática, tendo atuado como embaixador em países do Oriente Médio e Norte da África. É uma voz ativa na diplomacia parlamentar, promovendo a integração de Belarus ao Brics e defendendo uma ordem mundial multipolar.

(Tradução simultânea.) – Muito obrigado, sr. presidente.

Mais uma vez, gostaria de dar as boas-vindas a todos os participantes da sessão plenária do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Ano passado, Belarus recebeu o *status* de país parceiro do Brics. Para nós, este é um evento significativo, que abre novas oportunidades para a manutenção da paz, a conquista dos objetivos de desenvolvimento sustentável e a expansão dos laços internacionais.

A República de Belarus é uma ardente defensora das ideias unificadoras e criativas do Brics. Temos as mesmas opiniões sobre questões-chave da agenda internacional. Defendemos um mundo multipolar justo, a estrita adesão aos princípios e normas do direito internacional, a não interferência nos assuntos internos de Estados soberanos e a escolha de nosso próprio caminho de desenvolvimento.

Neste ano, o chefe do nosso Estado, Aleksandr Lukashenko, aprovou a estratégia para a participação bielorrussa no Brics, projetada para cinco anos, até 2030. Entre as principais tarefas está o envolvimento

ativo no trabalho dos mecanismos multilaterais existentes da organização, levando em conta o futuro desenvolvimento institucional do Brics.

O diálogo interparlamentar desempenha um papel importante no desenvolvimento progressivo da cooperação multilateral no âmbito do Brics. Em primeiro lugar, visa coordenar iniciativas legislativas e desenvolver estratégias conjuntas, fortalecendo os contatos políticos.

A estreita interação entre os deputados é uma ferramenta importante para fortalecer os contatos e a estabilidade no mundo. O lado bielorrusso tem, reiteradamente, afirmado a importância dessa cooperação no contexto da reestruturação global da ordem mundial.

Aproveitando esta oportunidade, convido os parlamentares a darem sua contribuição, que seja viável, para a implementação da iniciativa bielorrussa de desenvolver um documento programático, a Carta de Diversidade e Multipolaridade no Século XXI. Acredito que nossa interação nessa área apenas aprimorará o efeito da implementação dos conceitos de paz e segurança, propostos pelos países do Brics.

Gostaria de destacar, claramente, a importância do papel dos órgãos legislativos na preservação da soberania e no combate à pressão externa, que vai desde sanções ilegítimas, outras medidas restritivas e termina com o impacto de informações destrutivas.

A fim de nos protegermos contra os fatores negativos já mencionados, Belarus adotou uma série de leis que provaram sua eficácia na prática. Estamos prontos para compartilhar nossa experiência nessas áreas.

Nossa tarefa é defender o multilateralismo e o desenvolvimento conjunto, promover a integração econômica, apoiar uns aos outros, resolver conjuntamente questões que causam preocupação comum e aumentar o nível de confiança entre nossos Estados.

Estou convencido de que, agindo juntos, conseguiremos alcançar maiores resultados, fortalecer a influência construtiva do Brics nos processos globais e tornar o mundo em que vivemos mais seguro e mais harmonioso.

Para concluir, gostaria de agradecer, mais uma vez, à liderança do Parlamento da República Federativa do Brasil pela excelente organização deste fórum e pelo alto nível de hospitalidade estendido a seus participantes. Espero que nossa reunião possa contribuir para o estabelecimento de uma cooperação frutífera no sistema Brics.

Muito obrigado.



Assista ao discurso do sr. Sergei Rachkov

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Convido para fazer uso da palavra a sra. Ana María Mari Machado, vice-presidente do Parlamento de Cuba.



**SRA. ANA MARÍA MARI
MACHADO**



Vice-Presidente do Parlamento de Cuba

Vice-Presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular e do Conselho de Estado de Cuba desde 2012, Ana María Mari Machado é jurista com especialização em Direito Penal. Iniciou sua carreira como assessora jurídica e atuou como juíza e presidente de tribunais municipais e provinciais em Villa Clara, além de ter sido vice-presidente do Tribunal Supremo Popular. Deputada desde 2003, integrou a comissão redatora da Constituição de 2019 e é membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba desde 2011.

(Tradução simultânea.) – Muito obrigada, presidente, demais integrantes da mesa, distintos chefes das delegações, demais participantes e convidados da Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba.

Nós expressamos nosso compromisso em trabalhar em conjunto com os Parlamentos que compõem esse importante grupo, para contribuir para o progresso socioeconômico dos países do Brics e para a prosperidade dos seus cidadãos; apoiar o máximo possível a redução

das tensões internacionais; criar um mundo mais justo, democrático, multipolar e multilateral.

É nesse novo cenário que o Brics tem contribuído significativamente para essa reivindicação histórica do Sul, especialmente no caminho para a necessária reforma do atual sistema financeiro internacional. Fomentar o diálogo e a colaboração legislativa entre os membros do Brics em áreas de interesse comum, como desenvolvimento econômico, segurança global, comércio, inovação tecnológica e governança multilateral, entre outros, é uma tarefa crucial hoje.

A institucionalização da cooperação interparlamentar contribuirá significativamente para o diálogo e a cooperação em políticas legislativas; para a promoção, estabilidade e desenvolvimento de uma ordem internacional mais justa e equitativa; para o fortalecimento do multilateralismo, com base em uma troca regular de experiências e melhores práticas legislativas; e para a busca de soluções abrangentes e conjuntas para problemas comuns.

Uma cooperação mais forte e duradoura em nível parlamentar entre os Brics também contribuirá para a eficiência do sistema de relações internacionais, para a democratização do comércio multilateral e para a resposta a crises globais, promovendo o entendimento mútuo e a construção de relações mais estreitas entre os povos. Também reforça a legitimidade e a capacidade desse agrupamento de atuar como um contrapeso eficaz às estruturas de poder tradicionais, um movimento em direção à arquitetura global, em que muitos centros de poder coexistem e colaboram em igualdade de condições, respeitando a soberania e os direitos de cada nação.

Nós parlamentares cubanos consideramos especialmente relevante o intercâmbio de experiências na elaboração de leis naquelas áreas em que progressos mútuos poderiam ser feitos no caminho da solução de problemas e na consecução de objetivos estabelecidos por nossos Estados. Cabe a nós trabalhar mais ativamente na dimensão parlamentar para implementar as decisões tomadas pelos líderes de nossos países, a fim de elevar a cooperação a um novo nível.

Nossa responsabilidade, como legisladores, será contribuir para a solução de problemas que nos afetam, criar mecanismos legais para proteger a soberania financeira e econômica de nossos Estados, pro-

mover o desenvolvimento da cooperação interbancária e ajudar a aumentar a participação das moedas nacionais em pagamentos mútuos. Ao mesmo tempo, devemos garantir que, no âmbito da harmonização da legislação, o direito à autodeterminação dos povos seja respeitado, a fim de desenvolver as economias de nossos países de forma mais eficaz, por meio da cooperação, no âmbito do exercício de nossas competências. Isso contribuirá para o desenvolvimento das relações internacionais e para um mundo mais justo; e, se nos perguntam: nós temos que ser proativos e propositivos, e temos que fazê-lo com urgência.

Excelências, a cooperação entre nossos Paramentos simboliza um compromisso profundo e sustentado com a democratização das relações internacionais e a promoção do multilateralismo, com foco no compartilhamento das melhores práticas legislativas, na harmonização dos quadros regulatórios e na promoção do diálogo construtivo. Isso proporciona uma plataforma robusta para enfrentar conjuntamente os desafios globais. Ao mesmo tempo, fortalece a estrutura institucional dos Brics, dotando-a de uma força sem precedentes, que amplia a sua influência no cenário mundial e que segue os objetivos da Presidência no tempo do Brasil; também reforça a legitimidade e a capacidade dessa coalizão de atuar como um contrapeso eficaz às estruturas de poder, como já...

Neste importante evento, reiteramos também nossa disposição de aprofundar nossas relações de cooperação e benefícios mútuos em nossa condição de país parceiro, que aspira, em um futuro muito próximo, com o seu apoio, a ser aceito como país-membro. Podem contar com o apoio da Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba para alcançar uma transformação histórica em benefício de nossos povos, aquela nova convivência civilizada, com base em uma ordem internacional justa e equitativa, na qual prevaleçam a solidariedade, a cooperação, o diálogo e a integração entre os países do nosso grupo.

Contem com Cuba para trabalhar por esse mundo melhor, que é possível, necessário e urgente.

Muitíssimo obrigado.



Assista ao discurso da sra. Ana María Mari Machado

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Convido, para fazer uso da palavra o sr. Julius Omozuanvbo Ihonvbere, membro da Câmara Baixa da Nigéria.



**SR. JULIUS OMOZUANVBO
IHONVBERE**



Membro da Câmara Baixa da Nigéria

Deputado pela Owan (Edo State): Eleito inicialmente em 2015, reeleito em 2019 e 2023. Presidente do Comitê de Educação Básica da Câmara, coordenando debates e projetos na área da educação, obtendo destaque nacional. Ihonvbere consolidou-se como uma figura política de peso na Nigéria moderna, transitando entre função legislativa ativa, liderança de bancada, e responsabilidades executivas de alto nível. É autor de mais de 12 livros, incluindo, além de dezenas de artigos em revistas acadêmicas.

(Tradução simultânea.) – Obrigado a todos.

Eu trago saudações da República da Nigéria e também da nossa Casa, da nossa Câmara. Eu agradeço pelo convite à Nigéria e quero reiterar que nós temos um grupo que pode realizar mudanças importantes ao reequilibrar o equilíbrio de forças. A vantagem de falar por último em um fórum como este é que ouvimos todas as representações. Gostaria de assegurar, sr. presidente, que a Nigéria compartilha de todas as recomendações realizadas aqui e acreditamos que a implementação delas irá fortalecer muito o Brics.

Os blocos regionais podem transcender mensagens meramente diplomáticas dentro da sinergia interparlamentar e mudar a arquitetura das relações modernas. A cooperação entre continentes pode trazer toda a sabedoria que nos levará a grandes objetivos de políticas, assim como a grandes inovações. Nós temos grandes ideias, que são pro-

clamadas e reforçadas. Os legisladores podem compartilhar grandes conhecimentos e instrumentos que trazem resiliência para o mundo inteiro. Esses blocos são mecanismos ativos para a cooperação, amplificando a influência dos Parlamentos ao navegar as complexidades do mundo moderno. Então, temos muitas representações.

É da nossa visão na Nigéria que seguir adiante irá requerer alguns passos. Alguns já foram tomados e acreditamos que juntos poderemos realizar passos ainda mais fortes. Além do mais, precisamos construir a partir da base. Precisamos tratar da ordem que é a base das estruturas das nossas ordens políticas. Precisamos prestar atenção à forma como os nossos Parlamentos funcionam – se são abertos, confortáveis, democráticos –, para atingirem os seus objetivos e os nossos objetivos.

A Nigéria acredita que precisamos proteger a democracia e as constituições. Sem proteger as democracias, o Brics não conseguirá demonstrar as transformações para as pessoas e povos que representamos. Apenas através do fortalecimento das instituições democráticas seremos capazes de realizar as mudanças de que tratamos.

Precisamos também fortalecer a participação das mulheres nos nossos Parlamentos. Isto é crítico aqui, neste fórum, e de grande relevância para muitos países. Acreditamos que já estamos nesse caminho, mas precisamos estar vigilantes com relação a isto.

Também incentivamos que os Parlamentos trabalhem com seus comitês e também com os comitês dos outros países no compartilhamento de boas práticas. Nesses comitês poderemos ajudar apresentando para o mundo diferentes narrativas. Na Nigéria, nós estabelecemos 82 desses comitês, e esses comitês, ou comissões, realizam discussões e visitas, fortalecendo nosso Parlamento. Acreditamos que, com o que estamos fazendo aqui, é importante termos compromissos de liderança com relação ao respeito mútuo e o apoio mútuo para a liderança nos vários países e achamos que essas decisões são tomadas principalmente dentro de Parlamentos. As nossas boas práticas e o compartilhamento de informações são extremamente importantes. Isto deve ser um programa deliberado, apoiado pelas tecnologias modernas para apoiar o trabalho que realizamos.

Em conclusão, a Nigéria acredita que, se não pudermos aumentar as capacidades de nossos Parlamentos, não iremos conseguir realizar

os nossos objetivos. Também acreditamos fortemente que, se não trouxermos os jovens e as mulheres para os Parlamentos, se não pudermos democratizar os nossos Parlamentos, nós encontraremos dificuldades. Muitos Parlamentos são muito pomposos e não são fáceis de serem acessados. Então, as pessoas precisam acessar o Parlamento, o nosso povo. Então, precisamos democratizar os Parlamentos dessa forma. Alguns países já conseguiram fazer isso, mas precisamos defender a democracia a cada momento, o tempo inteiro. E nós queremos, então, apoiar os nossos objetivos e participar em engajamentos futuros.

Muito obrigado.



Assista ao discurso do sr. Julius Omozuanvbo Ihonvbere

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Convido para fazer uso da tribuna o sr. Ahmad Naderi, membro do Parlamento do Irã.



SR. AHMAD NADERI

Membro do Parlamento do Irã



Deputado iraniano por Teerã, Ahmad Naderi é antropólogo político com doutorado pela Freie Universität Berlin e professor associado na Universidade de Teerã. Membro da Mesa Diretora do Parlamento, atua na Comissão de Educação, Pesquisa e Tecnologia. É conhecido por suas posições conservadoras e por defender o fortalecimento da soberania nacional em temas como segurança e política externa.

(Tradução simultânea.) – Excelências, membros dos Estados do Brics, distintos colegas, senhoras e senhores, eu gostaria de estender meus cumprimentos ao Governo e ao Parlamento da República do Brasil, por organizar esta reunião importante e pela calorosa receptividade.

Excelências, hoje nós estamos num ponto histórico importante no desenvolvimento global, com desafios e crises. Nessas circunstâncias, a cooperação internacional não é uma escolha, mas, sim, uma necessidade crítica por paz, segurança e bem-estar comum. Dessa forma, o Brics, não economicamente somente, mas é a voz de uma grande porção da população do mundo, das ambições históricas do Sul Global, na esperança de estabelecer justiça e igualdade no mundo. Nós devemos utilizar a diplomacia parlamentar para fazer acordos multilaterais, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento avançado.

O Parlamento tem representantes reais do povo e vozes da nação, além da legislação, para se tornar *player* efetivo no mundo, na arena parlamentar, excedendo um tipo de participação popular. A cooperação parlamentar no Brics transcende as reuniões simbólicas e nos leva a... Nós precisamos de diálogo e de manter experiências de *follow-up*; então, o Brics, nos anos recentes, se tornou um *player* eficiente no ar-

cabouço mundial. Sua estrutura, esse fato, se não estiver acompanhado de forte implementação, vai encontrar desafios e responsabilidades. A diplomacia parlamentar pode facilitar e fazer o processo de decisão mais transparente, baseado em consenso, pavimentar o caminho para maior participação.

Então, esse caminho vai mudar o Brics de aliança econômica para um centro de civilização, mas temos desafios a respeito disso e temos que lidar com todos esses desafios, como institucionais permanentes parlamentares, uma agenda persistente e as fraquezas entre adoção e implementação, um secretariado permanente para os Brics, com o objetivo de seguir a adoção e facilitar as relações e pesquisas legais entre os membros, utilizando a diplomacia parlamentar e também estabelecendo uma plataforma digital para o Brics, para diálogo, documentação e desenvolvimento de um mapa, de forma a melhorar a diplomacia parlamentar.

Queridos colegas, todos sabemos que o mundo está numa transição entre... de uma ordem desigual. Então, a cooperação do Brics pode trazer iniciativas, fortalecer grandes decisões feitas pelo Brics e ajudar as pessoas. Dessa forma, nós estamos no momento da história em que nossas decisões da atualidade estabelecem o futuro do mundo. A cooperação parlamentar não deve somente seguir as políticas do governo, mas deve ser pioneira e inspirar a cooperação de modos estratégicos.

Queridos colegas, concluindo, eu gostaria de reiterar o fato de que um mundo em que as opiniões públicas são reconhecidas, as nações do Sul são escutadas e a paz não está baseada em terror, mas, sim, baseada em diálogo mútuo e nas pessoas, vai nos levar a um mundo mais justo e seguro e mais humano.

O Parlamento da República Islâmica do Irã acredita nesse princípio e, agora, como um dos membros ativos do Brics, está pronto para avançar na cooperação interparlamentar, agir e atuar num papel construtivo.

Muitíssimo obrigado pela sua atenção.



Assista ao discurso do sr. Ahmad Naderi

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Convido, para fazer o uso da palavra, o sr. Om Birla, presidente da Câmara Baixa do Parlamento da Índia.



SR. OM BIRLA

Presidente da Câmara Baixa da Índia



Deputado indiano pelo partido Bhartiya Janta, representando o distrito de Kota, no Rajastão. Exerce a Presidência da Câmara Baixa do Parlamento Indiano desde junho de 2019, sendo eleito para um segundo mandato no ano de 2024. Também foi membro da Assembleia Legislativa do Rajastão de 2003 a 2014.

(Tradução simultânea.) – Estimados presidentes de Mesa, dignísimos parlamentares, senhoras e senhores, em nome da República da Índia e de nossa delegação parlamentar, estendo calorosas saudações e felicitações a todos vocês.

Após duas décadas de sua jornada, o Brics surgiu como a voz do Sul Global e um agrupamento global influente. Esta plataforma, composta de diversas perspectivas e ideologias, é um símbolo de cooperação e harmonia. Nossa diversidade cultural, respeito mútuo e tradição de consenso coletivo formam a base do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A abordagem da Índia em relação ao Brics está profundamente enraizada no nosso antigo ideal de que o mundo é uma só família. Podemos tornar o Brics ainda mais impactante, justo e centrado nas pessoas. A democracia indiana, com sua rica herança histórica e cultural, se apresenta como um modelo para o mundo. Nosso Parlamento representa diversas aspirações e crenças de mais de 1,4 bilhão de cidadãos. O sistema multipartidário, a estrutura federal, os princípios constitucionais de justiça e igualdade e a transparência legislativa são fortes pilares dos ideais democráticos.

A Índia tem sido ativa na promoção de uma governança global mais participativa, equitativa e responsável por meio da plataforma parlamentar do Brics. Acreditamos que a democracia permanece incompleta sem a participação ativa dos jovens, das mulheres e das parcelas menos privilegiadas da sociedade. Foi com essa visão que a Índia sediou o 1º Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics em 2016, quando a Declaração de Jaipur reforçou a igualdade de gênero e a cooperação parlamentar. Esta declaração foi um passo decisivo em direção à democracia inclusiva.

Na última década, a Índia testemunhou uma grande ascensão na liderança feminina: quase 1,4 milhão de mulheres foram eleitas para governos locais – o maior número no mundo. A recente promulgação, na nova Casa do Parlamento da Índia, prevê uma reserva de 33% para mulheres. A Índia continua a se esforçar para aprofundar a cooperação interparlamentar no Brics por meio de diálogos bilaterais e multilaterais.

Proponho que possamos desenvolver uma estrutura institucional permanente que garanta o intercâmbio das melhores práticas, inovações e experiências parlamentares; isso não apenas irá melhorar as nossas capacidades, mas também irá tornar nossas contribuições para a governança global mais eficazes.

Tenho o prazer de compartilhar que o Instituto de Treinamento Parlamentar da Índia, chamado Pride, está pronto para receber parlamentares e funcionários parlamentares dos países Brics. Esse instituto é como um centro de excelência para a capacitação, através da redação legislativa, estágios parlamentares e programas de treinamento baseados na demanda. Parlamentares e funcionários de 110 países já receberam treinamento no Pride.

Ao mesmo tempo, os nossos Parlamentos devem se engajar em diálogos significativos. Segurança energética, terrorismo, mudanças climáticas, economia digital, inteligência artificial. A Índia também quer contribuir para toda a questão energética do mundo.

Temos uma cooperação parlamentar com o Brics, que é mais do que apenas um passo institucional. Compartilhada de aspirações para 3,8 bilhões de pessoas, essa jornada deve envolver jovens, sociedade civil, *think tanks* e outros interessados, para tornar o processo mais inclusivo, prático e sustentável.

Excelências, as decisões tomadas nessa plataforma moldarão o futuro da cooperação parlamentar do Brics. E a Índia continuará a trabalhar com total compromisso.

Obrigado.

ENCERRAMENTO DA 6ª SESSÃO DE TRABALHO

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP) – Finalizada a lista de oradores desta sessão, esclareço que na sequência, daremos início à Sessão de Encerramento do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 53 minutos.)



Em discurso, à tribuna, vice-presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, Ana María Machado. Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Solenidade de Encerramento



Sessão de encerramento: Adoção do documento final e falas de encerramento. Participam: coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados, deputado Fausto Pinato (PP-SP); presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre (União-AP); presidente da Câmara Baixa do Parlamento da Índia, Om Birla; presidente da Câmara dos Deputados, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB); coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal, senador Humberto Costa (PT-PE). Foto: Jonas Pereira/Agência Senado



APRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

A solenidade de encerramento do 11º Fórum Parlamentar do Brics foi conduzida pelo senhor presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Hugo Motta; pelo senhor presidente do Senado Federal, o senador Davi Alcolumbre; pelo coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados, senhor deputado federal Fausto Pinato; e pelo coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal, senhor senador Humberto Costa.

Na oportunidade, foi tornada publica e adotada a Declaração Conjunta dos Paramentos dos membros do Brics por um mundo justo e um planeta sustentável, como resultado de consenso alcançado no 11º Fórum Parlamentar do Grupo.

Em seguida, foi convidado à mesa o sr. Om Birla, chefe da Delegação da Índia e presidente da Câmara Baixa do Parlamento daquele país, a quem foi transmitida a Presidência do Fórum Parlamentar do Brics. Seguiu-se a exibição de vídeo oferecido pela delegação da Índia e discurso do sr. Om Birla.

Posteriormente, o senador Davi Alcolumbre agradeceu às 31 delegações legislativas e aos mais de 150 parlamentares que participaram debates do Fórum, oportunidade em que se buscaram o fortalecimento da cooperação na saúde global, a promoção de um comércio internacional justo e inclusivo, o enfrentamento das mudanças climáticas, o avanço na governança da inteligência artificial e a consolidação efetiva do desenvolvimento institucional do Brics.

Igualmente, o deputado Hugo Motta teceu suas considerações finais, agradecendo a todas as autoridades participantes e aos servidores e servidoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, ressaltou os acordos em nome do multilateralismo, do desen-



volvimento inclusivo e da busca de equilíbrio na ordem internacional, traçando resumo dos trabalhos e encerrando a solenidade.

Tarciso Dal Maso Jardim
Consultor Legislativo



SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Declaro aberta a solenidade de encerramento do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Compõem a mesa, com esta Presidência, o Exmo. sr. presidente do Senado Federal, o senador Davi Alcolumbre; o sr. deputado federal Fausto Pinato, coordenador parlamentar do Brics na Câmara dos Deputados; o sr. senador Humberto Costa, coordenador parlamentar do Brics no Senado Federal.

Sras. e srs. parlamentares, tenho a satisfação de informar que nossas conversações e consultas ao longo das últimas semanas, por meio de um processo transparente e inclusivo e com a ampla e construtiva participação de Parlamentos dos membros do Brics, resultaram na Declaração Conjunta circulada pela Presidência brasileira em 22 de maio passado.

Ressalto e agradeço o espírito construtivo, baseado no respeito mútuo e na disposição para fortalecer o nosso fórum, que todos os envolvidos manifestaram ao longo do processo de consultas, mesmo em relação aos temas mais complexos.

É nossa convicção que esta Declaração Conjunta expressa uma importante mensagem política do Fórum Parlamentar do Brics para os nossos chefes de Estado e de Governo, que se reunirão, no Rio de Ja-

neiro, no início de julho, e também para a comunidade internacional em seu conjunto. É uma mensagem clara em favor da cooperação, do multilateralismo, da inclusão e do desenvolvimento sustentável para todos.

Nessas condições, proponho que esta cúpula adote a Declaração Conjunta dos Paramentos por um mundo justo e um planeta sustentável. *(Palmas.)*

Adotada.

Convido para compor esta mesa o Exmo. sr. Om Birla, chefe da Delegação da Índia e presidente da Câmara Baixa do Parlamento da Índia, para receber, simbolicamente, a transmissão da Presidência do Fórum Parlamentar do Brics ao Parlamento da Índia. *(Palmas.) (Pausa.)*

Registramos a presença do grupo de *influencers* brasileiros que estão participando de um *tour* guiado, denominado Diálogos com o Poder, pelo Congresso Nacional.

Sejam muito bem-vindos ao nosso fórum.

Neste momento, convido todos a assistirem ao vídeo oferecido pela delegação da Índia.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.) (Falha no áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – ... a palavra ao Exmo. sr. Om Birla, chefe da Delegação da Índia e presidente da Câmara Baixa do Parlamento da Índia.

O SR. OM BIRLA *(Tradução simultânea.)* – Estimados presidentes da Mesa, membros do Parlamento, senhoras e senhores, inicio estendendo minhas mais calorosas congratulações e votos de sucesso aos meus queridos amigos, o honorável Hugo Motta, presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, e o honorável Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, por sua excelente liderança na organização deste evento notável. Sob sua orientação, o fórum estabeleceu novos marcos de cooperação, diálogo e transparência.

Também parablenzo os países membros do Brics pela adoção unânime da Declaração Conjunta, que reflete nosso compromisso compartilhado e fé nos valores democráticos.

Excelências, é uma grande honra para o Parlamento indiano assumir a próxima Presidência do Fórum Parlamentar do Brics. Aguardamos

ansiosamente para recebê-los, a todos, na Índia na próxima edição. Ao visitarem a mãe da democracia, irão, sem dúvida, ser inspirados por nossa diversidade, tradições inclusivas e rica herança cultural.

Nos últimos dias, tivemos momentos e deliberações muito produtivas e trabalhamos perspectivas muito importantes, como o clima, a segurança, a paz e as reformas necessárias nas Nações Unidas, além de tantos outros temas.

Sob a liderança do Brasil, tantos encontros e reuniões foram realizados, trazendo uma nova e renovada energia ao nosso Fórum.

O Brics se tornou um símbolo de uma jornada inspiradora e tem crescido em influência, amplificando a voz do Sul Global, apresentando novas oportunidades para novas estruturas internacionais, de maneira democrática, inclusiva e de modo a refletir realidades contemporâneas.

A liderança da Índia trará novas iniciativas, com muitos encontros novamente, muitas reuniões, a aliança para o turismo verde, a aliança e o fórum de ministros. E agora, a Índia aguarda, com grande preparação e entusiasmo, a próxima Presidência do Fórum Parlamentar do Brics. Permanecemos comprometidos em fortalecer a diplomacia parlamentar, trocar experiências legislativas e enfrentar conjuntamente os desafios globais. Com base nos esforços do Brasil e de outros países-membros, estamos determinados a elevar este fórum a patamares ainda maiores.

Em conclusão, expresso a sincera gratidão em nome do Parlamento da Índia e de 1,4 bilhão de indianos ao Parlamento e ao povo do Brasil por sediarem este excelente evento.

Com isso, reitero o convite a todos vocês para a próxima Conferência Parlamentar do Brics na Índia.

Muito obrigado.

Sintam-se convidados. E esperamos que, na próxima Conferência Parlamentar do Brics, nos encontremos novamente.

Obrigado a todos. Muito obrigado. *(Palmas.) (Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) – ... a palavra ao meu irmão, o Exmo. sr. presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exmos. presidentes dos Paramentos do Brics, estimados parlamentares, diplomatas, senhoras e senhores, é com alegria e esperança que me dirijo a V. Exas. nesta sessão de encerramento do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Ao longo dos últimos dias, Brasília teve a honra de sediar pela primeira vez este importante encontro da diplomacia parlamentar global. Em nome do Congresso Nacional brasileiro, agradeço a presença e a valiosa contribuição de cada uma das 31 delegações legislativas e dos mais de 150 parlamentares que enriqueceram os nossos debates.

Desde a sua primeira edição em Moscou, no ano de 2015, este fórum vem se consolidando como um espaço privilegiado de diálogo e de cooperação interparlamentar entre nossos países.

A troca de experiências legislativas que este fórum proporciona é fundamental para o alinhamento dos nossos paramentos diante dos desafios globais que compõem as nossas agendas.

Nesta 11ª edição, nos reunimos sobre o tema central: o papel dos Paramentos do Brics na construção de uma governança global mais inclusiva e sustentável. Um tema que reflete os anseios de nossos povos por um futuro mais justo, mais próspero e pacífico.

Desde o início dos nossos trabalhos, tivemos discussões produtivas e engajadas, que começaram já no primeiramente dia, com as reuniões temáticas dedicadas às mulheres parlamentares e também aos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores de nossos Paramentos. Desde o princípio o compromisso do Brics foi com a inclusão e a participação das mulheres e com a profundidade estratégica de nossas cooperações.

As sessões de trabalho que se seguiram abordaram temas cruciais, como a necessidade de uma aliança interparlamentar do Brics pela saúde global e a ação parlamentar em busca de novos caminhos para o desenvolvimento econômico, humano e social.

Esses temas fazem parte do conjunto de prioridades estabelecidas pela Presidência brasileira do Brics para 2025, que incluem o fortalecimento da cooperação na saúde global, a promoção de um comércio internacional justo e inclusivo, o enfrentamento das mudanças

climáticas, o avanço na governança da inteligência artificial e a consolidação efetiva do desenvolvimento institucional do Brics.

Senhoras e senhores, nossos Parlamentos são a voz de nossos cidadãos. Nós, legisladores, recebemos mandatos para traduzir os anseios populares em leis e também em políticas públicas eficazes e para fiscalizar a implementação dos compromissos assumidos por nossos governos.

Nosso bloco, composto por 11 países e reforçado, desde janeiro deste ano, pela participação de nove países parceiros, representa uma parcela cada vez mais significativa da população mundial e da economia global. Isso amplia enormemente as nossas responsabilidades e a importância deste fórum, que facilita a coordenação política e legislativa entre nossos países na busca de soluções para os problemas que afetam a ordem mundial.

A Declaração Conjunta, que tivemos a satisfação de adotar consensualmente, é o coroamento de nossos esforços e de nossas deliberações. Esse documento, fruto do intenso diálogo e da convergência de nossas perspectivas, reflete naturalmente o espírito do Brics: respeito e entendimento mútuos, igualdade, solidariedade, abertura, inclusão, fraternidade, diálogo e consenso. A declaração reflete a nossa visão compartilhada sobre o papel crucial dos Parlamentos na promoção de uma governança global que também leve em conta os papéis dos países do Brics. Ela aborda os desafios atuais e propõe caminhos parlamentares para enfrentá-los, desde a cooperação estratégica com a saúde, a ciência e tecnologia até o fomento de um ambiente internacional estável e seguro para o comércio e para os investimentos. Essa declaração é um compromisso político e um roteiro para a ação parlamentar do nosso bloco e servirá como subsídio de nossos Parlamentos para a 17ª Cúpula de Líderes do Brics e para as decisões que serão tomadas por nossos Chefes de Estado e de Governo.

Vivemos sim tempos desafiadores. O Brics tem consistentemente defendido um sistema comercial multilateral aberto, transparente, justo, inclusivo e não discriminatório, baseado nas regras da Organização Mundial do Comércio. São muitos os desafios econômicos globais, mas só através da cooperação, do diálogo e do respeito – repito, do

respeito às normas internacionais – encontraremos o caminho para a prosperidade compartilhada.

Outro tema de grande relevância para o futuro da nossa relação interparlamentar é a ideia de um Parlamento próprio para o Brics, que vislumbra o surgimento de uma estrutura parlamentar institucionalizada para o nosso bloco. Não há dúvida de que a crescente participação neste fórum parlamentar é um sinal inequívoco do vigor de nosso engajamento legislativo. A participação expressiva de Casas Legislativas e de Parlamentares de países-membros e parceiros demonstra a vitalidade e a atratividade da dimensão parlamentar do Brics. A consolidação de espaços como este fórum é um passo fundamental na direção de uma voz parlamentar cada vez mais coesa e influente no nosso bloco no cenário mundial.

Nosso futuro é promissor!

O Brics é uma força inegável no cenário mundial, defensor de um mundo mais inclusivo e pacífico. Nossos países compartilham o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a segurança alimentar, sempre com base no direito internacional e nos princípios da Carta estabelecida pelas Nações Unidas. Os Parlamentos do Brics têm um papel crucial nesse futuro. Somos os representantes diretos dos anseios populares e os responsáveis por transformar compromissos internacionais em realidade nacional, por meio da legislação e também – por que não dizer? – da fiscalização desses compromissos.

Nossa cooperação deve se aprofundar na troca das melhores práticas legislativas e no estímulo à maior participação da sociedade civil nos processos decisórios do Brics.

Devemos continuar a fortalecer os mecanismos de diálogo e consulta entre nossos Parlamentos, explorando novas avenidas de colaboração em áreas estratégicas como inteligência artificial, biotecnologia, energias renováveis e economia digital. O impulso e o fortalecimento dessas áreas críticas são fundamentais para a autonomia e o desenvolvimento dos nossos países e – por que não dizer? – das nossas gerações.

Contamos com o engajamento ativo de cada um dos parlamentares aqui representados para que e somente juntos possamos construir

um Brics cada vez mais forte, coeso e relevante para os nossos povos em primeiro lugar e para o mundo.

No encerramento deste 11º Fórum Parlamentar do Brics, renovo os nossos agradecimentos a todos os participantes, às equipes que organizaram, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e a todos que contribuíram para o sucesso deste evento.

Em nome do Senado da República e em nome da Câmara dos Deputados, que as sementes aqui plantadas floresçam em iniciativas concretas e em uma cooperação ainda mais sólida entre nossos Parla-mentos e, principalmente, entre nossos povos!

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. REPUBLICANOS - PB) – Cumprimento S. Exa. o sr. senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal e copresidente comigo deste fórum; S. Exas. os srs. coordenadores do 11º Fórum Parlamentar do Brics, senador Humberto Costa e deputado federal Fausto Pinato; as sras. e os srs. presidentes de Parlamento e demais chefes de delegações estrangeiras e suas comitivas; as sras. deputadas e senadoras e os srs. deputados e senadores do Brasil aqui presentes; as demais autoridades que prestigiam esta solenidade; e os servidores e servidoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Senhoras e senhores, é com profundo sentimento de dever cumprido e de agradecimento que pronuncio esta fala de encerramento da 11ª Edição do Fórum Parlamentar do Brics.

Como presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, gostaria de renovar a expressão da nossa gratidão às delegações estrangeiras, entre países-membros e parceiros, que estiveram reunidas nos últimos três dias, nesse esforço genuíno de fortalecimento da diplomacia parlamentar do Brics.

Cumpre também agradecer às deputadas, aos deputados, às senadoras e aos senadores do Brasil que nos acompanharam neste fórum.

Meu especial reconhecimento ao apoio que recebi do deputado Fausto Pinato, coordenador parlamentar do evento pela Câmara dos Deputados, que, junto com o senador Humberto Costa, seu homólogo no Senado Federal, deu significativa contribuição para o êxito aqui alcançado.

Felicitó ainda a deputada Jack Rocha e a senadora Leila pela realização da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, bem como o deputado Filipe Barros e o senador Nelsinho Trad pela condução da reunião de Presidentes de Comissões de Relações Exteriores, que acolhemos no último dia 3.

Meus melhores agradecimentos, igualmente, aos servidores de ambas as Casas do Congresso Nacional que, pela disposição e competência, foram essenciais para levarmos a cabo tão significativo evento.

Senhoras e senhores, estou certo de que a solidez da nossa cooperação se assenta em dois pilares: em primeiro lugar, o respeito mútuo pela diversidade dos nossos países, por critérios geográficos, históricos, econômicos e culturais; e, em segundo lugar, o sentimento comum de compromisso com o multilateralismo, com o desenvolvimento inclusivo e com a construção de uma ordem internacional mais equilibrada.

Desejamos viver num mundo pacífico em que as disputas sejam resolvidas pelas vias diplomáticas. Desejamos viver num mundo em que todas as vozes sejam respeitadas nos foros de decisões globais. Desejamos que os nossos países possam alcançar o desenvolvimento econômico e social que nossas populações merecem. Desejamos dar um futuro melhor para as gerações atuais e futuras, com saúde, educação de qualidade, com um meio ambiente que seja preservado e que, ao mesmo tempo, gere riqueza para todos, em especial para os que mais precisam.

Senhoras e senhores, vivemos em um mundo marcado por desafios complexos e turbulências geopolíticas. É nesse contexto que o Brics se consolida como um mecanismo de pacificação, estabilidade e cooperação entre as nações do Sul Global e entre essas nações e os demais membros da comunidade internacional.

Tenho a convicção de que os avanços obtidos nas diversas áreas prioritárias para a Presidência brasileira do grupo podem beneficiar toda a comunidade internacional.

Ao propugnar, por exemplo, pelo acesso equitativo a medicamentos, por um sistema multilateral de comércio aberto, transparente e inclusivo, ou pela reforma da governança global, o Brics e os países parceiros não buscam somente seus interesses imediatos, mas o bem-estar geral e a estabilidade global.

O fórum parlamentar é fundamental para um futuro ainda mais relevante do Brics. Trata-se de iniciativa que fortalece a cooperação interparlamentar entre os países-membros e amplia a sua representatividade social, aponta pautas e caminhos que refletem as aspirações de nossos cidadãos e confere maior legitimidade a todo o processo de concertação entre nossos países.

Os parlamentos nacionais revestem-se de importância capital não só ao referendar os compromissos internacionais assumidos pelos governos como também ao criar consciência comum acerca dos valores que são caros aos cidadãos do Brics.

Sob o lema: "O Papel dos Parlamentos do Brics na Construção de uma Governança Global mais Inclusiva e Sustentável", este 11º Fórum Parlamentar alcançou importantes avanços nesses três dias. Em linha com o Memorando de Entendimento firmado em Joanesburgo, em 2023, e com o Protocolo de São Petersburgo, em 2024, incentivamos modalidades diversas de diálogo interparlamentar, como a reunião de mulheres parlamentares e a dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos Parlamentos, além de reuniões bilaterais entre as delegações presentes.

Nas sessões da Reunião de Mulheres Parlamentares, foram debatidos os temas: mulheres na era da inteligência artificial; crise climática na perspectiva feminina; e a relação entre mulheres parlamentares e a agenda Brics 2025.

Já, na reunião de Presidentes de Comissões de Relações Exteriores, o foco foi a dimensão econômica, financeira e comercial. Debateram-se o comércio do Brics no atual cenário internacional, a promoção de investimentos e transferência tecnológica e os instrumentos financeiros para um Brics mais resiliente e sustentável.

Nas sessões de trabalho do Fórum Parlamentar, as delegações alcançaram o consenso para a adoção de uma declaração final, que aborda os seis temas considerados prioritários pela Presidência brasileira do Brics, sob a perspectiva do Poder Legislativo: aliança interparlamentar pela saúde global; ação parlamentar em busca de novos caminhos para o desenvolvimento econômico; diálogo interparlamentar sobre clima e sustentabilidade; cooperação interparlamentar para uma inteligência artificial responsável e inclusiva; Parlamentos do Brics

unidos pela reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança; e cooperação interparlamentar do Brics forte e duradoura.

Os consensos aqui atingidos não são uma linha de chegada, mas de partida. Com base neles, continuaremos a missão de ampliar o entendimento mútuo, a cooperação interparlamentar e as aspirações do Sul Global pela reforma do ordenamento internacional e pelo desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O Parlamento brasileiro envidou seus melhores esforços para fortalecer a dimensão interparlamentar do Brics, os objetivos do grupo e os interesses comuns do Sul Global e da comunidade internacional. Tenho a confiança de que os debates conduzidos neste 11º Fórum Parlamentar podem influenciar positivamente a dinâmica da política internacional ao contribuir para a internalização dos compromissos do Brics e para a construção de uma identidade e de valores de respeito mútuo, diálogo e solidariedade em nossas sociedades.

Que a Cúpula de Líderes do Brics, a se realizar no Rio de Janeiro, daqui a pouco mais de um mês, saiba incorporar nossas contribuições aos seus debates e à sua declaração final.

Gostaria de concluir, reiterando o agradecimento pela participação e entusiasmo das delegações que estiveram conosco nesses três dias.

Ao Parlamento da Índia, deixo meus votos de sucesso na condução dos trabalhos de integração parlamentar do Brics e na realização do 12º Fórum Parlamentar, em 2026. Conte com o apoio do Parlamento brasileiro para o pleno êxito de nosso próximo encontro. A Câmara dos Deputados do Brasil permanece aberta e pronta para colaborar em tudo que venha a contribuir com os objetivos do grupo e com o estreitamento dos laços entre nossos países.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Às autoridades presentes e a todos que nos honraram com seu comparecimento, em nome do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, desejo a todas e a todos uma viagem segura de retorno aos seus países e que voltem ao Brasil sempre que desejarem.

Nosso Parlamento estará sempre de portas abertas.

Declaro encerrado o 11º Fórum Parlamentar do Brics. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 44 minutos.)



DECLARAÇÃO CONJUNTA 11º FÓRUM PARLAMENTAR DO BRICS

Nós, líderes e representantes dos Paramentos dos países membros do Brics – República Federativa do Brasil, República Popular da China, República Árabe do Egito, República Democrática Federal da Etiópia, República da Índia, República da Indonésia, República Islâmica do Irã, Federação da Rússia, República da África do Sul e Emirados Árabes Unidos – reunidos em Brasília, nos dias 4 e 5 de junho de 2025 para o 11º Fórum Parlamentar do Brics (11º FP Brics).

Conscientes dos desafios globais atuais e complexos enfrentados por nossos povos e pelo planeta, realizamos este Fórum sob o lema "O papel dos Paramentos do Brics na construção de uma governança global mais inclusiva e sustentável", em consonância com o tema central da Presidência Brasileira do Brics em 2025.

Reafirmamos nosso compromisso coletivo com o multilateralismo, com uma governança global justa, equitativa e inclusiva, e com a reforma das instituições internacionais para refletirem melhor as vozes e os interesses dos países em desenvolvimento. Consignamos nossa oposição à crescente tendência ao unilateralismo e defendemos uma ordem mundial baseada no respeito mútuo, na igualdade e na cooperação internacional.

Registramos com apreço as contribuições para o diálogo interparlamentar da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics e da Reunião de Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos Paramentos do Brics, realizadas, em Brasília, em 3 de junho de 2025.

Reafirmamos nosso compromisso com o espírito do Brics, fundamentado no respeito mútuo, na igualdade soberana, na solidariedade, na abertura, na inclusão e no consenso, princípios que guiam nossa busca por fortalecer a Parceria Estratégica do Brics. Acreditamos firmemente que o diálogo e a cooperação interparlamentar são essenciais

para avançar em nossos objetivos comuns e para promover uma ordem internacional mais justa e representativa.

Damos as boas-vindas à República da Indonésia como membro do Brics, bem como à República da Belarus, ao Estado Plurinacional da Bolívia, à República do Cazaquistão, à República de Cuba, à República Federal da Nigéria, à Malásia, ao Reino da Tailândia, à República de Uganda e à República do Uzbequistão como países parceiros do Brics. Facilitaremos a consolidação da cooperação do Brics por meio da integração harmoniosa dos novos participantes nas atividades parlamentares do Brics. Reconhecemos a relevância e as valiosas contribuições dos Parlamentos dos países parceiros do Brics para as discussões e resultados deste Fórum Parlamentar, bem como para a promoção mais ampla de uma ordem internacional mais inclusiva e equitativa.

Reafirmamos a importância da diplomacia parlamentar como um pilar fundamental dos nossos esforços coletivos, atuando como canal singular para promover o entendimento mútuo, construir confiança entre as nações e apoiar a resolução pacífica de conflitos. Por meio do diálogo interparlamentar, fortalecemos nossa cooperação internacional e promovemos os valores de inclusão, solidariedade e desenvolvimento sustentável.

Recebemos com satisfação o progresso alcançado em direção à maior institucionalização da nossa cooperação, particularmente por meio do Memorando de Entendimento de Johannesburgo (2023) e seu Protocolo de São Petersburgo (2024), que reforçam a dimensão parlamentar dentro do Brics.

À luz das prioridades do Brics sob a Presidência brasileira – Cooperação em Saúde Global, Comércio, Investimentos e Finanças, Mudança do Clima, Governança da Inteligência Artificial, Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança, e Desenvolvimento Institucional –, buscamos, como representantes de nossos povos, impulsionar soluções legislativas e políticas para um futuro mais próspero, equitativo e sustentável.

Em consonância com o exposto, adotamos por consenso a seguinte:

I. Parlamentos pela Saúde Global

1. À luz da crescente relevância da interface entre o desenvolvimento sustentável e as questões de saúde global, trabalharemos juntos para fortalecer a cooperação internacional em saúde, de forma inclusiva, baseada na equidade, orientada por resultados e com o devido respeito à soberania e aos interesses de todos os países.

2. Tendo em vista a adoção, pela 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em 20 de maio de 2025, do Acordo de Pandemias da OMS, incentivamos esforços conjuntos para melhorar substancialmente o acesso tempestivo, equitativo e irrestrito a serviços essenciais de saúde de qualidade, bem como a medicamentos, vacinas e tecnologias relevantes que sejam seguros, eficazes, de qualidade e acessíveis para todos. Além disso, promoveremos ações especificamente voltadas para o enfrentamento de doenças tropicais negligenciadas e doenças socialmente determinadas, que afetam de forma desproporcional o Sul Global, de resistência antimicrobiana (RAM), bem como de doenças não transmissíveis.

3. Apoiamos ainda o fortalecimento de medidas parlamentares para apoiar investimentos em saúde digital, com vistas a expandir o acesso a serviços de saúde em áreas remotas ou desassistidas, bem como a promover a integração da inteligência artificial no setor de saúde de maneira ética e responsável.

4. Recomendamos que os Parlamentos dos países do Brics intensifiquem a cooperação interparlamentar, especialmente no monitoramento e avaliação das políticas e legislações de saúde, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU relacionados à saúde. Devem ainda fomentar parcerias estratégicas entre universidades, instituições públicas e o Complexo Econômico Industrial da Saúde, de forma a impulsionar atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o intercâmbio científico-tecnológico para o desenvolvimento conjunto de novos produtos e terapias. O Fórum Parlamentar do Brics reafirma seu compromisso em apoiar ativamente iniciativas legislativas que garantam soberania sanitária, equidade, sustentabilidade e inovação tecnológica, reconhecendo que

a ação coletiva e a solidariedade são essenciais para enfrentar os desafios globais de saúde.

II. Parlamentos pelo Comércio, Investimentos e Finanças Inclusivos

5. Ressaltamos a necessidade de aprimorar os sistemas financeiro, comercial e monetário internacionais, com o fortalecimento da coordenação para reformar a governança das instituições multilaterais desses sistemas, de modo a fortalecer a Rede de Segurança Financeira Global e para assegurar que as instituições internacionais reflitam de maneira mais acurada a realidade atual da economia global, especialmente diante da crescente relevância dos países do Sul Global. Dessa maneira, incentivamos os Parlamentos dos países do Brics a apoiar esforços com o propósito de reformar as instituições de Bretton Woods, de modo que reflitam em sua governança a importância dos mercados emergentes e países em desenvolvimento (MEPDs), incluindo os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Essas reformas abrangem a revisão das participações acionárias no Banco Mundial, o realinhamento de cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o aumento da representação dos países MEPDs em posições de liderança nas instituições financeiras internacionais.

6. Reafirmamos nosso compromisso com um sistema multilateral de comércio baseado em regras, aberto, inclusivo, justo, transparente, orientado por consenso e ancorado no direito internacional. Apoiamos os esforços em curso para fortalecer a Organização Mundial do Comércio (OMC) e, ao mesmo tempo, reafirmamos as disposições de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento e os PMDRs como parte essencial da OMC e de seus acordos para garantir o crescimento equitativo para todos.

7. Preocupados com o aumento de medidas protecionistas unilaterais injustificadas e suas repercussões na economia global, enfatizamos a importância de evitar medidas unilaterais que possam afetar negativamente o comércio global e o desenvolvimento econômico, e incentivamos o diálogo e a cooperação em conformidade com a Carta

das Nações Unidas e as regras da OMC. Destacamos que o processo multilateral de tomada de decisões, baseado em consenso e respeito mútuo, é fundamental para promover a estabilidade e a prosperidade econômicas globais.

8. Incentivamos a resolução de disputas comerciais por meio de mecanismos multilaterais inclusivos e ressaltamos a importância do diálogo para evitar escaladas e garantir oportunidades de desenvolvimento equitativas.

9. Reiteramos nossa preocupação com o uso de medidas coercitivas unilaterais, incluindo sanções ilegais, que são incompatíveis com os princípios da Carta da ONU e do direito internacional e que produzem efeitos negativos sobre o crescimento econômico, o comércio, a energia, a saúde e a segurança alimentar, especialmente no Sul Global.

10. Destacamos a importância do uso ampliado de moedas locais no comércio e nas compensações financeiras entre os países do Brics e seus parceiros comerciais. Incentivamos as autoridades competentes a continuar explorando a questão de moedas locais, bem como o uso de instrumentos e plataformas de pagamento.

11. Consideramos ser necessário expandir os diversos instrumentos do Brics. Reconhecendo a importância do acesso ao financiamento de infraestrutura, destacamos o papel fundamental desempenhado pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Também encorajamos a expansão do quadro de membros do NDB e a agilidade no processo de candidaturas de países do Brics. Em relação à estabilidade financeira internacional, ressaltamos a relevância do Acordo de Reserva Contingente (CRA) para mitigar pressões sobre balanços de pagamentos.

III. Paramentos pela Ação Climática e Transições Justas

12. Ao rumarmos para a 30ª Conferência das Partes (COP 30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima (UNFCCC), a se realizar em Belém do Pará, Brasil, em novembro próximo, e convencidos da urgência de enfrentar as mudanças climáticas, instamos os países a intensificarem seus esforços, por meio do diálogo e da cooperação internacional, para elevar suas ambições em alcançar

as metas e objetivos da UNFCCC e de seu Acordo de Paris, percorrendo caminhos de transição justa que reflitam a equidade e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e as respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

13. Instamos os países desenvolvidos a prover meios de implementação adequados e suficientes para que os países em desenvolvimento possam avançar em suas ações climáticas, incluindo robusto financiamento climático, desenvolvimento de capacidades e transferência de tecnologias, sem impor encargos adicionais a esses países, garantindo que tais meios sejam acessíveis, previsíveis e alinhados às necessidades dos países em desenvolvimento.

14. Cientes do papel fundamental dos parlamentos na promoção de legislações e políticas que reflitam os princípios da UNFCCC e do seu Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, buscaremos aprofundar a colaboração interparlamentar para compartilhar melhores práticas e desenvolver estratégias conjuntas para a cooperação em ações de mitigação e adaptação, a padronização contábil de emissões de carbono e o desenvolvimento de mercados de carbono transparentes e justos, incluindo o desenvolvimento e transferência de tecnologias, no que couber.

15. Reconhecemos que um meio ambiente equilibrado é essencial para o bem-estar das gerações presentes e futuras, e intensificaremos os esforços legislativos para implementar ações voltadas à restauração de ecossistemas, à conservação da biodiversidade, à preservação de recursos hídricos, à redução da poluição plástica, ao fortalecimento de infraestrutura resiliente a desastres e à identificação de soluções para combater a desertificação, tempestades de areia e poeira, degradação do solo e secas, entre outros desafios ambientais.

16. Reconhecendo o poder transformador da economia, comprometemo-nos a promover e desenvolver políticas que avaliem adequadamente os impactos climáticos e ambientais, a fim de garantir transições justas, estimular a transformação econômica de baixo carbono, levando em conta as três dimensões inseparáveis do desenvolvimento sustentável.

17. Reconhecemos que os impactos das mudanças climáticas e dos desastres naturais afetam de forma desproporcional certas po-

pulações, incluindo mulheres, crianças, idosos, refugiados, migrantes, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais locais e povos indígenas, além de residentes de regiões de baixa renda. As pessoas em situações vulneráveis devem ser incluídas e consideradas no planejamento de políticas e nos processos decisórios relativos à resposta a esses eventos e seus efeitos adversos. Nesse processo, enfatizamos a importância de uma transição justa no mercado de trabalho, garantindo que os trabalhadores sejam apoiados por meio de qualificação, requalificação e aperfeiçoamento profissional, proteções sociais e políticas inclusivas que criem empregos sustentáveis e decentes nas indústrias sustentáveis emergentes.

IV. Parlamentos pela Governança da Inteligência Artificial (IA)

18. Reconhecemos que, apesar das preocupações éticas e legais, o rápido avanço da inteligência artificial apresenta oportunidades significativas para o desenvolvimento sustentável, a redução de desigualdades e o crescimento econômico equilibrado. Nesse sentido, concordamos que os Parlamentos dos países do Brics devem, no exercício de suas funções de fiscalização e elaboração de leis, desempenhar um papel fundamental na formulação de marcos legais e regulatórios nacionais e de políticas que assegurem transparência e ética no uso seguro da IA, com o objetivo de mitigar vieses e garantir o respeito à diversidade cultural e linguística, bem como aos direitos humanos. Ao defender os direitos e interesses da humanidade, ressaltamos a importância de uma inteligência artificial centrada no ser humano, orientada para o desenvolvimento, inclusiva, confiável, segura, protegida, imparcial, ética e voltada para o bem comum e para todos, com responsabilidades claramente atribuídas às empresas que desenvolvem essas tecnologias e em conformidade com as legislações nacionais. Esperamos que a cooperação entre os países do Brics possa ajudar os países em desenvolvimento a fortalecerem suas capacidades em inteligência artificial, levando em consideração a Resolução A/RES/78/311 da Assembleia Geral da ONU – "Reforço da Cooperação Internacional em Capacitação em Inteligência Artificial". Além disso, conclamamos

o aumento da colaboração global e do financiamento de projetos de IA em países em desenvolvimento, tendo a ONU como eixo central.

19. Enfatizamos a necessidade de fortalecer a soberania digital dos países membros do Brics, por meio da proteção da privacidade e da segurança de dados, bem como da construção de ecossistemas tecnológicos nacionais resilientes. Para isso, destacamos o papel estratégico das parcerias entre governos, setor privado e academia na promoção da inovação em inteligência artificial e no desenvolvimento de tecnologias habilitadoras. Incentivamos o compartilhamento de boas práticas que assegurem a privacidade, a soberania de dados, a segurança no uso das tecnologias da informação e comunicação, e a proteção da propriedade intelectual, de acordo com a legislação e os marcos regulatórios nacionais.

20. Enfatizamos a importância de garantir o acesso inclusivo e equitativo às tecnologias de inteligência artificial para todos os países. Os benefícios da IA devem ser compartilhados de forma a promover a inovação, reduzir a exclusão digital e apoiar o desenvolvimento sustentável. Incentivamos a cooperação internacional para assegurar que todos os países possam participar de maneira significativa no desenvolvimento, na governança e no uso ético da IA, observando os princípios de respeito mútuo, justiça, não politização e progresso compartilhado.

V. Parlamentos por uma Arquitetura Internacional de Paz e Segurança Renovada

21. Ao celebrarmos os 80 anos da fundação das Nações Unidas, reafirmamos nosso compromisso com o multilateralismo, o direito internacional e a Carta da ONU como fundamento de uma ordem internacional pacífica, estável e próspera, ancorada nos princípios universalmente reconhecidos do direito internacional.

22. Destacamos a urgência de reformar a atual arquitetura internacional de paz e segurança, o que requer, necessariamente, o fortalecimento do multilateralismo, e apoiamos uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo o seu Conselho de Segurança. Essa reforma deve torná-lo mais justo, equitativo, democrático, representativo, efi-

caz e eficiente, refletindo melhor as realidades atuais e os anseios da comunidade internacional.

23. Acreditamos que a segurança duradoura só pode ser alcançada por meio de diálogo genuíno, respeito mútuo e participação equitativa de todas as nações nos processos decisórios.

24. Defendemos o aprimoramento dos mecanismos de resolução pacífica de conflitos e disputas internacionais, assegurando maior participação dos países do Sul Global nos diálogos e processos de paz. A reconstrução da confiança mútua e do entendimento entre as nações, por meio da inclusão efetiva desses atores, pode contribuir significativamente para esse objetivo. Buscaremos atingir esses objetivos, individualmente, por meio dos nossos respectivos parlamentos e, coletivamente, por meio da cooperação interparlamentar.

25. Condenamos veementemente quaisquer atos de terrorismo e os classificamos como criminosos e injustificáveis, independentemente da sua motivação, quando, onde e por quem quer que sejam cometidos. Condenamos com veemência o ataque terrorista em Jammu e na Caxemira em 22 de abril de 2025, no qual pelo menos 26 pessoas foram mortas e muitas outras ficaram feridas. Reafirmamos nosso compromisso de combater o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, inclusive o movimento transfronteiriço de terroristas, o financiamento do terrorismo e os santuários. Reiteramos que o terrorismo não deve ser associado a qualquer religião, nacionalidade, civilização ou grupo étnico, e que todos os envolvidos em atividades terroristas, bem como seus apoiadores, devem ser responsabilizados e julgados de acordo com o direito nacional e internacional aplicável. Instamos à adoção de uma política de tolerância zero ao terrorismo e rejeitamos padrões duplos no enfrentamento do terrorismo. Enfatizamos a responsabilidade primária dos Estados no combate ao terrorismo, e que os esforços globais para prevenir e combater ameaças terroristas devem estar plenamente alinhados às suas obrigações previstas no direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas, especialmente seus propósitos e princípios, bem como as convenções e protocolos internacionais relevantes, em especial o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional dos refugiados e o direito internacional humanitário, no que couber. Acolhemos com satisfação as atividades do Grupo de Trabalho

Antiterrorismo do Brics e seus cinco subgrupos com base na Estratégia Antiterrorismo do Brics e no Plano de Ação Antiterrorismo do Brics. Também aguardamos ansiosos pelo aprofundamento da cooperação no combate ao terrorismo. Conclamamos à rápida finalização e adoção da Convenção Abrangente sobre o Terrorismo Internacional no âmbito das Nações Unidas. Solicitamos ações coordenadas contra todos os terroristas e entidades terroristas designados pela ONU.

VI. Parlamentos pelo Fortalecimento Institucional do Brics

26. Reconhecemos que a recente expansão do Brics exige um esforço contínuo para aprimorar nossos métodos de trabalho e fortalecer a coesão do grupo, inclusive na esfera parlamentar. Comprometemo-nos a dar seguimento à implementação do Memorando de Entendimento do Fórum Parlamentar do Brics e do seu Protocolo de modo a consolidar nossa cooperação.

27. Incentivamos o fortalecimento e a diversificação de formatos de interação interparlamentar, incluindo encontros temáticos, fóruns de jovens parlamentares, e reuniões de Presidentes de Comissões de Relações Exteriores, para aprofundar o intercâmbio de experiências e melhores práticas legislativas. Em especial, reafirmamos nosso compromisso de assegurar a continuidade da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, ressaltando a importância de sua institucionalização como evento anual regular.

28. Incentivamos os Parlamentos dos países do Brics a acompanharem, no que couber, a implementação dos compromissos assumidos pelo Fórum Parlamentar do Brics.

29. Apoiamos a promoção de maior transparência e acesso público às atividades e documentos do Fórum Parlamentar do Brics, inclusive por meio da criação de seções específicas nos sites dos Parlamentos nacionais dedicadas às relações interparlamentares entre os países do Brics. Isso contribuirá para o objetivo de melhorar a prestação de contas aos nossos cidadãos e para fortalecer a contribuição da dimensão parlamentar aos objetivos mais amplos do Brics.

30. Reconhecemos que a capacitação e o desenvolvimento de competências são essenciais para promover uma cooperação parlamentar mais eficaz e, por isso, reafirmamos nosso apoio a iniciativas que contribuam para o aprimoramento das competências, conhecimentos e habilidades de parlamentares e de seus assessores técnicos e legislativos, a fim de enfrentar os desafios comuns enfrentados pelos países membros, inclusive por meio do intercâmbio de experiências e melhores práticas entre os Parlamentos do Brics.

31. Reconhecemos a importância de aprofundar o engajamento institucional entre o Fórum Parlamentar do Brics e organizações parlamentares regionais e internacionais. O fortalecimento desses laços promoverá maior visibilidade aos objetivos, mecanismos e contribuições do Fórum à governança global. Tal engajamento é essencial para aumentar a confiança na dimensão parlamentar do Brics como uma plataforma comprometida com o diálogo, o multilateralismo e o desenvolvimento inclusivo.

32. Enfatizamos que a sustentabilidade e eficácia de longo prazo da parceria do Brics dependem de relações fortes entre os povos. Nesse sentido, incentivamos o aumento de intercâmbios culturais, educacionais e esportivos entre os países do Brics. Também destacamos a importância da organização regular de torneios esportivos do Brics como forma de promover amizade, solidariedade e compreensão mútua entre nossas sociedades, especialmente entre os jovens. O fortalecimento da conscientização pública sobre os valores e realizações do Brics contribuirá para uma maior coesão social e apropriação da visão do Brics por parte dos nossos povos.

33. Em consonância com as nossas resoluções anteriores, acreditamos que um Fórum Parlamentar do Brics formalizado serviria para fortalecer e ampliar a dimensão parlamentar do grupo.

Conclusão

34. Nós, os participantes do 11º Fórum Parlamentar do Brics, expressamos nossa sincera gratidão à Câmara dos Deputados, ao Senado



Federal e ao povo da República Federativa do Brasil por sua hospitalidade e empenho na organização deste Fórum em Brasília.

35. Solicitamos à Presidência do Fórum Parlamentar do Brics que transmita esta Declaração Conjunta aos nossos respectivos Chefes de Estado e de Governo e à Presidência Brasileira do Brics, como contribuição para a XVII Cúpula de Líderes do Brics, a se realizar no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de julho de 2025.

36. Comprometemo-nos a continuar nosso trabalho conjunto por meio da diplomacia parlamentar e cooperação interparlamentar, e esperamos nos reunir novamente neste Fórum Parlamentar sob a presidência da Índia em 2026, a quem estendemos nosso apoio e transmitimos votos de sucesso.



Índice Temático

Cooperação internacional e governança

Cooperação Internacional – pp. 13, 23, 50, 68, 74, 93, 99, 104, 110, 121, 142, 147, 148, 150, 152, 162, 173, 175, 192, 202, 221, 222, 223, 225, 227, 228

Diplomacia Parlamentar – pp. 13, 23, 27, 30, 40, 46, 54, 69, 74, 101, 121, 140, 162, 177, 179, 180, 193, 194, 202, 203, 213, 214, 217, 222, 232

Integração Regional – pp. 94

Multilateralismo – pp. 27, 31, 32, 66, 74, 98, 99, 102, 121, 150, 162, 165, 166, 168, 170, 174, 175, 195, 197, 198, 210, 212, 218, 221, 228, 231

Governança Global – pp. 13, 33, 40, 45, 49, 64, 83, 121, 142, 144, 148, 162, 163, 165, 186, 192, 205, 214, 215, 218, 219, 221, 231

Sul Global – pp. 27, 28, 30, 40, 44, 64, 69, 74, 76, 78, 79, 81, 84, 96, 97, 105, 115, 125, 134, 140, 142,

146, 147, 149, 152, 162, 165, 166, 170, 172, 202, 204, 213, 218, 220, 223, 224, 225, 229

Paz, segurança e justiça

Paz – pp. 13, 14, 23, 25, 27, 29, 30, 37, 39, 41, 42, 45, 50, 55, 98, 100, 159, 161, 162, 165, 166, 168, 170, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 194, 195, 202, 203, 213, 220, 222, 228, 229

Conselho de Segurança – pp. 14, 29, 45, 162, 165, 168, 169, 170, 172, 178, 181, 228

Justiça Climática – pp. 110, 125

Resiliência – pp. 101, 105, 116, 120, 121, 172, 200

Desenvolvimento econômico e infraestrutura

Comércio Internacional – pp. 14, 15, 24, 40, 210, 214

Investimento – pp. 14, 15, 27, 28, 33, 41, 47, 55, 65, 74, 76, 78, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 93, 94, 96, 97, 100, 103, 104, 105, 112, 124, 145, 189, 215, 219, 222, 223, 224

Industrialização – pp. 74, 104

Infraestrutura – pp. 24, 28, 40, 47, 66, 70, 79, 87, 88, 93, 94, 96, 100, 103, 104, 105, 114, 134, 144, 145, 151, 155, 172, 180, 181, 225, 226

Bancos de Desenvolvimento – pp. 50

Meio ambiente e clima

Acordo de Paris – pp. 110, 116, 119, 121, 130, 226

Financiamento Climático – 45, 96, 110, 112, 114, 120, 125, 226

Transição Energética – pp. 24, 28, 104, 105

Mercado de Carbono – pp. 28

Sustentabilidade – pp. 14, 23, 28, 38, 40, 42, 45, 74, 76, 93, 107, 109, 112, 114, 115, 116, 120, 123, 124, 129, 130, 193, 219, 223, 231

Segurança Alimentar – pp. 24, 30, 41, 116, 170, 216, 225

Agricultura – pp. 28, 30, 65, 81, 86, 154

Tecnologia, inovação e educação

Tecnologia – pp. 23, 28, 33, 34, 37, 38, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 58, 59, 62, 63, 66, 68, 73, 74, 75, 83, 85, 86, 88, 97, 103, 104, 105, 110, 121, 122, 124, 125, 130, 138, 139, 140, 141, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 170, 181, 200, 202, 215, 216, 223, 226, 227, 228

Inteligência Artificial – pp. 14, 23, 27, 29, 33, 38, 41, 42, 45, 49, 55, 62, 97, 103, 126, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 189, 205, 210, 215, 216, 219, 222, 223, 227, 228

Inovação – pp. 24, 28, 34, 38, 41, 45, 48, 50, 54, 74, 84, 86, 88, 94, 100, 104, 105, 121, 134, 136, 140, 141, 147, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 197, 223, 228

Inclusão Digital – pp. 134, 142

Digitalização – pp. 94

Educação – pp. 50, 58, 74, 84, 89, 97, 103, 104, 145, 146, 151, 152, 154, 199, 202, 218

Direitos humanos e inclusão social

Gênero – pp. 30, 205
Empoderamento Feminino – pp. 49
Violência Digital – pp. 49
Empreendedorismo – pp. 50, 94
Inclusão Social – pp. 28, 74, 84
Juventude – pp. 34, 57, 121, 140, 151, 154
Desigualdade – pp. 24, 43, 49, 50, 64, 74, 76, 85, 96, 102, 103, 104, 115, 138, 227
Empreendedorismo – pp. 50, 94

Saúde

Saúde Pública – pp. 14, 23, 27, 55, 58, 59, 61, 67
Vacinas – pp. 44, 54, 58, 61, 64, 68, 70, 223

Outros temas

Cultura – pp. 18, 23, 24, 37, 45, 51, 85, 91, 130, 136, 151



Índice Onomástico

A

AJPI, Felix Ajpi – pp. 126, 128

ALCKMIN, Geraldo – pp. 22, 26,
31, 35, 39, 41, 44, 46, 49

ALCOLUMBRE, Davi – pp. 15, 22,
26, 31, 34, 35, 39, 41, 44, 46, 48,
49, 51, 55, 60, 63, 65, 67, 69, 71,
99, 163, 164, 165, 167, 171, 174,
177, 180, 183, 186, 189, 194, 196,
199, 202, 204, 207, 209, 210,
211, 212, 213, 214, 217

ALI SERA, Mardani – pp. 63, 64

B

BARROS, Filipe – pp. 46, 218

BARROS, Leila – pp. 48, 49, 218

BARROSO, Luís Roberto – pp. 36,
41, 49

BAUMAN, Zygmunt – pp. 34

BETANCOURT, Alberto Nuñez –
pp. 67, 128, 130

BIRLA, Om – pp. 78, 80, 153, 155,
160, 180, 182, 188, 204, 209,
210, 212

C

CARDOSO, Fernando Henrique –
pp. 36

COSTA, Humberto – pp. 22, 26,
31, 36, 39, 41, 44, 46, 49, 55, 108,
132, 136, 164, 165, 189, 209, 210,
211, 217

COVAS, Mário – pp. 35

E

EUDÓCIA – pp. 51, 157

F

FALAKNAZ, Sara Mohammad
Amin – pp. 151, 153

G

GHALIBAF, Mohammad Bagher – pp. 98, 99, 101, 167, 169, 170, 171
GOVENDER, Poobalan – pp. 60, 62, 115, 118

I

IHONVBERE, Julius Omozuanvbo – pp. 199, 201

J

JINPING, Xi – pp. 121, 141, 142

K

KARASIN, Grigory – pp. 171, 173
KARELL, Ian Pedro Carbonell – pp. 95, 98, 148, 150
KE, Wang – pp. 121, 122, 140, 143

L

LEGWASE, Tidimalo – pp. 82, 86
LUKASHENKO, Aleksandr – pp. 178, 194

M

MACHADO, Ana María Mari – pp. 174, 176, 196, 198
MAHUMAPELO, Supra – pp. 191, 193
MENDES, Gilmar Ferreira – pp. 22, 26, 31, 36, 39, 41, 44, 46, 49
MODI, Sri Narendra – pp. 79
MORAES, Alexandre de – pp. 36
MOTTA, Hugo – pp. 22, 26, 31, 39, 41, 44, 46, 49, 99, 111, 112, 118, 121, 123, 126, 128, 131, 132, 133, 136, 140, 143, 145, 148, 151, 153, 156, 209, 210, 211, 212, 213, 217

N

NADERI, Ahmad – pp. 185, 187, 202, 203
NING, Tie – pp. 80, 81, 82
NUAIMI, Doutor Ali Al – pp. 89, 91

P

PETRONE, Talíria – pp. 48
PINATO, Fausto – pp. 22, 26, 31, 34, 39, 42, 44, 46, 49, 71, 72, 75, 80, 82, 86, 89, 91, 95, 98, 101, 106, 111, 132, 136, 209, 210, 211, 217

R

RACHKOV, Sergei – pp. 177, 179, 194, 196
RASHIDI, Mohammad – pp. 65, 66
ROCHA, Jack – pp. 48, 218
ROCHA, Maria Laura da – pp. 22, 26, 41, 44
ROUSSEFF, Dilma Vana – pp. 74, 101, 102, 105
RUZ, Fidel Castro – pp. 129, 130

S

SALLAB, Mohamed El – pp. 145, 146, 148
SINGH, Harivansh Narayan – pp. 69, 70, 118, 120, 160
SOLIMAN, Mohamed – pp. 91, 92, 95
SUASSUNA, Ariano – pp. 30
SVYATENKO, Inna – pp. 57, 59

T

TAHERI, Mostafa – pp. 135, 143, 145
TAJGARDOUN, Gholamreza – pp. 123, 125
TRAD, Nelsinho – pp. 46, 218
TRUMP, Donald John – pp. 38, 39

Z

ZHUKOV, Alexander – pp. 86, 88, 138, 140

CRÉDITOS

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS: SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
DO SENADO FEDERAL – SERERP**

DIRETORA: QUÉSIA DE FARIAS CUNHA

SERVIDORES:

ANA LUIZA RIBAS MARIZ

ANTONIA MARIA LUSTOSA PUGA MARTINEZ

ARMANDO MENEZES FILHO

CINTIA GONZAGA DA SILVA

EDILAMAR DE OLIVEIRA

EVELYN ALVES HACKBART

FABIO COSTA MELO

GUSTAVO HENRIQUE MARTINS CAVALLINI

ISABELA ARAÚJO D' ASSUNÇÃO

KARLA MANCILHA BORGES ONOFRE

LANNA DANIELE WANDERLEI FERNANDES

LAZLO KYOSHI SACUNO LUZ

RAFAELLA DE SÁ RIBEIRO

RENATO DE ALENCAR DANTAS

RÔMULO FONTINELLE TOMAZ

VALESCA NEIVA MARTINS

VIVIANNE BARBOSA FURTATO NUNES

WILCE GUIMARÃES GUERRA

**PREPARAÇÃO: ASSESSORIA DE QUALIDADE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL - ASQUALI**

ASSESSORA-CHEFE: FABRISIA ALMEIDA GARCIA

SERVIDORES:

ERIKA ALVES DA SILVA

MARIA ALICE MEDINA VIEIRA

ROGERIO VIANA BERNARDES